

PROGRAMA
FRONTEIRA
INTEGRADA



Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

PANORAMA GERAL - AMAPÁ

Síntese do Produto 1 - Diagnósticos socioeconômicos, com base em informações secundárias, referentes aos Estados do Arco Norte e Rondônia.

Execução:

ibom

Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

PANORAMA GERAL - AMAPÁ

**Síntese do Produto 1 - Diagnósticos socioeconômicos, com base
em informações secundárias, referentes aos Estados do Arco
Norte e Rondônia**

Abril, 2025.

Lista de Figuras

Figura 1 - Marco Legal da Fronteira	12
Figura 2 - Cadeia produtiva agroindustrial organizada	67

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Amapá	22
Gráfico 2 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá (2015-2023).....	25
Gráfico 3 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais	49
Gráfico 4 - Saldo da balança comercial - 2017 a 2021	51
Gráfico 5 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos estados em 2023	52
Gráfico 6 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Amapá em 2021	53
Gráfico 7 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021	54
Gráfico 8 - Classificação do IDHM nas cidades gêmeas em 2021	56
Gráfico 9 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021	57
Gráfico 10 - Classificação do Índice de Gini nas cidades gêmeas em 2010.....	59
Gráfico 11 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> mensal, em salários mínimos - 2022	60
Gráfico 12 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor:	64
Gráfico 13 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais).....	65
Gráfico 14 - Taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia em 2022	80
Gráfico 15 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Amapá,	82

Lista de Mapas

Mapa 1 - Macrodivisão da Faixa de Fronteira terrestre brasileira.....	8
Mapa 2 - Divisão Sub-regional dos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	15
Mapa 3 - Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas do Arco Norte e Rondônia	17
Mapa 4 - População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia	18
Mapa 5 - Áreas legalmente atribuídas e distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Amapá.....	21
Mapa 6 - Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca.	28
Mapa 7 - Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos.....	29
Mapa 8 - Índice de risco de impacto para deslizamento.	30
Mapa 9 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações.....	31
Mapa 10 - Rodovias Federais que interligam os Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	39

Mapa 11 - Portos em operação, em obras e planejados nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	40
Mapa 12 - Infraestrutura de telefonia celular nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.	44
Mapa 13 - Classificação do IDHM nos municípios do Arco Norte e Rondônia.....	55
Mapa 14 - Classificação do Índice de Gini nos municípios do Arco Norte e Rondônia	58
Mapa 15 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais -2022.	61
Mapa 16 - Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único - 2020.....	63
Mapa 17 - Regiões Turísticas nos municípios na Faixa de Fronteira.....	69
Mapa 18 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	72
Mapa 19 - Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	74
Mapa 20 - Territórios Quilombolas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	76
Mapa 21 - Percentual de população quilombola na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	77
Mapa 22 - Taxa média de homicídios dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	81

Lista de Quadros

Quadro 1 - Municípios dos Estados da Faixa de Fronteira - Arcos Norte e Rondônia identificados na Faixa B (Intemediária Avançada)	32
Quadro 2 - Categorias e Órgãos Federais presentes na Faixa de Fronteira	37
Quadro 3 - Capacidade instalada de geração de energia por tipo de fonte na Região Norte	42
Quadro 4 - Informações das oito (08) infovias do Programa Norte Conectado	45
Quadro 5 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Amapá.....	83

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População por Estado e nas suas respectivas Faixas de Fronteira (2022)	16
Tabela 2 – Perfil Demográfico dos Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá	18
Tabela 3 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Amapá.....	33
Tabela 4 – Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)..	46
Tabela 5 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021 (em %)	50
Tabela 6 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos estados do Arco Norte e Rondônia	62
Tabela 7 - Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023	66
Tabela 8 - Dados das Regiões Turísticas do Amapá	70
Tabela 9 – Terras Indígenas localizados na Faixa de Fronteira do Amapá.....	72

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
MARCO LEGAL DA FRONTEIRA BRASILEIRA	8
ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO	14
CARACTERIZAÇÃO GERAL	14
CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA	15
EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA	20
CONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA.....	21
GESTÃO AMBIENTAL	24
CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA	24
GESTÃO CLIMÁTICA	26
EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO	36
INFRAESTRUTURAS DE GOVERNO	37
INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA	38
INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES	41
SANEAMENTO BÁSICO	46
EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL	48
INDICADORES ECONÔMICOS	49
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	53
ÍNDICE DE GINI	56
RENDIMENTO DOMICILIAR.....	59
CADASTRO ÚNICO	61
ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	63
MAPEAMENTO PRELIMINAR DE CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS	66
POTENCIAL TURÍSTICO	68
EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	71
POVOS INDÍGENAS	71
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	74
EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA	78

CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES DO ARCO NORTE E RONDÔNIA	78
CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES NO AMAPÁ	79
CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO ARCO NORTE E RONDÔNIA	79
CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO AMAPÁ	81

APRESENTAÇÃO

Este documento consiste na síntese do primeiro produto do projeto Fronteiras da Amazônia – Arco Norte e Rondônia, referente ao **Estado do Amapá**. O trabalho está vinculado ao contrato N. 22400030, celebrado entre Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), cujo objeto é assessoria especializada para a elaboração dos Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e apoio à estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, sob coordenação do Ministério Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), a cargo da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR/MIDR).

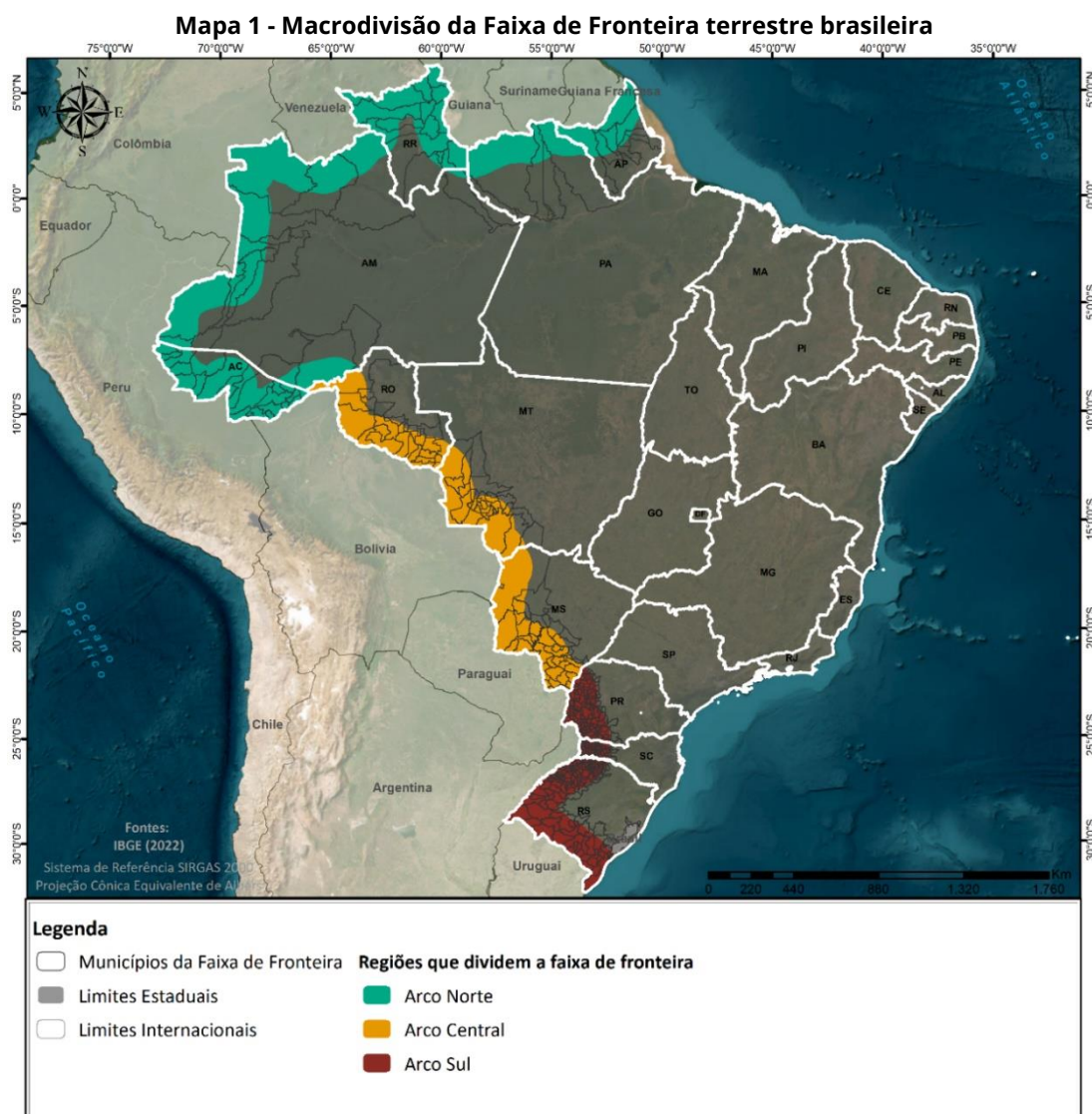
Trata-se de um documento técnico que reúne os diagnósticos socioeconômicos dos territórios e cidades fronteiriças, essencial para o processo de trabalho e construção da leitura desses territórios. Seu objetivo principal é reunir e organizar informações e dados secundários sobre a Faixa de Fronteira Amazônica, bem como analisar a realidade local a partir dos grandes temas associados à política de integração da fronteira brasileira. Neste produto, optou-se por apresentar um recorte específico para o estado do Amapá, priorizando a seleção e o tratamento de dados com foco territorial sempre que possível. É importante considerar que este é um documento de um processo em curso, voltado à sistematização de informações para subsidiar a elaboração dos PDIFFs. Evidentemente, as abordagens assumidas indicam preocupações que deverão ser objeto de propostas. E, ao serem discutidas as propostas, possivelmente aspectos do diagnóstico terão que ser analisados mais profundamente e/ou melhor compreendidos.

Exatamente pelo seu caráter de subsídio ao processo de elaboração dos PDIFFs, o diagnóstico foi construído como um panorama geral, mais do que um diagnóstico aprofundado dos temas envolvidos, que deverá servir como material de referência para a realização das Oficinas de Planejamento Territorial e elaboração de propostas. As análises aqui desenvolvidas poderão ser aperfeiçoadas à medida que ocorrerem as trocas com os setores governamentais, as organizações da sociedade civil e agentes sociais que tenham interesse em participar dos debates e das oficinas.

A Faixa de Fronteira é uma região de interseções de disputas e projetos que incidem de modos distintos no território. O trabalho aqui desenvolvido tem os planos estaduais como produto final. Entretanto as dinâmicas socioeconômicas e as condicionantes ambientais não são circunscritas a limites políticos administrativos, o que se reflete na estrutura deste documento a partir dos eixos temáticos, ainda que sempre se buscando iluminar aspectos mais relevantes em cada estado. Dessa forma, opera-se em diferentes escalas simultaneamente, de modo a compreender os diferentes processos e os impactos locais, bem como oferecer subsídios para se pensar políticas públicas integradas que equilibrem o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental, respeitando as especificidades de cada território.

MARCO LEGAL DA FRONTEIRA BRASILEIRA

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 1979 pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980. A lei estabelece como Faixa de Fronteira, indispensável à Segurança Nacional, a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, § 2º, apontou o caráter estratégico e a importância das fronteiras para a defesa do território nacional e em 1991, foi determinada como competência do Conselho de Defesa Nacional (CDN) a proposição de “critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira”. A Faixa de Fronteira do Brasil abrange a área de 150km ao longo da fronteira, de norte a sul, subdividida em Arcos Norte, Central e Sul. Ao longo de seus 15.719 quilômetros, abrange 11 Estados e 588 Municípios com aproximadamente 11,7 milhões de habitantes, conforme os dados do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

A área objeto deste trabalho engloba o Arco Norte e o estado de Rondônia, que integra o Arco Central, compreendendo a chamada Faixa de Fronteira terrestre amazônica, que se estende pelo território de 97 Municípios, em 6 unidades da federação. A região do Arco Norte, formada pelos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre, destaca-se por suas características singulares, marcadas pela diversidade cultural, pela presença de vastas áreas de floresta pública e terras indígenas e por sua importância estratégica para o desenvolvimento nacional. O estado de Rondônia, embora tenha sido alocado no Arco Central devido a particularidades na base produtiva e em indicadores socioeconômicos, está integralmente no bioma Amazônia, tendo sido incluído no escopo do trabalho.

Coexistem nesta região espaços territoriais especialmente protegidos, como terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos, intercalados com áreas de grande urbanização. A presença de grupos indígenas e populações tradicionais reforça essa diversidade, mesmo fora das terras legalmente atribuídas, compondo um mosaico territorial complexo.

A extensão territorial da fronteira nessa região é, certamente, um desafio para monitoramento e gestão. Essa realidade evidencia a necessidade de fortalecer e aproximar a administração pública das demandas locais, buscando compreender as dinâmicas socioeconômicas no território e conciliar estratégias de desenvolvimento local com a preservação da sociobiodiversidade da região, de modo a favorecer, pela combinação dessas duas dimensões, tanto a segurança na fronteira como a integração com os países vizinhos.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010 foram desenvolvidos diversos debates e estudos técnicos que subsidiaram a elaboração de propostas para enfrentar os múltiplos problemas sociais existentes nos municípios que formam esse extenso território nacional. Um dos principais documentos de referência é a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, elaborado em 2005, pelo Grupo Retis do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a liderança da professora Lia Osorio Machado, para o então Ministério da Integração Nacional.

Em 2009, a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, apresentou estratégias de implementação para um *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF* e em 2010, foi elaborado o documento *Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira*, juntamente com outros ministérios, como Defesa, Turismo, Fazenda e incluindo representando do Fórum de Governadores da Amazônia Legal e da Frente Nacional de Prefeitos.

A partir de 2011, uma série de leis e decretos que tratam sobre planos e programas sobre as fronteiras foram instituídos. O primeiro deles, o decreto nº 7.407/2011 instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras que, entretanto, não foi levado a diante.

Entre 2015 e 2016¹, no âmbito de uma auditoria operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), foi realizada uma avaliação de governança de políticas públicas em fortalecimento da faixa de fronteira, que resultou na elaboração de acórdãos que apontavam a necessidade de uma coordenação de Fronteira centralizada com maior alcance, integração e monitoramento.

Em resposta, foi instituído o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, conforme Decreto 8.903/2016², com o propósito de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços. Como órgão de governança foi instituído um Comitê Executivo do programa, que hoje é composto 18 órgãos de 8 ministérios, além do Ministério Público Federal. A coordenação das ações do Comitê-Executivo é realizada pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), por meio de seu Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (DACREDEN).

Uma das resoluções do PPIF foi o estabelecimento da participação dos Estados baseada em instrumentos de cooperação entre os ministérios participantes e os órgãos federais que compõem o Programa, além da instituição de seus Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), considerando a importância da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal de governo para a realização de um trabalho integrado.

No âmbito do Ministério de Integração Regional, foi criada, em 2010, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF)³. A Comissão tem, entre suas competências, propor ações que visem ao desenvolvimento regional que considerem a importância de programas para a integração fronteiriça e para a integração sul-americana e apresentar planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços. À CDIF também compete a interação com núcleos estaduais estabelecidos para debater questões de desenvolvimento e integração fronteiriços em cada estado.

Já em 2019 foi institucionalizada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), através do Decreto nº 9.810/2019 com a finalidade de reduzir desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, sendo a faixa de fronteira considerada como uma sub-região especial de escala da abordagem da política de desenvolvimento.

Em 2020, o MIDR chegou a atualizar o Manual para os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs), material que apresenta diretrizes gerais de incentivo a criação de núcleos a se repensarem enquanto instituições e se reconhecerem como atores centrais e aliados federativos no estímulo ao progresso sociopolítico e econômico da região fronteiriça.

¹ Vale destacar que no mesmo período, entre 2015 e 2017, o MIN, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou diversas oficinas sobre o tema das fronteiras, consolidando insumos para estruturação de projetos em diversos estados nos três arcos.

² O decreto nº 11.273, de 5 de dezembro de 2022, alterou o Decreto nº 8.903/2016, com atualizações sobre a atuação de unidades da administração pública federal para execução do PPIF.

³ A CDIF foi revisada no decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019.

Finalmente, em 2024, foi criada a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) que ampliou o escopo da política de fronteiras com vistas não só a promoção da segurança nacional, mas também do desenvolvimento sustentável, da integração regional, dos direitos humanos, cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras, de modo a orientar as ações do Poder Executivo federal para a atuação coordenada com os entes federativos e com as instituições privadas. A política ressalta a interdependência entre esses eixos e distribui suas responsabilidades entre quatro ministérios: o Ministério da Defesa (responsável pelo eixo I - segurança), o Ministério das Relações Exteriores (eixo II – integração regional), o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (eixo III – desenvolvimento sustentável) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (eixo IV - direitos humanos, cidadania e proteção social).

A PNFron institui os seguintes instrumentos de sua política:

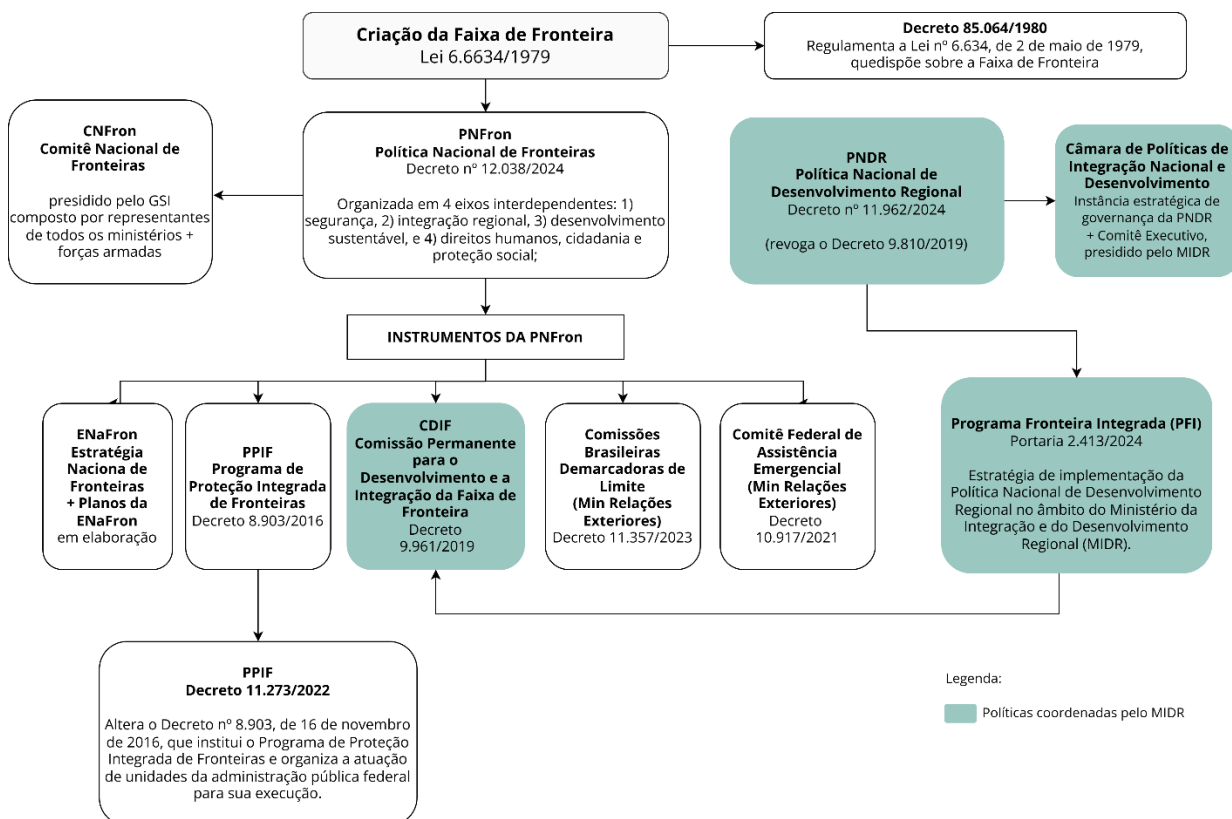
- I - a Estratégia Nacional de Fronteira (ENaFron);
- II - os planos decorrentes da ENaFron;
- III - o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, de que trata o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016;
- IV - a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, instituída pelo Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019;
- V - as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, subordinadas ao Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o disposto no Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023; e
- VI - o Comitê Federal de Assistência Emergencial, de que trata o Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021.

A estrutura de governança criada no âmbito da PNFron foi o Comitê Nacional de Fronteiras, que é presidido pelo GSI/PR e composto por 28 ministérios, além de quatro órgãos do Poder Executivo Federal. Cabe ao CNFron coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Fronteiras, além de sugerir a elaboração de planos decorrentes da Estratégia Nacional de Fronteiras, que orientem as ações dos órgãos e das entidades nas fronteiras. Ao CNFron compete ainda promover a articulação e a cooperação interinstitucional nos temas definidos pelos eixos estruturantes da Política, zelando pela interdependência e complementariedade das ações estratégicas em prol das fronteiras brasileiras.

Também em 2024, a PNDR foi atualizada, mantendo a Faixa de Fronteira como uma subregião especial da política. Na sequência, o MIDR lançou o Programa Fronteiras Integradas (PFI), como estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Política Nacional de Fronteiras. O PFI tem como objetivo geral o incentivo ao desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, geração de trabalho e renda por meio de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional sustentável que beneficiem as populações localizadas nas regiões de fronteira. O Fluxograma a seguir reúne as

principais informações sobre o marco legal vigente das fronteiras e as interações entre as diferentes políticas, programas e projetos sobre o tema:

Figura 1 - Marco Legal da Fronteira



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

As recentes alterações dos marcos legais e institucionais da Faixa Fronteira, em especial com a aprovação do novo marco da PNFRon, revelam algumas sobreposições de iniciativas e até de estruturas de governança que devem ser observadas. Parece corresponder a um processo, provavelmente ainda inconcluso, de definições de papéis dos diferentes órgãos do próprio governo federal que está ligado também à compreensão da própria questão da fronteira.

Nesse sentido, Garzon (2024) aponta, corretamente, que “o marco legal instituído ora dá peso na questão da segurança nacional, ora no desenvolvimento sustentável”⁴. Diante deste cenário e considerando o caráter transversal da atuação do governo federal e sua articulação com outras esferas no tema das fronteiras, o autor analisa os atributos e competências do marco regulatório, identificando os seguintes gargalos e desafios para a efetivação das políticas de fronteira:

- “Sobreposição continuada de Marcos Regulatórios, evidenciada pela regência de transversalidades inerentes às políticas nacionais e setoriais de cada ministério em

⁴ Trabalho realizado no âmbito de uma consultoria individual através do Projeto de cooperação técnica MIDR- IICA BRA/IICA/13/001 voltada à análise de políticas públicas territoriais e governança visando o desenvolvimento regional sustentável na Faixa de Fronteira terrestre da Região Amazônica.

um marco de gestão agregado à compressão do marco normativo da CDIF no interior de um marco paralelo proposto pela PNFRon, como observado no Artigo 15º do Decreto 12.038.

- Desarticulação multiescalar entre as diretrizes pautadas pelo CDIF e as normativas municipais e estaduais, especialmente as políticas públicas de ordenamento territorial em nível municipal.
- Limitações quanto à integração entre órgãos governamentais, sobretudo no atingimento da coordenação das prefeituras envolvidas pela Faixa de Fronteira, refletindo na dificuldade de enfrentar de forma eficaz os problemas e gargalos da Região, aliado ao foco desproporcional em questões de segurança em detrimento do desenvolvimento e integração.
- Limitações das capacidades institucionais e operacionais, considerando a hierarquização de prioridades e abordagens, além da sobreposição e lacunas na atuação devido à falta de definição clara das competências e responsabilidades.
- Baixa participação dos órgãos públicos nos colegiados e falta de comprometimento com as reuniões e ações planejadas conjugada com a falta de uma ferramenta eficaz de comunicação e gerenciamento.
- Baixa alocação de recursos e poder decisório limitado, além de deficiências de apoio e recursos nas unidades das agências públicas na fronteira.
- Desalinhamento Estratégico na programação orçamentária das ações pertinentes aos diversos atores governamentais.” (Garzon, 2024)

O movimento de elaboração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) que foram assinados recentemente parecem trabalhar no sentido de dirimir alguns dos paralelismos entre os marcos regulatórios e seus programas. O ACT MIDR/GSI/2024, celebrado entre Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) busca atuar no sentido de estabelecer objetivos comuns e promover atividades conjuntas na promoção das políticas de fronteira. No âmbito do escopo deste trabalho, que envolve os estados do Arco Norte e Rondônia, há de considerar também ACT MIDR/CAL/2023, parceria do MIDR com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL), que tem por objeto a pactuação de uma agenda de desenvolvimento regional, com foco em projetos no segmento de Bioeconomia e na elaboração dos PDIFFs.

Por fim, vale destacar que na região de estudo, há dois Núcleos Estaduais de Fronteira instituídos na região do Arco Norte e Rondônia. Criada por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012 e atualizado pelo Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021, o Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas – NIFFAM tem por finalidade assessorar a atuação do Governo do Amazonas na sua faixa de fronteira, articulando e mobilizando atores e instituições, propondo medidas e ações efetivas prioritárias ao desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira estadual, sob a coordenação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI).

Rondônia também possui um núcleo instituído, denominado Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia (NEIFRO). Criado pelo decreto nº 24.821, de 21 de fevereiro de 2020, o órgão está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e foi reativado recentemente, com o intuito de atualizar o Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço do Estado de Rondônia.

ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Considerando a estruturação dos Planos de Fronteira, o presente documento foi organizado a partir dos grandes eixos temáticos que deverão orientar a realização das oficinas de planejamento. Desta forma, o documento está organizado nos seguintes tópicos:

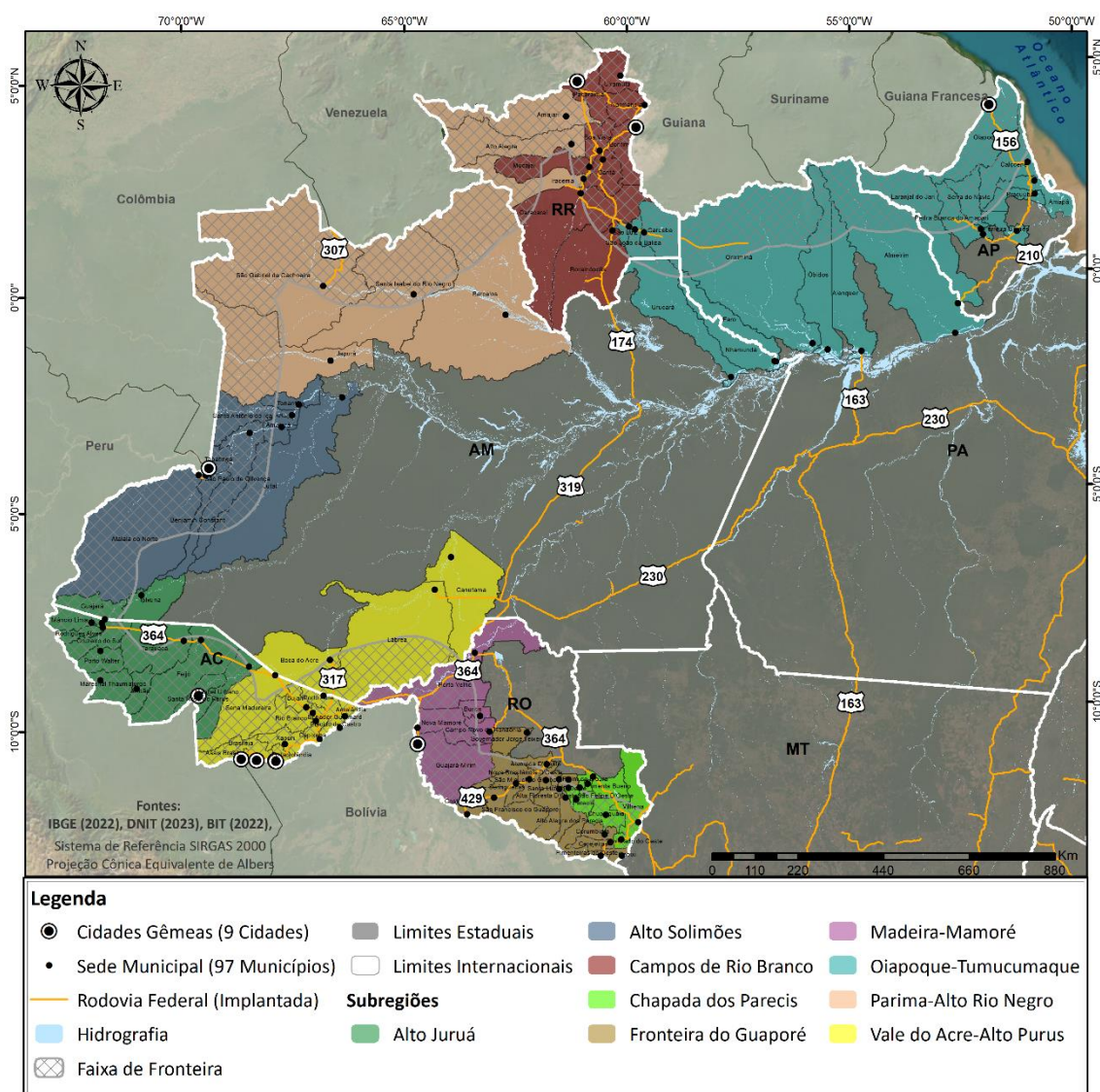
- Caracterização Geral
- Caracterização Sociodemográfica
- Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática
- Eixo Temático 2: Infraestrutura para o Desenvolvimento
- Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social
- Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
- Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

CARACTERIZAÇÃO GERAL

O estado do Amapá faz fronteira com Suriname e Guiana Francesa. Além disso, dentro da fronteira do Arco Norte é único estado que possui saída para mar.

Dos 16 municípios que compõem o Amapá, metade está dentro da Faixa de Fronteira, que corresponde a faixa de 150 km do território do brasileiro. Essa área faz parte da sub-região denominada Oiapoque-Tumucumaque, que é atravessada pelos rios Oiapoque, Jarí e Trombetas, abrangendo uma vasta extensão de floresta equatorial amazônica, além de áreas de campos e savanas, que se estende desde a foz do Oiapoque até o sul de Roraima e o noroeste do estado do Amazonas. O mapa a seguir apresenta a sub-regionalização da Faixa de Fronteira do Arco Norte e de Rondônia.

Mapa 2 – Divisão Sub-regional dos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Os municípios da Faixa de Fronteira amazônica abrigam uma população de 3.277.578 habitantes. Dois estados, Roraima e Acre, possuem todos os municípios, e quase a totalidade de seus territórios, inseridos na Faixa de Fronteira. No Amapá, os municípios fronteiriços abrigam uma população de 109.140 habitantes.

Tabela 1 - População por Estado e nas suas respectivas Faixas de Fronteira (2022)

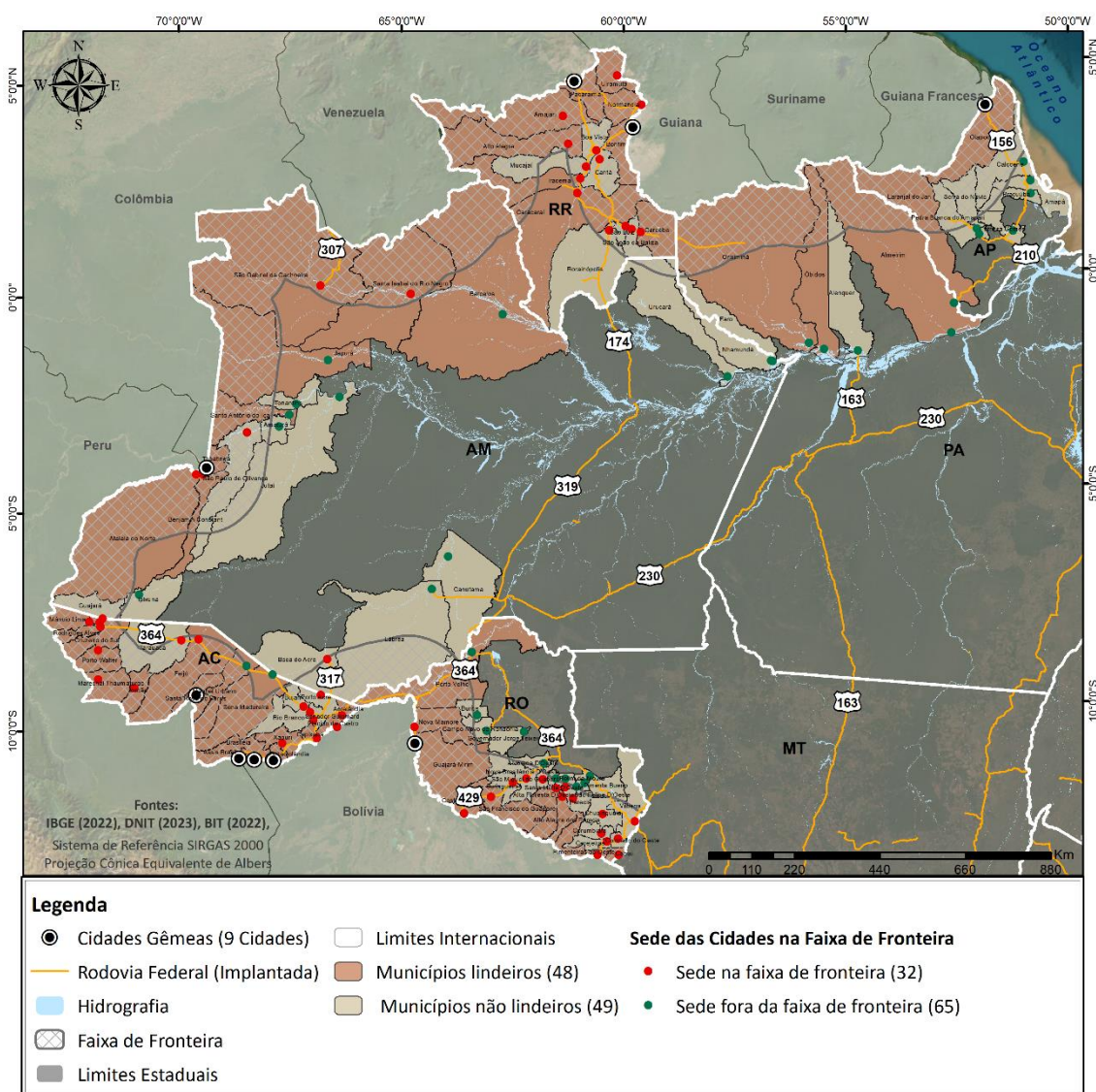
Estados		Faixa de Fronteira	
UF	População Total	Municípios	População dos Municípios Fronteiriços
Acre	830.018	22	830.018
Amapá	733.759	8	109.140
Amazonas	3.941.613	19	504.450
Pará	8.120.131	5	232.908
Rondônia	1.581.196	28	964.355
Roraima	636.707	15	636.707
Total	15.843.424	97	3.277.578

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Um aspecto relevante a se observar na análise populacional é a vasta extensão territorial de muitos municípios na área de fronteira, que, em alguns casos, supera a área de estados brasileiros ou até mesmo de países inteiros. Em algumas regiões, a dimensão municipal ultrapassa 700 km de largura, sendo bem superior a faixa de fronteira brasileira. Exemplo disso, é o Estado do Pará que conta com apenas 5 municípios na faixa de fronteira, sendo que nenhum deles possui sua sede municipal na faixa. A distância das sedes desses municípios até a faixa é, inclusive, mais distante que a própria largura da faixa, com seus 150 km.

Para qualificar esta análise, é necessário considerar o grau de interação dos municípios com a linha de fronteira internacional. Conforme a classificação proposta pelo Ministério da Integração (2005), os municípios da faixa são divididos entre lindeiros, que possuem limites diretos com países vizinhos, e não lindeiros, cuja localização é mais afastada, embora ainda inserida na Faixa de Fronteira. Enquanto os primeiros lidam mais diretamente com questões específicas de controle e circulação transfronteiriça, os demais enfrentam desafios distintos, como o isolamento territorial, a baixa densidade populacional e a dificuldade de acesso às políticas públicas. Entre os lindeiros, há três subgrupos: I) aqueles cujo território e sede municipal fazem limite direto com o país vizinho, podendo ou não configurar uma cidade gêmea; II) os que fazem fronteira territorial, mas têm sede fora da linha internacional; e III) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede localiza-se além da faixa de fronteira. Já os não lindeiros se dividem em dois subgrupos: I) os que possuem sede dentro da Faixa de Fronteira, embora sem contato direto com a linha internacional; e II) aqueles cuja sede está situada fora da faixa, mas cujo território ainda se insere no limite da faixa definida. No Amapá, apenas a cidade gêmea Oiapoque possui sede dentro da faixa de fronteira.

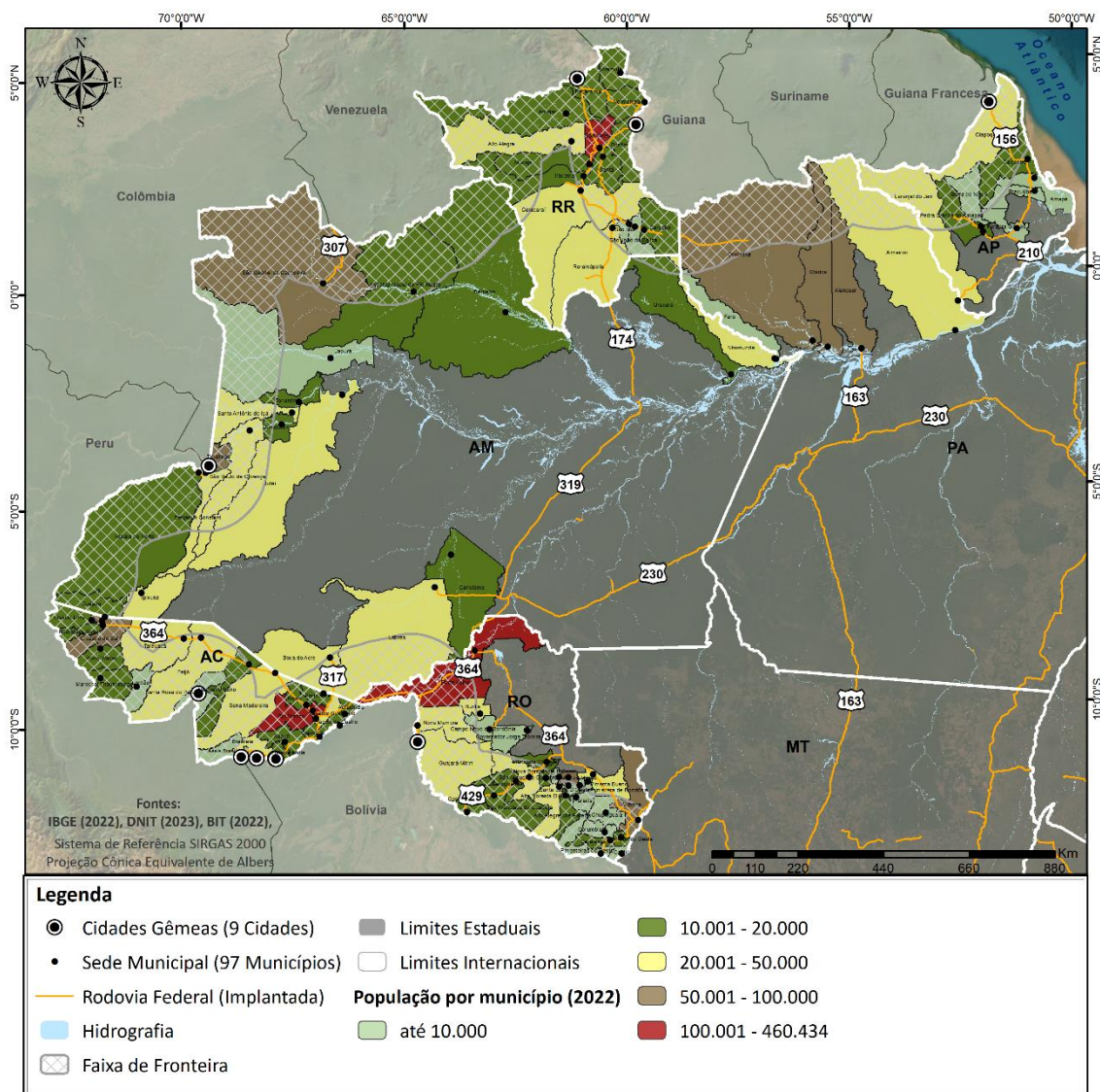
Mapa 3 - Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária, a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais. A população dos municípios do Amapá na fronteira totaliza 109.140 habitantes. No entanto, quando analisamos os dados dos setores censitários situados dentro da Faixa de Fronteira, conforme o Censo IBGE de 2022, esse contingente é reduzido para 33.970 habitantes.

Mapa 4 - População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

Diferentes dos outros estados, a população dos municípios de Faixa de Fronteira do Amapá não passa de 50 mil habitantes e com relação a taxa de crescimento anual da população, apenas Oiapoque tem taxa maior que 2% entre 2010 e 2022. Já em relação ao grau de urbanização, os municípios de Laranjal do Jari (91,94%), Serra do Navio (83,48%) e Calçoene (83,13%) possuem maior taxa de urbanização.

Tabela 2 – Perfil Demográfico dos Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá

Municípios	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa de Urbanização 2022 (%)
Oiapoque	27.482	18.658	8.824	67,89%
Laranjal do Jari	35.114	32.285	2.829	91,94%
Serra do Navio	4.673	2.721	1.952	58,23%

Municípios	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa de Urbanização 2022 (%)
Amapá	7.943	6.631	1.312	83,48%
Pedra Branca do Amapari	12.847	8.607	4.240	67,00%
Calçoene	10.612	8.822	1.790	83,13%
Ferreira Gomes	6.666	4.726	1.940	70,90%
Pracuúba	3.803	1.717	2.086	45,15%

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados Censo, 2022.

EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA

O ordenamento territorial da faixa de fronteira brasileira, na região Norte do país, representa um dos eixos centrais da governança fundiária e ambiental. Com grande extensão e significativa diversidade de atores envolvidos, esse espaço abriga múltiplas sobreposições de interesses, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados pelo agronegócio, pela mineração e pela expansão urbana desordenada. Nesse contexto, compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra nas faixas fronteiriças tornam-se essenciais para a formulação e implementação de políticas públicas.

A análise aqui empreendida aborda a distribuição das diferentes categorias fundiárias, a incidência de conflitos territoriais e as dinâmicas ambientais que moldam o uso da terra. Baseia-se em uma abordagem quali-quantitativa, que explora fontes diversas de informações para compreender as relações entre regularização fundiária, desmatamento e segurança jurídica dos territórios analisados. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados obtidos em fontes institucionais, enquanto a dimensão qualitativa buscou interpretar as dinâmicas socioespaciais, fornecendo um panorama sobre os fenômenos observados.

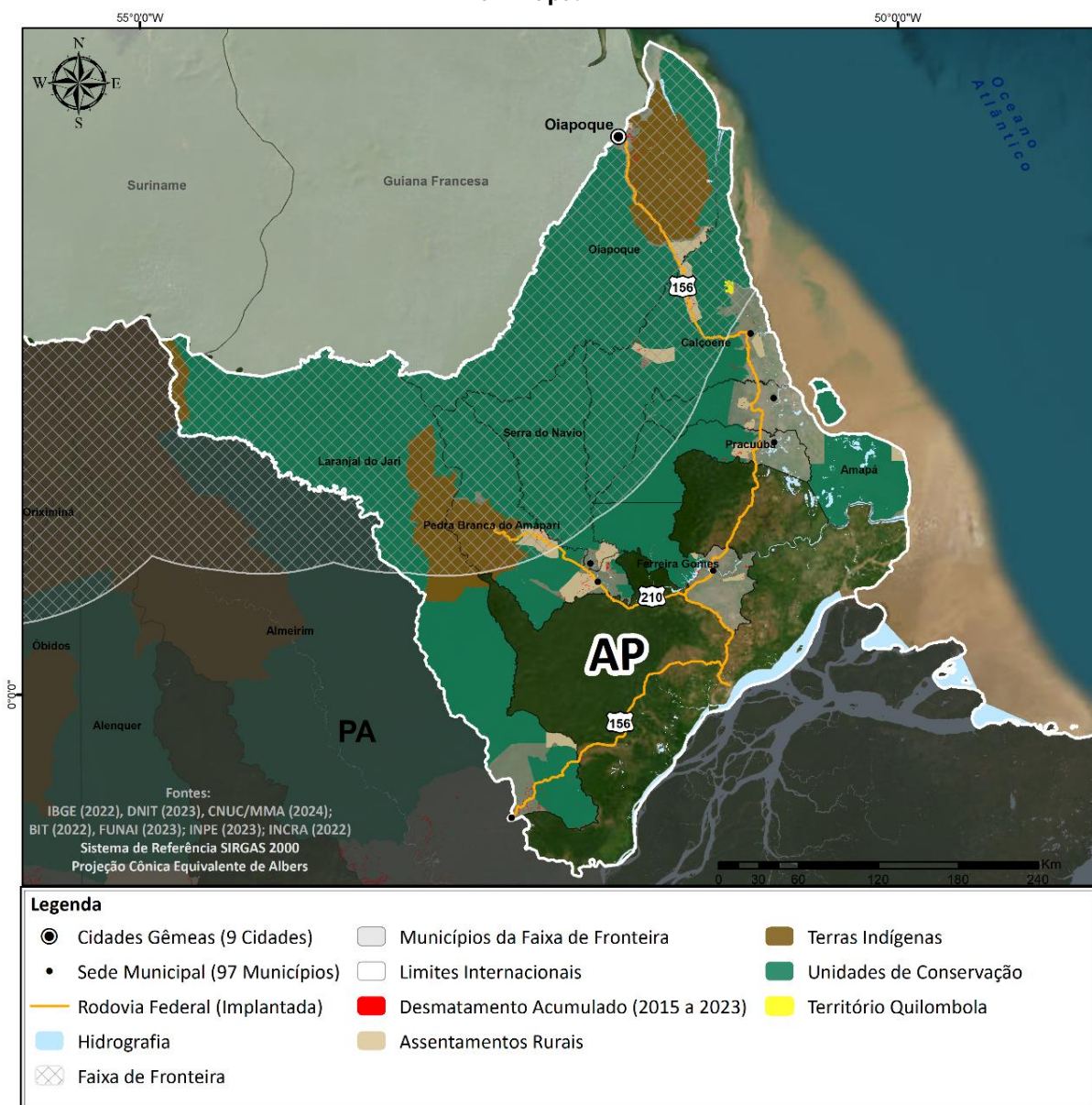
Dentre as questões investigadas, destacam-se os desafios da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em áreas coletivas, a correlação entre a regularização fundiária e a redução dos conflitos, e os impactos das mudanças nas políticas ambientais sobre o avanço do desmatamento. Além disso, buscou-se identificar a necessidade de estratégias mais integradas para enfrentar a degradação ambiental e as disputas territoriais, de modo a promover um ordenamento fundiário mais equitativo e sustentável na faixa de fronteira. Os dados trabalhados foram coletados, organizados e analisados para identificar padrões, sobreposições e dinâmicas territoriais, contribuindo para uma compreensão abrangente do ordenamento territorial e fundiário dos estados da região analisada.

Com relação à gestão climática, foram sistematizados os dados Atlas Brasileiro de Desastres Naturais que apontam que os alagamentos, chuvas intensas, enxurradas, estiagem e seca, incêndio florestal, inundações, vendavais e ciclones e outros, são desastres naturais comuns a todos os Estados dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) da Faixa de Fronteira. O Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima (AdaptaBrasil MCTI) indica que o risco de impacto presente e futuro das mudanças climáticas nos recursos hídricos considerando uma situação de seca e a ameaça de desastre geo-hidrológico no evento de deslizamento de terra, inundações, enxurradas e alagamentos representam as vulnerabilidades quanto ao risco das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos e a capacidade adaptativa.

CONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA

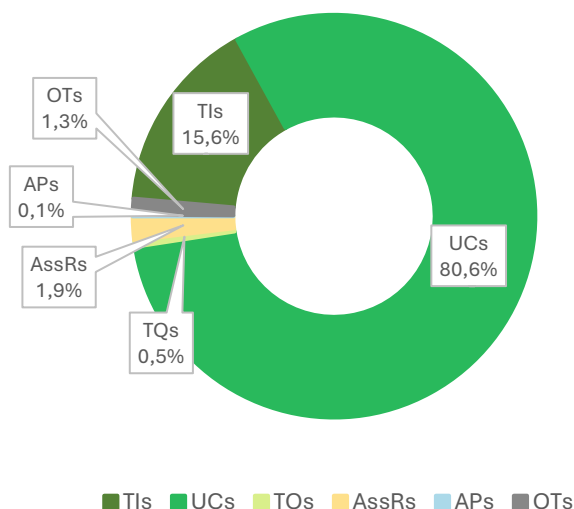
O Amapá destaca-se pela predominância de Unidades de Conservação, que ocupam 80,6% da faixa de fronteira, e Terras Indígenas, que abrangem 15,6%. Essa configuração reflete um modelo de governança voltado para assegurar serviços ecossistêmicos essenciais, como a proteção da biodiversidade e o equilíbrio climático, enquanto promove o uso sustentável do território. O gráfico abaixo apresenta a distribuição das áreas legalmente atribuídas na faixa de fronteira do estado do Amapá:

Mapa 5 - Áreas legalmente atribuídas e distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Amapá.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Gráfico 1 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Amapá.



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Incra, Funai, MMA.

O Amapá destaca-se pela predominância de Unidades de Conservação, que ocupam 80,6% da faixa de fronteira, e Terras Indígenas, que abrangem 15,6%. Essa configuração reflete um modelo de governança voltado para assegurar serviços ecossistêmicos essenciais, como a proteção da biodiversidade e o equilíbrio climático, enquanto promove o uso sustentável do território.

No estado, as UCs desempenham um papel estratégico na proteção de ecossistemas amazônicos únicos, atuando também como barreiras contra atividades ilegais, como a grilagem de terras públicas e o desmatamento. Entre as principais UCs, destacam-se a Floresta Nacional (Flona) do Amapá, a Flona de Cabo Orange, a Floresta Estadual (Floe) do Amapá e o Parque Nacional (Parna) Montanhas do Tumucumaque⁵. Essas áreas possuem distintos objetivos de conservação: as Flonas e a Floe conciliam o uso sustentável dos recursos florestais com práticas econômicas de baixo impacto, enquanto o Parque Nacional (Parna) Montanhas do Tumucumaque, de proteção integral, prioriza a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais. Reconhecido como um dos maiores parques nacionais do mundo, esse parque abrange áreas de sete municípios da faixa de fronteira, excetuando Ferreira Gomes, o que reforça sua ampla relevância ecológica.

Além disso, as UCs correspondem a 29,5%, 28,8% e 18,7% das áreas municipais na faixa de fronteira de Oiapoque, Laranjal do Jari e Calçoene, respectivamente. Essa distribuição evidencia sua importância para o ordenamento fundiário e para a promoção de uma gestão

⁵ A Floe do Amapá e o Parna Montanhas do Tumucumaque estão inseridos na Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA), cujo objetivo de proteger os recursos minerais da região e que, atualmente, também desempenha um papel relevante na conservação ambiental. A RENCA será abordada um pouco mais detidamente em seção posterior.

integrada e sustentável do território.

As Terras Indígenas, que ocupam 10.981,871 km² (15,6% da área), desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos territoriais, culturais e sociais das populações indígenas, além de promoverem práticas sustentáveis de manejo e conservação do território. Essas áreas fortalecem a presença dos povos originários nas decisões relacionadas ao uso da terra e à gestão territorial.

As Terras Quilombolas e os Assentamentos Rurais no Amapá possuem baixa representatividade na faixa de fronteira amapaense. As primeiras abrangem apenas 363,711 km² (0,5%), enquanto os assentamentos rurais ocupam 1.331,979 km² (1,9%). Esse cenário reflete o histórico de centralização do controle fundiário pela União durante o período em que o Amapá era território federal, bem como os desafios para incluir comunidades tradicionais no planejamento territorial. Apesar disso, essas categorias desempenham um papel importante na inclusão socioeconômica e no reconhecimento de direitos territoriais.

A categoria Outras Terras, que representa 1,3% do território (893,822 km²), destaca que o Amapá possui a menor proporção de terras a destinar na faixa de fronteira entre os estados amazônicos. Embora esse dado sugira um cenário relativamente consolidado de ordenamento territorial, ele também ressalta a necessidade de políticas públicas para regularizar e integrar essas terras ao planejamento regional, promovendo segurança jurídica e eficiência na gestão fundiária.

Com base nos dados apresentados, a baixa presença de Terras Privadas (TPs) no Amapá, representando apenas 93,563 km² ou 0,001% do território da faixa de fronteira, reflete uma característica singular do modelo de ocupação fundiária no estado. Essa configuração tem implicações diretas no modelo de governança territorial, especialmente quando comparada aos estados vizinhos, onde a proporção de terras privadas pode ser significativamente maior.

A predominância de terras públicas ou protegidas no Amapá sugere uma gestão fundiária orientada para a conservação ambiental e a proteção de populações tradicionais, reforçando o papel estratégico do estado na preservação de recursos naturais. Todavia, a baixa representatividade de TPs também pode limitar o desenvolvimento de iniciativas econômicas locais que dependam de disponibilidade de terras para a sua implementação. Ao mesmo tempo, esse cenário demanda políticas públicas robustas para garantir o uso sustentável e a fiscalização eficiente dessas áreas.

Por fim, cabe mencionar que o estado enfrenta desafios logísticos e de integração territorial. Suas principais conexões com o restante do Brasil dependem de rotas fluviais e aéreas via Belém, limitando o alcance de políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento econômico. Além disso, a predominância de áreas protegidas exige um modelo de governança que equilibre a conservação ambiental com a inclusão socioeconômica, respeitando as especificidades históricas, culturais e geográficas do estado.

GESTÃO AMBIENTAL

A análise dos registros do CAR na faixa de fronteira do Amapá revela uma distribuição desigual entre os municípios. Com uma área total de 103.647,233 km², cerca de 70.286,661 km² encontram-se na faixa de fronteira, sendo que aproximadamente 7.862,631 km² estão registrados no CAR, o que corresponde a 11,2% dessa área.

O município de Pracuúba destaca-se com 122% de área cadastrada, totalizando 1.672,614 km², um valor que excede sua extensão territorial e indica possíveis sobreposições ou inconsistências nos registros. Calçoene, com 27% de área cadastrada, e Pedra Branca do Amapari (21,9%) também apresentam participação significativa no CAR. Serra do Navio, por sua vez, registra 13,1% de sua área no sistema, enquanto municípios como Ferreira Gomes não possuem qualquer área registrada na faixa de fronteira.

Essa distribuição desigual reflete variações na adesão ao CAR e na implementação de registros entre os municípios, influenciadas por fatores como a presença de TIs, UCs e áreas de posse coletiva. Esses territórios possuem regimes específicos de uso e ocupação da terra, limitar ou complicar a inclusão de determinadas áreas no CAR, seja por restrições normativas ou desafios administrativos.

A ausência ou baixa representatividade de registros em municípios como Ferreira Gomes e Laranjal do Jari pode estar associada a dificuldades logísticas, entraves fundiários e à falta de acesso das comunidades a informações sobre o processo de registro. Muitas áreas carecem de suporte técnico adequado, o que dificulta a efetivação do cadastro e a regularização fundiária nesses territórios. Por outro lado, a elevada proporção de registros em Pracuúba reforça a necessidade de revisão e consolidação dos dados cadastrais, a fim de identificar possíveis inconsistências ou sobreposições que comprometam a confiabilidade do sistema.

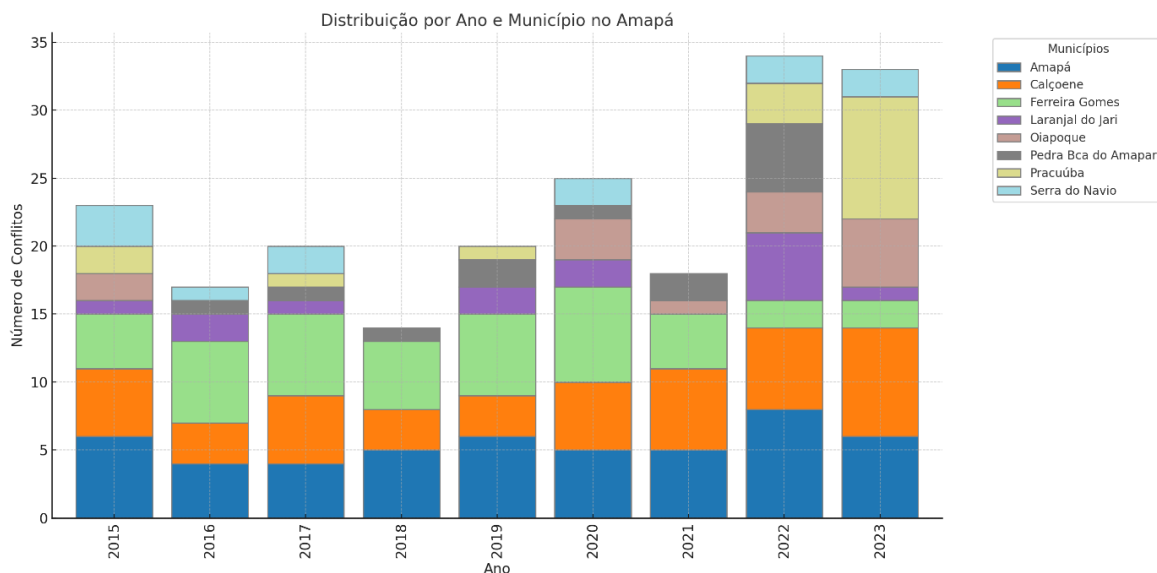
Além disso, a baixa taxa de análise dos cadastros no estado agrava esse cenário, com apenas 1,8% dos registros efetivamente verificados (LOPES et al., 2024). Esse percentual revela que a maior parte das áreas cadastradas ainda não passou por validação detalhada, comprometendo a eficácia do CAR como instrumento de gestão ambiental na fronteira amapaense.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA

Os índices de desmatamento na faixa de fronteira do estado do Amapá foram classificados como baixos, variando entre 0,01 e 2,5 km² no período acumulado de 2015 a 2023. Esse dado sugere que a gestão fundiária estadual, orientada para a conservação ambiental e a proteção de populações tradicionais, pode estar contribuindo para a proteção da cobertura florestal na região. No entanto, alertas de desmatamento na Floresta Estadual (Floe) do Amapá, com 31 registros em 2022 e um aumento significativo para 87 em 2023 (MAPBIOMAS, 2023; 2024), evidenciam uma progressão preocupante. Esses números indicam que, embora os índices gerais de desmatamento sejam baixos, áreas protegidas

estão sendo alvo de assédio econômico e ambiental (vide gráfico 4).

Gráfico 2 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá (2015-2023).



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

A figura evidencia um padrão de concentração de conflitos nos municípios do estado do Amapá ao longo do período analisado, entre 2015 e 2023. Os municípios de Amapá, Calçoene e Ferreira Gomes destacam-se como os principais polos de disputa, concentrando a maior parte dos registros. Essa recorrência sugere a persistência de dinâmicas estruturais relacionadas à pressão fundiária, exploração de recursos naturais e conflitos territoriais, especialmente em áreas com maior acessibilidade e ocorrência de recursos estratégicos.

Essa recorrência sugere a persistência de dinâmicas estruturais relacionadas à pressão fundiária, exploração de recursos naturais e conflitos territoriais, especialmente em áreas com maior acessibilidade e ocorrência de recursos estratégicos.

O ano de 2022 também se destaca como o pico no número de conflitos em todo o estado, indicando uma intensificação das disputas fundiárias e ambientais. Praticamente todos os municípios registraram aumento de casos, com destaque para Pracuúba, que teve um crescimento expressivo no número de registros. Esse salto pode estar relacionado a um contexto político mais permissivo quanto à ocupação de áreas protegidas e à exploração de recursos naturais durante o último ano do governo Bolsonaro. Além disso, a dispersão dos conflitos para municípios como Oiapoque e Pedra Branca do Amapari sugere uma ampliação geográfica das disputas, que passam a incluir áreas antes menos afetadas.

Embora 2023 apresente uma leve redução no número total de conflitos, os dados revelam a persistência das disputas nos municípios mais impactados, como Amapá e Calçoene, e o aumento contínuo em outros, como Pracuúba. Essa dinâmica aponta para uma possível

redistribuição das pressões fundiárias, com maior incidência em áreas remotas e menos monitoradas. Esses padrões reforçam a urgência de estratégias integradas de fiscalização e fortalecimento das instituições de governança, buscando enfrentar não apenas os conflitos existentes, mas também antecipar as condições estruturais que os promovem, especialmente em territórios mais vulneráveis às dinâmicas de exploração predatória.

GESTÃO CLIMÁTICA

Os impactos das mudanças climáticas observados nos territórios brasileiros reforçam a urgência de repensar os modelos de ocupação e uso da terra—tanto urbanos quanto rurais—, além de aprofundar o entendimento sobre as características geoclimáticas locais, como o clima, o padrão das chuvas, o relevo e os tipos de solo

As mudanças climáticas também têm provocado transformações nos ciclos naturais da Floresta Amazônica, como os períodos de cheia e vazante dos rios. Em consequência das alterações no volume de chuvas e da elevação das temperaturas, tornam-se mais frequentes os eventos extremos, como secas severas e inundações intensas. Essas mudanças afetam diretamente os municípios ribeirinhos, cujas comunidades organizam seus modos de vida na região de várzea com base no calendário natural das águas. A alteração desses ciclos compromete práticas tradicionais de manejo, provoca prejuízos econômicos e ambientais e afeta a segurança alimentar das populações. Além de impactar atividades como a pesca e agricultura, as mudanças no regime hidrológico também comprometem a mobilidade e o abastecimento das comunidades. Nas secas extremas, como a de 2023-2024, por exemplo, centenas de localidades ficaram isoladas devido à interrupção das rotas fluviais, dificultando o transporte de alimentos, medicamentos e combustíveis e o desenvolvimento de atividades econômicas—o que acentua a vulnerabilidade e compromete a permanência das populações em seus territórios.

Esses efeitos atingem com especial intensidade os povos e comunidades tradicionais—indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares—devido à forte dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como à precariedade de acesso a políticas públicas e infraestrutura adequada.

Embora essas vulnerabilidades se manifestem localmente, é importante considerar também os fatores climáticos de escala regional e global que contribuem para a intensificação dos eventos extremos na região. Cabe ressaltar que as alterações decorrentes das mudanças do clima não são fenômenos isolados na ocorrência dos desastres naturais. Os fenômenos naturais El Niño e La Niña⁶ contribuem com diferentes impactos no mundo e nas regiões do Brasil, conforme a periodicidade de suas ocorrências. No período de ocorrência do El Niño,

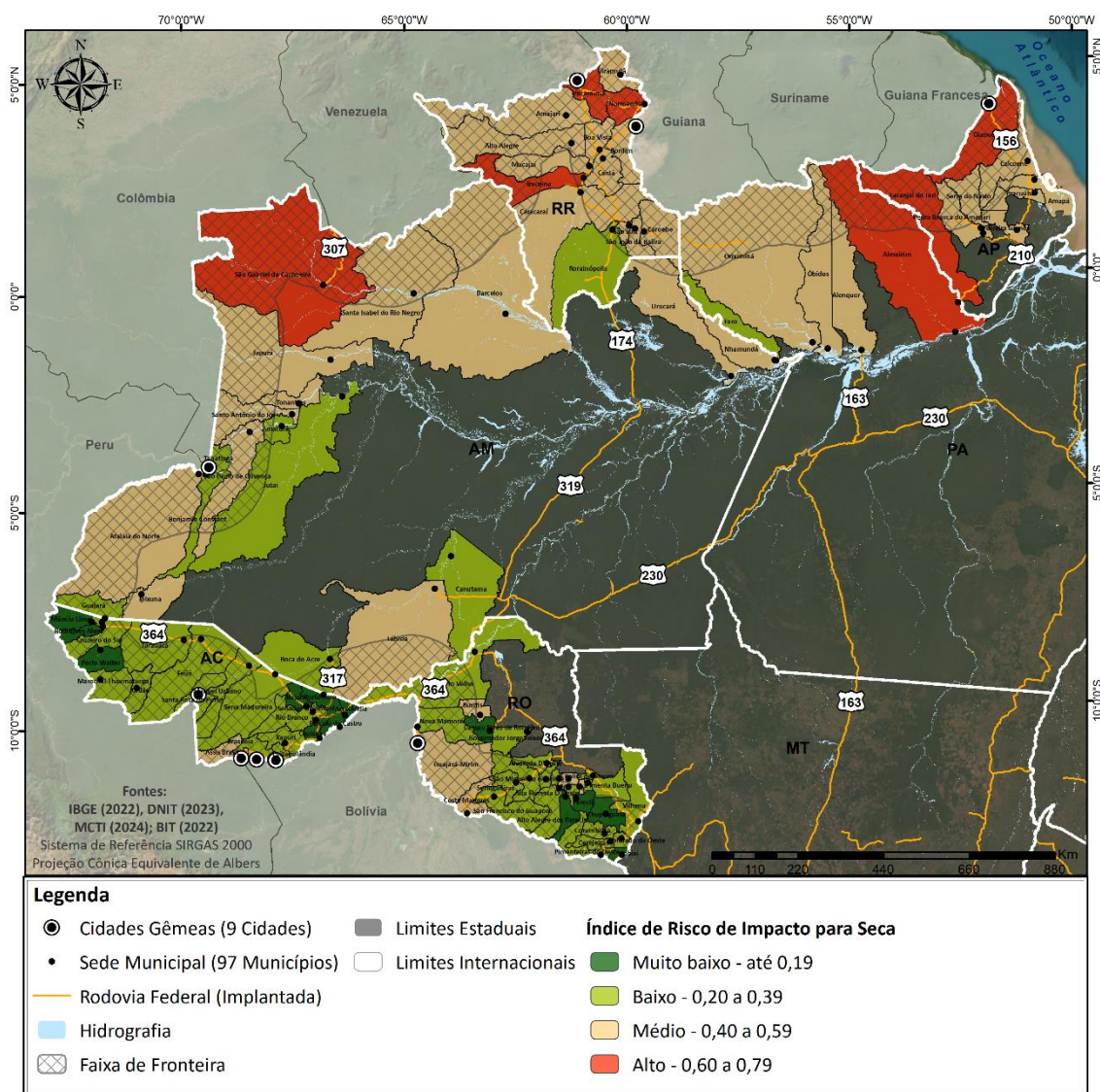
⁶ O El Niño e a La Niña são parte do fenômeno natural conhecido como El Niño Oscilação Sul (Enos), que ocorre no Oceano Pacífico Tropical. O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, na sua porção equatorial, e a La Niña corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Fonte: <http://enos.cptec.inpe.br/>. Acesso em: 20 de dez. 2024.

as secas registradas na Região Norte, nos anos de 2023 e 2024, são os exemplos mais recentes de desastres naturais, na forma mais extrema que aconteceu na Amazônia, derivadas de uma combinação de diferentes sistemas meteorológicos que ocasionaram estiagens históricas.

Os principais desastres naturais ocorridos no período de 1991 a 2022, nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, foram consolidados na versão atualizada do Atlas Digital de Desastres Naturais - Atlas Digital de Desastres no Brasil, desenvolvido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os mapas a seguir apresentam os índices de risco das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos e a capacidade adaptativa para recursos hídricos (seca) e para desastres geo-hidrológicos (inundações, enxurradas e alagamentos e deslizamentos). Para o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça climática de seca, observou-se que os Municípios da Fronteira, em sua maioria, estão na classe de impacto climático média e baixa (39,17% e 41,23%, respectivamente). No Amapá, destaca-se os Municípios Oiapoque e Laranjal do Jari que apresentam risco alto para a seca. Os demais Municípios apresentam o índice médio de risco de impacto para a seca.

Mapa 6 - Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca.



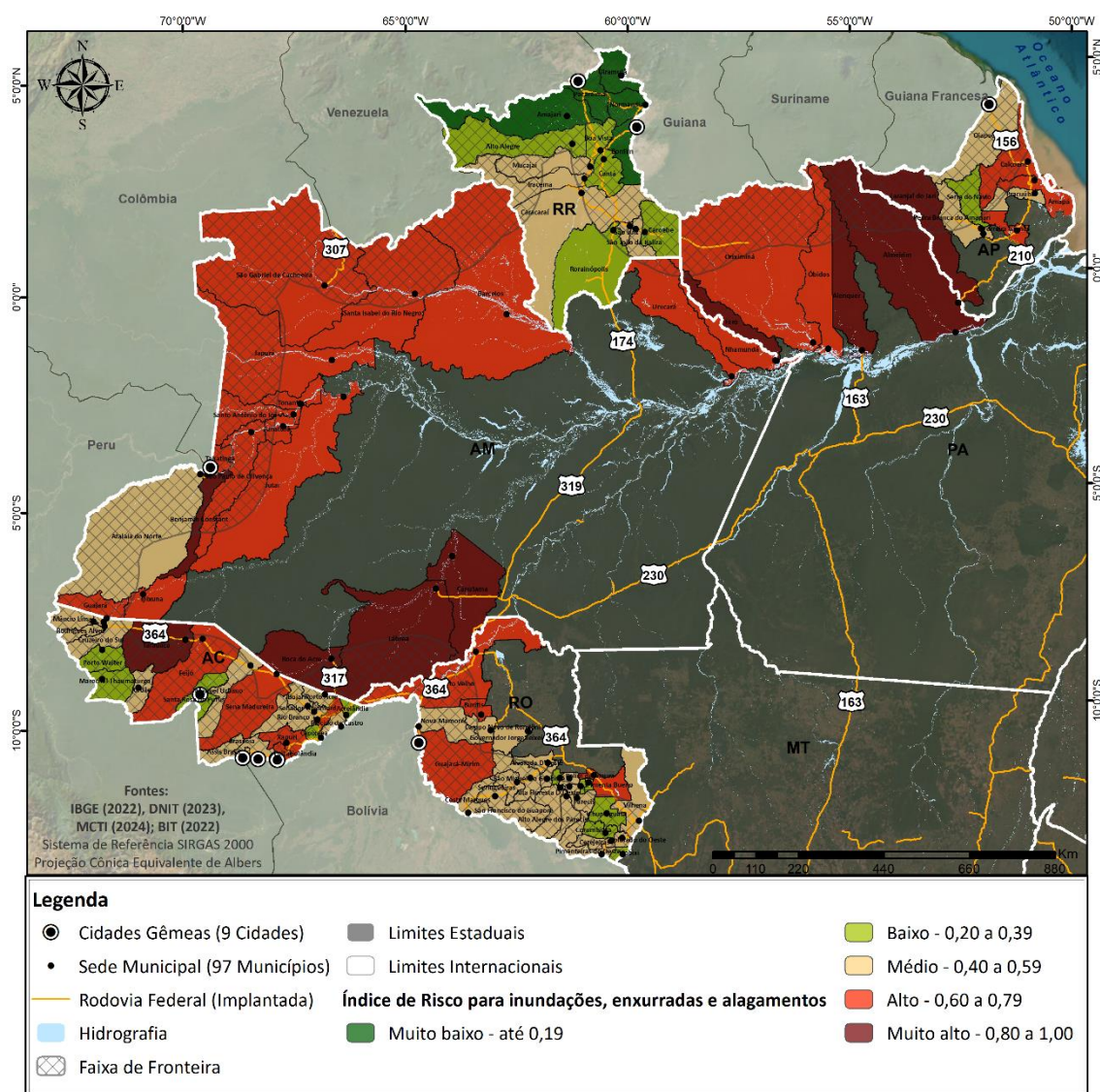
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Nesse aspecto, para diminuição do risco de impacto presente e futuro das mudanças climáticas nos recursos hídricos considerando uma situação de seca, o arcabouço legal existente, relacionado ao planejamento e gestão indicam que em sua maioria os Municípios do Estado do Amapá (75%) apresentam a classe muito baixa. Enquanto 25% representam o índice baixo.

Quanto à implementação de programas ou ações de prevenção contra impactos relacionados à seca, os dados encontram-se indisponíveis em sua maioria, o que representa 86,60% do total (84). No Estado do Amapá, os Municípios de Calçoene e Oiapoque foram reconhecidos como classe muito baixo, enquanto 75% do total, os dados se apresentam indisponíveis.

Sobre o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça de desastres geo-hidrológicos no evento de inundações, enxurradas e alagamentos, os Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia) estão enquadrados predominantemente, entre as classes médio e muito alto. No Amapá, os Municípios de Laranjal do Jari e Serra do Navio apresentam o índice muito alto e baixo, respectivamente. Enquanto 37,5% apresentam o índice alto e 37,5% representam o índice médio.

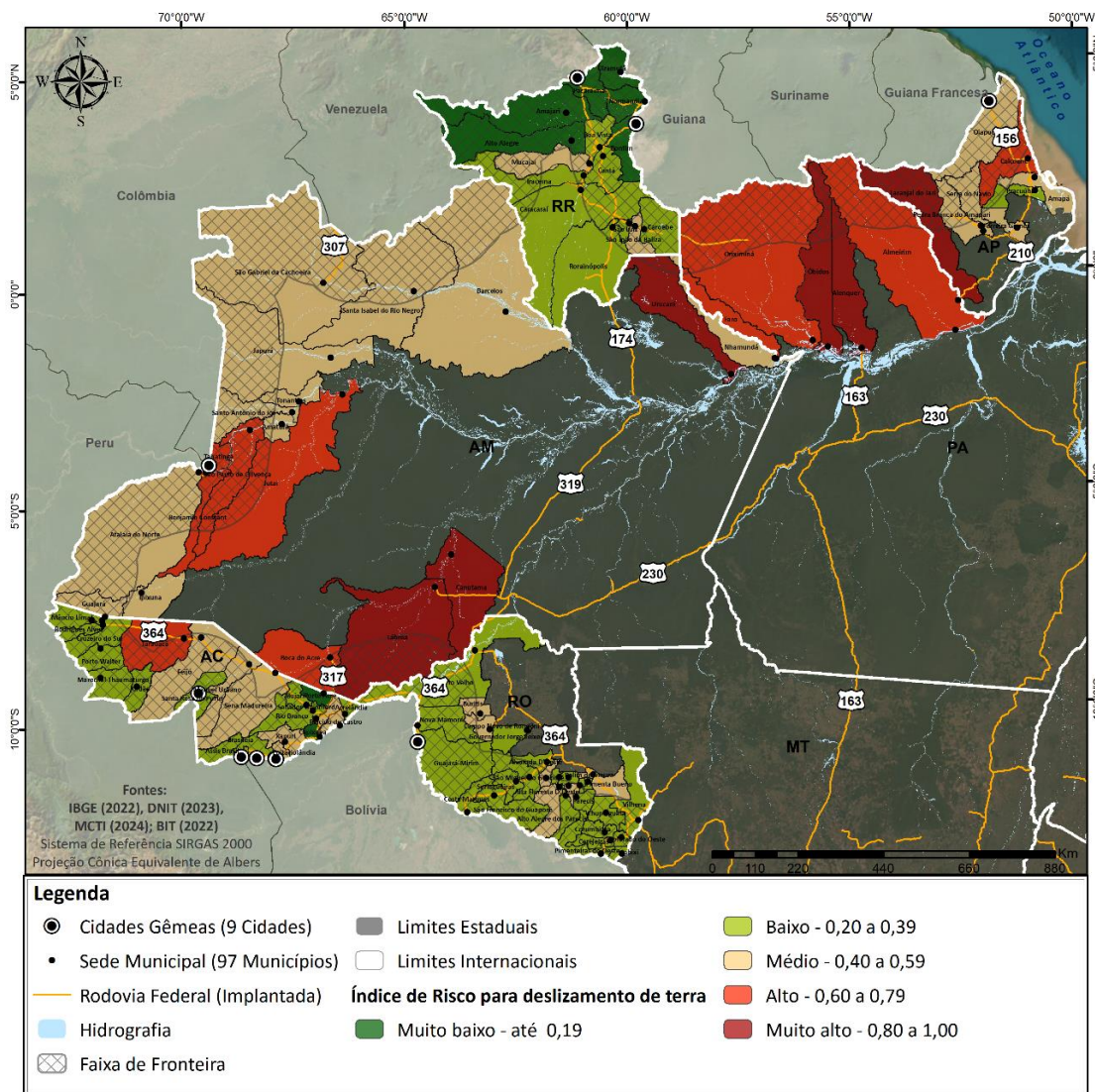
Mapa 7 - Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Para o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça de desastre geo-hidrológico no evento de deslizamento de terra, observou-se que os Municípios de Laranjal do Jari Calçoene e Pracuúba apresentam índice alto, muito alto e baixo para deslizamentos de terra, respectivamente. Os demais (62,5%) apresentam o índice médio.

Mapa 8 - Índice de risco de impacto para deslizamento.



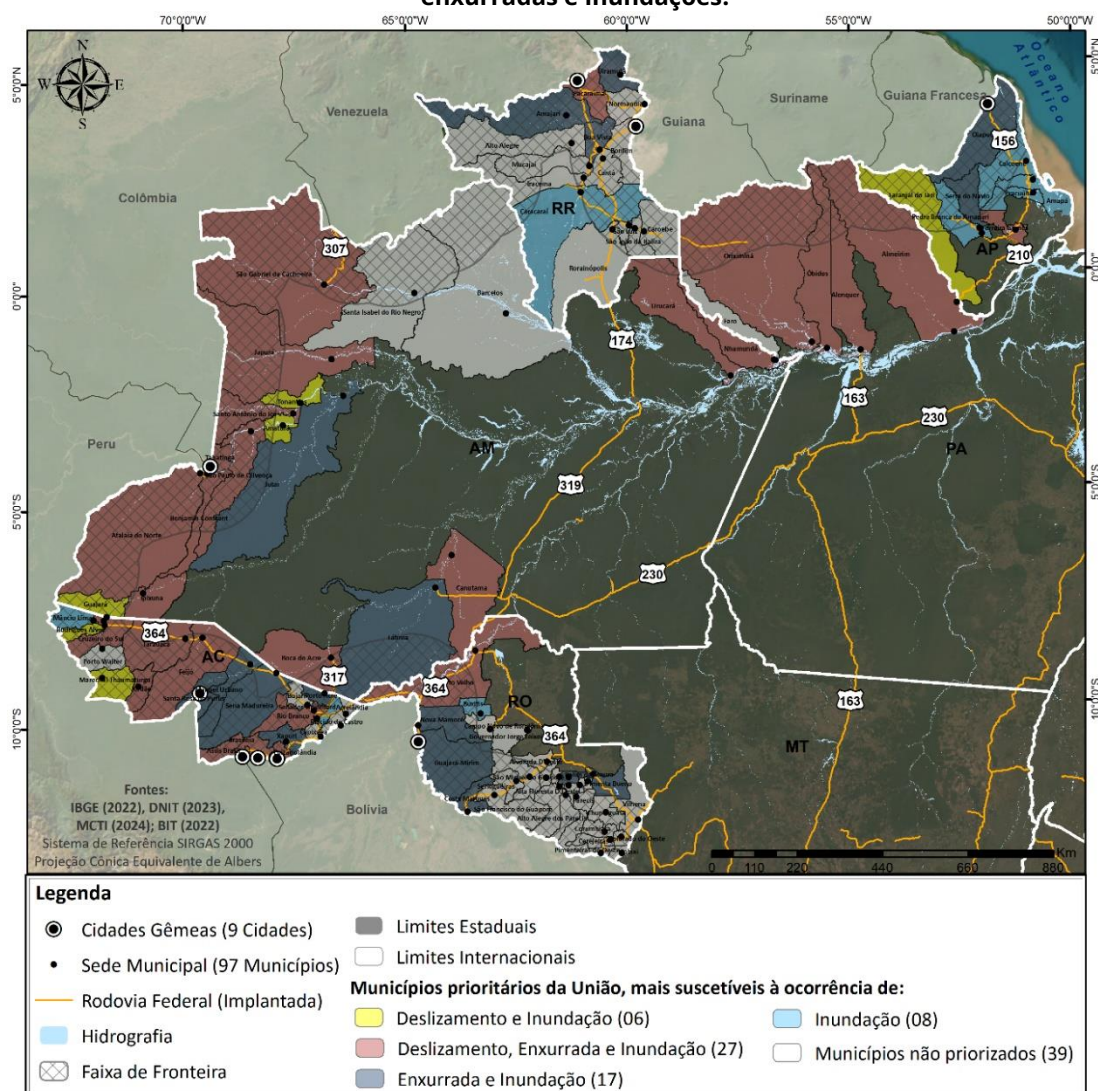
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Quanto à capacidade política e institucional em governança do risco, ações para redução e resposta em situação de desastre de deslizamento de terra, os Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia) estão enquadrados em sua maioria na classe muito baixa. Aproximadamente metade dos Municípios do Estado do Amapá, estão classificados como muito baixo. Os Municípios de Amapá, Ferreira Gomes e Oiapoque se classificam com o índice baixo e no índice médio se apresenta o Município de Pedra Branca do Amapari.

Em 2023, com o objetivo de orientar o Governo Federal nas ações de prevenção e mitigação de desastres naturais no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, especialmente no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, atualizou os critérios e indicadores para a identificação dos Municípios mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações.

A partir dos dados atualizados sobre desastres, vulnerabilidades e mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico⁷, foram selecionados 1.942 Municípios. Dos 97 Municípios situados na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, foram identificados 58 mais suscetíveis à ocorrência de desastres naturais relacionados a deslizamentos, enxurradas e inundações. Todos os municípios da faixa de fronteira do Amapá são considerados Municípios com perfil de risco prioritário. As ocorrências identificadas por tipo de risco correspondem a: (i) deslizamentos e inundações; (ii) deslizamentos, enxurradas e inundações; e (iii) enxurrada e inundação.

Mapa 9 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

⁷ As fontes de consulta dos dados históricos das últimas décadas, mapeamento atuais e informações do Censo 2022, bem como os indicadores e critérios adotados estão disponibilizadas na Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR, Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento - Casa Civil. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/copy_of_NotaTcnica12023SADJVISAMCCPR_SEI_00042.000497_2023_74.pdf

Estabelecido conforme os critérios presentes na mesma Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) desenvolveu o Indicador de Capacidade Municipal (ICM)⁸, com o objetivo de retratar a capacidade dos Municípios em atuar na gestão dos riscos e desastres. Entre as Categorias de Gestão de Riscos e Desastres (GDR) definidas, foram identificados na Faixa B (Intermediária Avançada). No Quadro ..., 22 (vinte e dois) Municípios da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia), no Perfil de Risco “Prioritário” e “Não Prioritário”. No Amapá, apenas a capital Macapá, que não se encontra na Faixa de Fronteira, é considerada um Município com perfil de risco prioritário.

Quadro 1 - Municípios dos Estados da Faixa de Fronteira - Arcos Norte e Rondônia identificados na Faixa B (Intermediária Avançada)

Estado	Municípios	Perfil de Risco	
		Prioritário	Não Prioritário
Acre	Epitaciolândia		
	Feijó		
	Rio Branco		
Amazonas	Atalaia do Norte		
	Barcelos		
	Labrea		
	São Gabriel da Cachoeira		
	São Paulo de Olivença		
Amapá	Macapá		
Pará	Oriximiná		
Rondônia	Alto Alegre do Parecis		
	Alta Floresta d'Oeste		
	Governador Jorge Teixeira		
	Nova Brasilândia do Oeste		
	Pimenta Bueno		
	Porto Velho		
	São Francisco do Guaporé		
Roraima	Boa Vista		
	Bonfim		
	Cantá		
	Caroebe		
	Rorainópolis		

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Indicador de Capacidade Municipal (ICM), 2025.

⁸ O ICM é o principal indicador para o monitoramento do Programa 2318 - Gestão de Riscos e Desastres no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que será considerado ao longo dos próximos quatro anos para avaliar o aprimoramento da capacidade dos Municípios em ações de gestão de riscos e desastres no Brasil. O ICM é composto por 20 (vinte) variáveis, distribuídos em três dimensões: Instrumentos de Planejamento e Gestão; Coordenação Intersectorial e Capacidades; e Políticas, Programas e Ações. O quantitativo de Municípios por Categoria de Gestão de Riscos e Desastres (GDR) foi distribuído em quatro categorias de índice: Faixa A (Alta); Faixa B (Intermediária Avançada); Faixa C (Intermediária Inicial) e Faixa D (Inicial). Ver mais em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm>.

A análise da evolução das emissões de gases de efeito estufa nos Municípios dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) da Faixa de Fronteira, disponibilizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)⁹, desenvolvido pelo Observatório do Clima¹⁰, apontam para os anos de 2015, 2022 e 2023¹¹, que o principal setor - mudança de uso da terra e floresta, corresponde à maior parte das emissões brutas de gases de efeito estufa, seguido dos setores de agropecuária, energia e resíduos.

As grandes emissões de CO₂ no setor de mudança de uso da terra e floresta, se devem a conversão de áreas de florestas para pastagens e outras culturas agrícolas. A agropecuária, a pecuária e a agricultura são os maiores contribuintes para as emissões de GEE, com destaque para a emissões de metano da digestão dos animais e a liberação de CO₂ devido ao desmatamento.

O setor de energia contribui para as emissões, especialmente ao uso de combustíveis fósseis. As emissões do setor de resíduos, embora em menor escala, estão associadas ao aumento da população e a avanços no acesso aos serviços de saneamento, bem como no aproveitamento dos gases gerados no tratamento de resíduos. A Tabela 3 apresenta as emissões de gases de efeito estufa dos Municípios do Estado do Amapá, nos anos de 2015, 2022 e 2023.

Tabela 3 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Amapá.

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Amapá	2015	108.914	1.808	1.847	2.911	117.495
	2022	94.574	2.316	19.158	2.502	118.550
	2023	102.128	2.302	31.760	2.593	138.783
Calçoene	2015	42.981	11.813	125.684	3.276	183.754

⁹ O SEEG reúne e organiza as estimativas de emissões nos cinco setores, fontes de gases de efeito estufa (GEE), - agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industriais e resíduos - para as 27 Unidades da Federação e os 5.570 Municípios do país. Os dados disponíveis nas coleções do SEEG formam uma série histórica que inicia em 1970 (com exceção do setor de mudança de uso da terra, que iniciou em 1990), limitando-se ao ano anterior ao lançamento de cada coleção.

¹⁰ O Observatório do Clima (OC) é uma rede de organizações da sociedade civil, dedicada ao monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. As instituições integrantes da OC coordenam o trabalho técnico do SEEG: IPAM (mudança de uso da terra), IMAFLORA (agropecuária), IEEMA (energia e processos industriais, e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (resíduos).

¹¹ Os anos selecionados para a análise representam o ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris (2015), o último ano do período -2019 a 2022 - de enfraquecimento das políticas de controle do desmatamento (2022) e o ano da retomada das ações das medidas de fiscalização e de redução por setor de emissão (2023).

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
	2022	27.505	15.118	599.123	3.922	645.668
	2023	28.229	14.034	397.457	4.265	443.985
Ferreira Gomes	2015	24.030	4.131	49.921	1.955	80.037
	2022	13.047	2.047	464.895	3.389	483.378
	2023	14.126	2.051	284.084	3.252	303.513
Laranjal do Jari	2015	16.550	36.277	287.129	12.779	352.735
	2022	11.635	16.767	157.921	16.253	202.576
	2023	12.154	16.182	61.527	15.857	105.720
Oiapoque	2015	13.358	37.188	61.617	11.313	123.476
	2022	11.622	41.785	3.961.805	16.857	4.032.069
	2023	12.361	39.120	1.898.308	18.503	1.968.292
Pedra Branca do Amapari	2015	6.628	82.277	99.904	3.420	192.229
	2022	4.290	62.729	117.571	4.106	188.696
	2023	5.158	45.378	109.859	4.079	164.474
Pracuúba	2015	52.069	497	787	1.288	54.641
	2022	24.220	1.907	37.215	9.464	72.806
	2023	25.255	1.801	16.639	8.319	52.014
Serra do Navio	2015	3.477	229	10.731	2.496	16.933
	2022	1.919	973	21.509	3.061	27.462
	2023	2.198	937	30.906	3.067	37.108
Total Municípios	2015	268.007	174.220	637.620	39.438	1.121.300
	2022	188.812	143.642	5.379.197	59.554	5.771.205
	2023	201.609	121.805	2.830.540	59.935	3.213.889
Total		658.428	439.667	8.847.357	158.927	10.106.394

Fonte: Adaptado do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2024

O Estado do Amapá compreende os seguintes cenários, quanto a emissão de GEE nos Municípios da Faixa de Fronteira:

- Os Municípios na sua totalidade, têm como principal fonte de emissão o setor de mudança de uso da terra e floresta, especialmente devido ao desmatamento e ao aumento das pastagens, seguida da atividade pecuária. Entre os Municípios, Amapá foi

o único a apresentar no ano de 2015, a maior emissão de GEE no setor de agropecuária, em comparação ao setor de mudança de uso da terra e floresta;

- A comparação das emissões por setor, nos anos de 2015 e 2023, aponta: (i) o aumento da emissão de GEE no setor de mudança de uso da terra e floresta no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015, com exceção do Município de Laranjal do Jari; (ii) o aumento das emissões no setor da agropecuária em todos os Municípios, no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015; (iii) o aumento da emissão de GEE no setor de energia em todos os Municípios, no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015, com exceção dos Municípios de Ferreira Gomes, Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari; (iv) o aumento da emissão de GEE no setor de resíduos no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015, com exceção do Município de Amapá;

- A comparação das emissões por setor, nos anos de 2022 e 2023, aponta: (i) a redução da emissão de GEE no setor de mudança de uso da terra e floresta no ano de 2023, em comparação ao ano de 2022, com exceção dos Municípios de Amapá e Serra do Navio; (ii) o aumento das emissões no setor da agropecuária em todos os Municípios, no ano de 2023, em comparação ao ano de 2022; (iii) a redução da emissão de GEE no setor de energia em todos os Municípios, no ano de 2023, em comparação ao ano de 2022, com exceção do Município de Ferreira Gomes; (iv) o aumento da emissão de GEE no setor de resíduos no ano de 2023 em 50% dos Municípios, em comparação ao ano de 2022, com exceção dos Municípios de Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari e Pracuúba.

EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO

A implantação de infraestruturas no contexto da região Amazônica é marcada por desafios geográficos, socioeconômicos e políticos. De um lado, a expansão da infraestrutura possibilita a conexão de áreas onde a presença do Estado é fundamental para facilitar acesso a serviços, possibilitar o comércio com países vizinhos e promover ações de segurança nacional. Por outro lado, o próprio isolamento de determinadas regiões funciona como um mecanismo natural de proteção ambiental. Nesse contexto, o planejamento e os investimentos em infraestrutura devem ser conduzidos de forma criteriosa e territorialmente sensível, de modo a garantir os direitos das comunidades locais sem comprometer a sociobiodiversidade.

Este capítulo apresenta uma análise sobre as infraestruturas presentes na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia. Inicialmente, fez-se um levantamento dos principais órgãos federais atuantes no tema das fronteiras de modo a obter um panorama geral da presença do Estado nesse território. Identificar as estruturas de governo existentes é um primeiro passo para avaliar os possíveis gargalos para o desenvolvimento local, gestão do território e fortalecimento da atuação do poder público na região.

Em seguida, são apresentadas as informações referentes às infraestruturas viárias, tanto com relação ao transporte rodoviário, quanto fluvial, aéreo e ferroviário. A estruturação de rede de transporte integrada ainda representa um desafio para a integração da Região Amazônica ao restante do país e aos países vizinhos, em termos logísticos. Observa-se que há um esforço crescente por parte do Governo Federal e de organizações locais para investir nesse tipo de infraestrutura, especialmente com relação às rodovias, ampliação das hidrovias e desenvolvimento de portos. Desde os anos 2000, a crescente demanda por exportações e o aumento da atuação federal em projetos de infraestrutura resultaram em avanços significativos, com a revitalização e construção de novos trechos rodoviários, expansão da malha ferroviária e a modernização de aeroportos.

Também a infraestrutura energética e de comunicações nos Estados analisados apresenta desafios que impactam o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões fronteiriças. Esse contexto demanda um exame atento sobre as políticas públicas, o planejamento e a execução de projetos estratégicos, com vistas a integração com o restante do Brasil e com os países vizinhos. Dentre as questões que merecem atenção, destaca-se a cobertura da rede elétrica, a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, a implantação de soluções tecnológicas inovadoras e de adaptação das infraestruturas existentes às necessidades locais. A proximidade com as fronteiras pode resultar em vulnerabilidades, tanto na segurança das infraestruturas, quanto na gestão das redes de comunicação e de energia.

Já com relação à gestão das infraestruturas de saneamento básico, particularmente nas cidades gêmeas, demanda-se uma abordagem integrada entre os países e estados, que possa fortalecer a cooperação e as sinergias locais, uma vez que tais questões estão intimamente ligadas a aspectos ambientais, sociais e de saúde pública.

Por fim, é fundamental destacar a preocupação com os impactos socioambientais da expansão dos grandes projetos de infraestrutura, especialmente aqueles relacionados à implantação de rodovias, geração de energia elétrica e instalação de linhas de transmissão. Historicamente, a implantação desses sistemas e redes vêm acompanhados de degradação ambiental e conflitos sociais, que abrangem o desmatamento, fragmentação de habitats e ameaças aos povos e comunidades tradicionais.

INFRAESTRUTURAS DE GOVERNO

O governo federal mantém uma rede de unidades espalhadas pelos municípios fronteiriços, com o objetivo de fiscalizar, proteger e planejar o uso de seu território. O levantamento aqui realizado busca um mapeamento preliminar das estruturas de governo presentes nos municípios da Faixa de Fronteira do estado do Amapá, a partir da identificação de órgãos que atuam em áreas estratégicas para a discussão das fronteiras. Os órgãos mapeados foram organizados em quadro grandes categorias, com o intuito de oferecer um panorama geral sobre temas fundamentais como meio ambiente, segurança e gestão territorial. São eles:

Quadro 2 - Categorias e Órgãos Federais presentes na Faixa de Fronteira

Categoria	Órgãos Federais
Segurança, Defesa e Fiscalização	Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Vigilância Agropecuária Internacional, Exército Brasileiro, Aeronáutica, Marinha do Brasil, Pelotão Especial de Fronteira.
Gestão Territorial e Comunidades Tradicionais	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Educação, Ciência e Tecnologia	Universidades e Institutos federais

Fonte: Elaborado pelo IBAM

O Estado do Amapá conta com 2 unidades do Pelotão Especial de Fronteira, pelotão responsável pelo patrulhamento terrestre em pontos estratégicos da fronteira, reforçando a presença do Estado em regiões de difícil acesso. Também as Forças Armadas, compostas pelo Exército Brasileiro, pela Marinha do Brasil e pela Aeronáutica, estão presentes no estado, especialmente no Oiapoque.

Uma inspetoria da Receita Federal opera em Oiapoque. Também no Oiapoque há um posto da Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), ligada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), responsável pelo controle e fiscalização do trânsito internacional de produtos agropecuários.

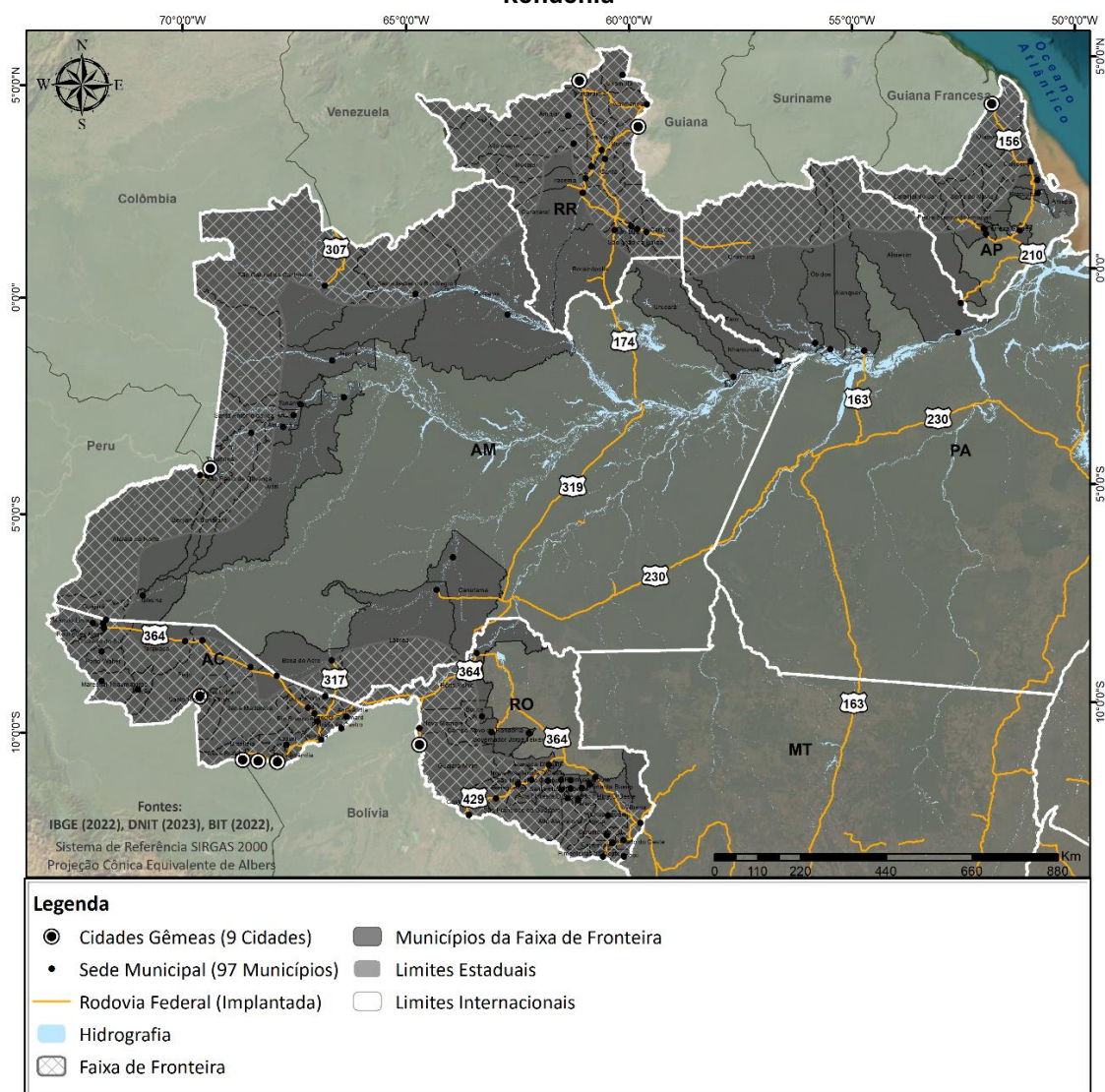
Além das instituições de segurança e fiscalização, também é importante ter órgãos federais voltados ao monitoramento territorial e às das comunidades tradicionais, como uma agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), porém não foram identificados no levantamento de dados secundários informações sobre a presença desses órgãos nesses municípios da faixa de fronteira, mas há uma unidade de cada órgão no Macapá. Sobre a presença de órgãos voltados para a preservação ambiental, há 1 escritório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e em Oiapoque e 1 escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), na capital, Macapá.

Com relação ao mapeamento de instituições de educação, ciência e tecnologia, estes desempenham papel importante não só na qualificação de profissionais como polos de integração e cooperação transfronteiriça, fortalecendo laços entre os países vizinhos e impulsionando pesquisas voltadas às necessidades regionais. No Amapá, a oferta de ensino superior federal conta com a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e duas unidades do Instituto Federal do Amapá (IFAP).

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

O acesso à Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia é viabilizado, principalmente, por quatro Rodovias Federais: a BR-364 (Cuiabá - Porto Velho), a BR-319 (Manaus - Porto Velho), a BR-174 (Manaus - Boa Vista) e a BR-230 (Transamazônica). Projetadas no contexto dos Programas de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, essas rodovias tinham como objetivo conectar a Amazônia às demais regiões do Brasil, promovendo a ocupação dos chamados "espaços vazios" e a exploração econômica da região. O Mapa abaixo apresenta as principais Rodovias Federais que interligam os Estados da Faixa de Fronteira, em estudo.

Mapa 10 - Rodovias Federais que interligam os Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



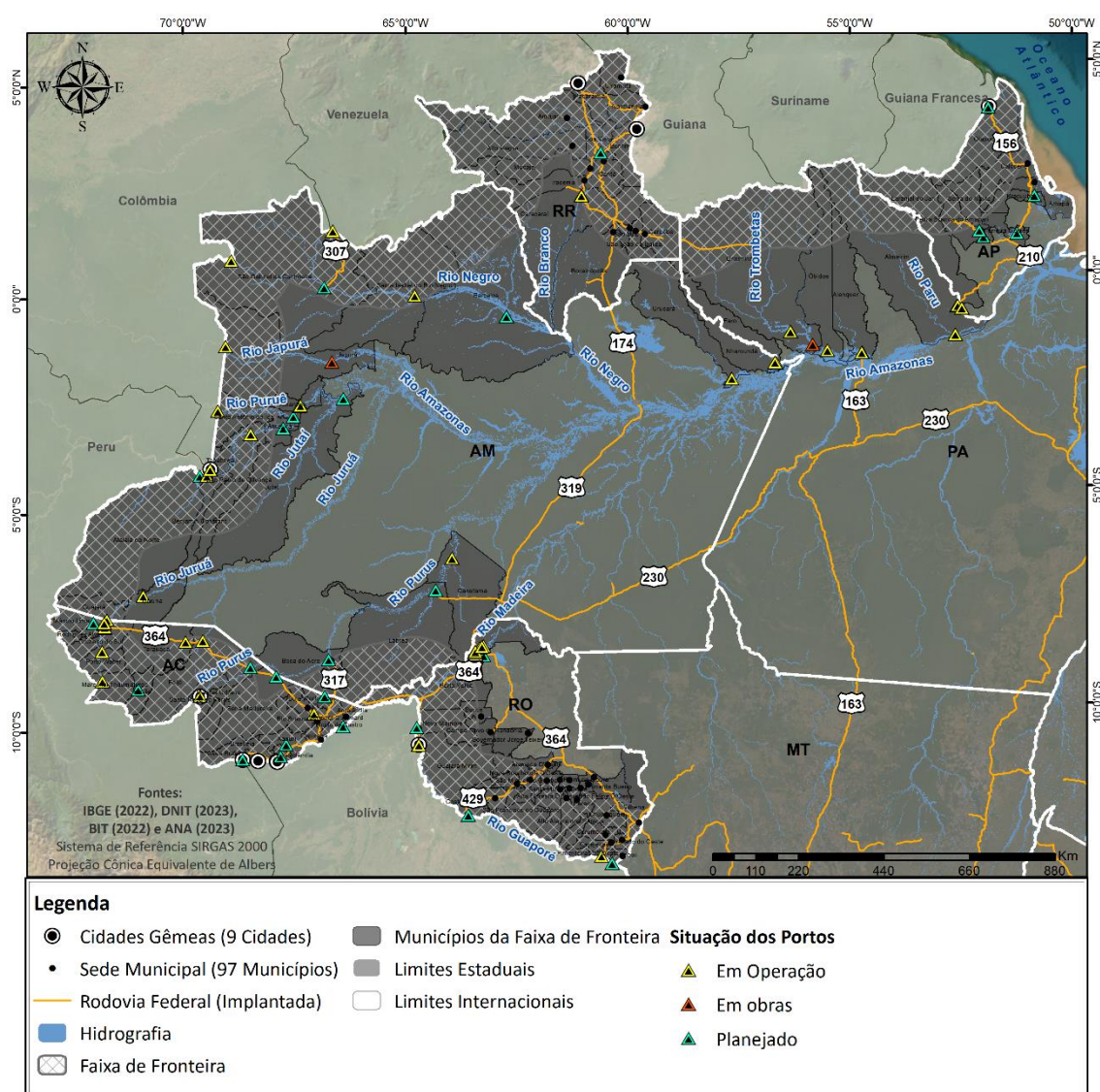
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

A rodovia BR-156 que liga o Município de Laranjal do Jari ao Oiapoque é uma rodovia importante para o Amapá, pois além de interligar os municípios amapenses é importante para o escoamento de mercadorias no estado. Ela também conecta o Amapá a Guiana Francesa através da Ponte Binacional Brasil – Guayane Française. Já a rodovia BR – 210, conhecida como Perimetral Norte, é uma rodovia federal transversal brasileira projetada no período militar que previa a ligação dos estados de Roraima e Amapá, passando por Pará e Amazonas. Somente alguns trechos foram implantados nos estados de Amapá e Roraima.

Considerando a logística da região e dada a presença de extensos rios e cursos d'água, o transporte fluvial representa papel importante na logística regional para o escoamento e abastecimento de bens e produtos, além da mobilidade das comunidades amazônicas e das cidades ribeirinhas dos Municípios da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia. Entre os rios navegáveis, os Rios Amazonas/Solimões, Negro, Branco, Madeira, Juruá e Purus,

representam importantes meios de integração entre as cidades da região amazônica e Estados vizinhos. Segundo o levantamento do Banco de Informações e Mapas de Transportes (BIT), do conjunto dos portos públicos existentes e previstos na região, não há nenhum em operação na Faixa de Fronteira do Amapá. No entanto, na capital Macapá existe o Porto de Santana (antigo Porto Macapá), que possui localização estratégica pelo acesso ao mar.

Mapa 11 - Portos em operação, em obras e planejados nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

Entre os modais disponíveis, o transporte fluvial desempenha papel fundamental na logística e integração regional na Amazônia, especialmente aos Municípios da Faixa de Fronteira, possibilitando o escoamento de produtos, o abastecimento de cidades ribeirinhas e a mobilidade das comunidades locais. Contudo, no contexto das mudanças climáticas, com suas consequências na alteração da dinâmica dos rios, especialmente aos períodos de secas e estiagens, apresentam desafios significativos, afetando tanto a navegação, quanto as

condições de vida das populações tradicionais. A adaptabilidade e a gestão eficiente das infraestruturas portuárias e fluviais serão essenciais para mitigar os impactos e favorecer a resiliência da população local.

Devido à vastidão territorial e à dificuldade de acesso terrestre, o transporte aéreo regional também possui importância essencial na conectividade entre cidades de difícil acesso. Devido ao modelo de ocupação, os primeiros aeroportos construídos foram destinados a atender às demandas militares e governamentais. Ao longo das décadas, a infraestrutura aeroportuária foi ampliada para atender ao comércio e à população. O Amapá possui apenas um aeroporto público regional na região da Fronteira, o Aeroporto de Oiapoque, além do que está localizado na capital.

Atualmente, no âmbito das propostas para implementação de transporte e logística, vale destacar o Programa Rotas de Integração Sul-Americana. Criado em 2022, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o programa tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia. Das cinco Rotas da Integração Sul-Americana definidas, apenas uma atravessa o Amapá, a Rota 1, da Ilha das Guianas.

A Rota 1 é multimodal, formada por rodovias e hidrovias. No Brasil, inclui integralmente os Estados de Roraima e Amapá, além da calha norte dos Estados Amazonas e Pará. Contempla, ainda, o norte da América do Sul: Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela. É considerada a maior ilha marítimo- fluvial do mundo, por ser uma porção de terra banhada pelo oceano Atlântico e rodeada pelos rios Orinoco, Negro e Amazonas, além do canal de Casiquiare - que tem 326 km e liga as bacias hidrográficas do Orinoco e do Amazonas (MPO, 2024).

INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES

As particularidades da matriz energética da Região Norte, as características geográficas remotas e os impactos dos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados e previstos na Região Amazônica são aspectos significativos que devem ser considerados na análise da infraestrutura energética. Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2024), a Região Norte possui a capacidade instalada de geração de energia¹² de 35.638 MW, o que representa 17,9% do total disponível no Brasil.

Da capacidade instalada no território brasileiro, os dados da Região Norte indicam que a fonte hidroelétrica (29,10%) representa a maior capacidade de geração, seguida da termoelétrica (7,6%) e do solar (0,4%). No contexto do Arco Norte, os Estados do Amazonas (5,91%), Pará (59,43%) e Rondônia (23,53%), representam 88,87% da geração de energia. Nos

¹² A capacidade instalada de geração elétrica é a potência máxima que uma usina pode gerar, enquanto a geração de eletricidade por fonte é a quantidade de energia produzida a partir de uma fonte específica.

Estados do Acre (0,30%), Amapá (2,15%), Roraima (1,70%), o potencial de geração corresponde a 4,15% do total da Região Norte. No Estado do Amapá predomina a produção hidroelétrica, sendo a termoeletrica, a segunda fonte de energia do Estado, seguida da solar.

Quadro 3 - Capacidade instalada de geração de energia por tipo de fonte na Região Norte¹³

Estados	Hidroelétrica		Termoeletrica		Solar		Total	
	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%
Acre	0	0,0	104	2,88	1	2,17	106	0,30
Amapá	745	2,33	15	0,42	4	8,70	765	2,15
Amazonas	275	0,86	1.832	50,69	1	2,17	2.107	5,91
Pará	20.770	64,95	393	10,87	17	36,96	21.180	59,43
Rondônia	7.781	24,33	588	16,27	15	32,61	8.384	23,53
Roraima	10	0,03	593	16,41	2	4,35	605	1,70
Tocantins	2.395	7,49	89	2,46	6	13,04	2.491	6,99
Região Norte	31.977	90	3.614	10	46	0,00	35.638	100

Fonte: Adaptado do BEN, 2025.

Embora nas capitais e principais Municípios de cada Estado da Faixa de Fronteira estejam interligados ao SIN, grande parte das regiões interiores e de difícil acesso ainda dependem de sistemas isolados ou de geração própria, como pequenos sistemas fotovoltaicos ou hidrelétricas locais. A interligação completa dessas áreas ao SIN continua sendo um dos desafios das políticas públicas para garantir a universalização do acesso à energia elétrica.

Vale destacar que o Governo Federal, por meio do Ministério de Minas de Energia (MME), coordena o Programa Energias da Amazônia, iniciativa concentrada na melhoria do acesso à energia elétrica nas regiões remotas e isoladas da Amazônia. Na Região Norte estão reunidos os Sistemas Isolados (SISOL), não conectados ao SIN e atendidos por sistemas térmicos a óleo diesel, para fornecimento de energia elétrica. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), desde 2017, possui a atribuição de prever a carga e de planejar a operação dos SISOL. Conforme dados disponibilizados pela Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) - Ciclo de Planejamento 2024 -, os Sistemas Isolados estão distribuídos em 45% do território nacional e se concentram especialmente no Estado do Amazonas.

Com o objetivo de promover o acesso à energia elétrica, por meio da extensão das redes de distribuição, principalmente em áreas rurais, o Governo Federal lançou em 2003, o Programa Luz para Todos (PLPT). Apesar do alcance e dos resultados, os desafios logísticos e técnicos encontrados nas regiões remotas da Amazônia Legal, conduziu o Governo Federal

¹³ Não há produção de energia eólica ou nuclear na região.

a instituir em 2020, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA), com o propósito de promover o acesso à energia elétrica, exclusivamente por fontes renováveis, para 219 mil unidades consumidoras, até 2022. Entretanto, após mais de dois anos e com menos de 5% da meta cumprida, o Governo Federal unificou os dois programas, incorporando as premissas e diretrizes do MLA ao PLPT.

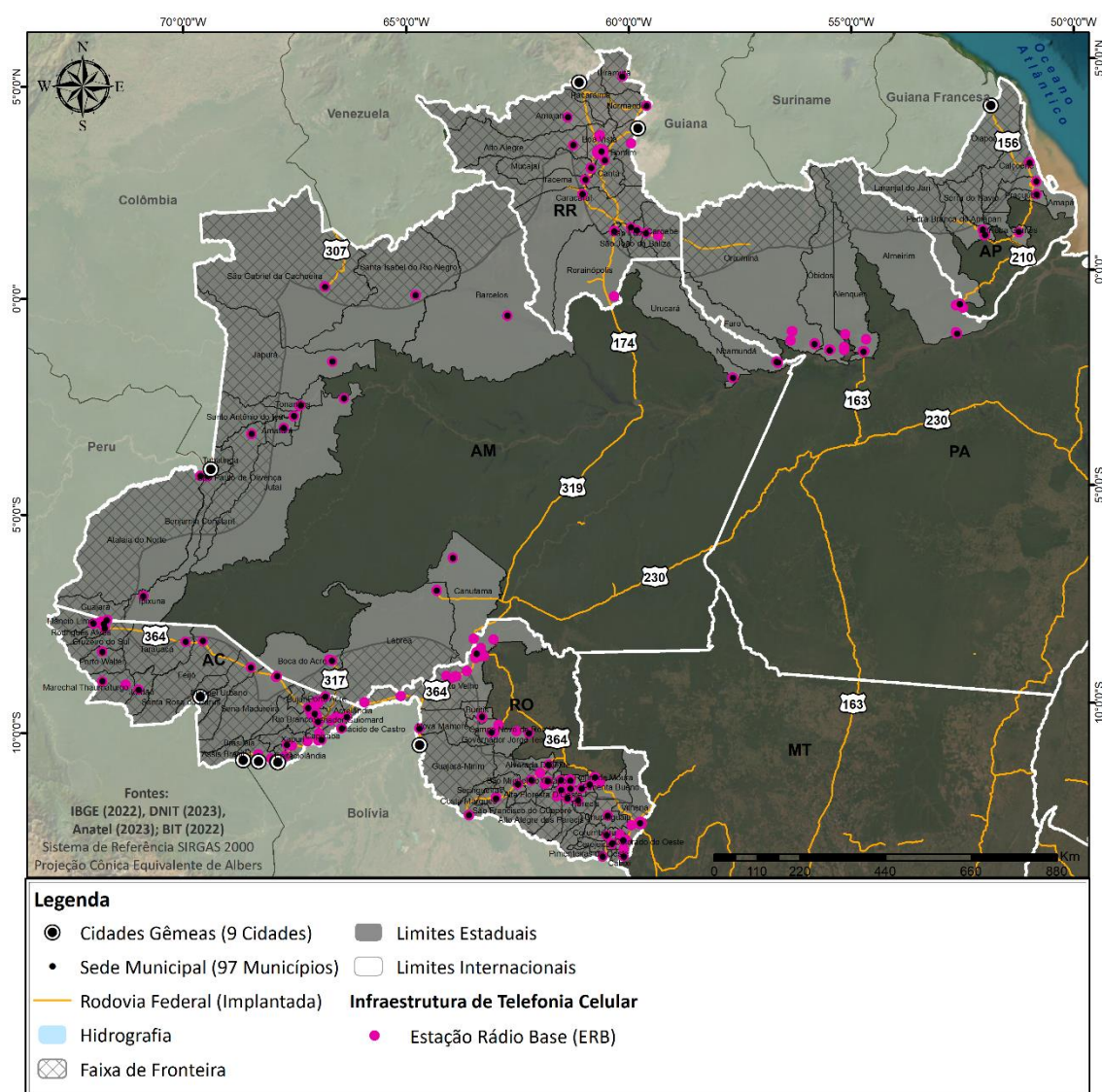
Para o planejamento e organização do fornecimento de energia elétrica a comunidades e localidades não conectadas à rede elétrica convencional, especialmente em áreas remotas e de difícil acesso, o MME coordena o Planejamento do Atendimento aos Sistemas Isolados. Para subsidiar o planejamento pelo MME, os resultados do Planejamento do SISOL são publicados pela EPE, com base nas informações fornecidas pelas distribuidoras de energia elétrica - Amazonas Energia, Energisa Acre, Energisa Rondônia, Equatorial Amapá, Equatorial Pará e Roraima Energia. Em fevereiro em 2024, o MME lançou o Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados (PASI)¹⁴, com o propósito de agregar informações atuais e a dimensão dos SISOL e dar maior transparência sobre os dados.

Sobre as infraestruturas de comunicações, a cobertura de telefonia móvel e internet de alta qualidade é limitada, especialmente em áreas rurais e remotas da Faixa de Fronteira, onde muitas localidades lidam com dificuldades de acesso de redes de comunicação, o que prejudica a inclusão digital, a comunicação e o desenvolvimento econômico. A baixa velocidade de internet, mesmo nas áreas onde há cobertura limita o uso de serviços essenciais.

O Mapa a seguir ilustra as Estações Rádio Base (ERB) distribuídas nas Sedes Municipais da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia. As ERBs transmitem e recebem sinais de telefonia móvel celular e dados, formando a base da rede de telefonia celular e se conectam a outras estações e à central da operadora, permitindo a comunicação sem fio entre os usuários.

¹⁴ Disponível em: <<https://pasi.epe.gov.br/>>. Acesso em: 05 de fev. 2025.

Mapa 12 - Infraestrutura de telefonia celular nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, particularmente nos Municípios da Faixa de Fronteira, foi impulsionada nos últimos anos com o avanço de iniciativas, como o Programa Norte Conectado, que desde 2020, conecta 59 Municípios dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial. No Amapá nenhum dos Municípios da Faixa de Fronteira constam como contemplados do Programa Norte Conectado.

Além de ampliar o acesso à internet na Região Amazônica, está prevista a integração aos países vizinhos, que compõem a Pan-Amazônica¹⁵. O Norte Conectado é composto de oito

¹⁵ Os países que compõem a Pan-Amazônica são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

(08) infovias, que segundo dados do Ministério das Comunicações, beneficiará 10 milhões de pessoas.

Quadro 4 - Informações das oito (08) infovias do Programa Norte Conectado

Infovia	Trecho	Rio	Km	Cidades Impactadas
00	Macapá (AP) a Santarém (PA)	Rio Amazonas	770	Alenquer, Almeirim e Monte Alegre
01	Santarém (PA) a Manaus (AM)	Rio Amazonas	1.100	Curuá, Itacoatiara, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Parintins, Autazes, Terra Santa e Urucurituba
02	Tefé (AM) a Atalaia do Norte (AM)	Rio Solimões	2.130	Alvarães, Amaturá, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, São Paulo de Olivença, Santo Antônio de Iça, Tabatinga, Tonantins e Uarini
03	Macapá (AP) a Belém (PA)	Rio Amazonas	600	Breves
04	Vila der Moura (AM) a Boa Vista (RR)	Rio Branco	870	Santa Maria do Boiaçu, Caracaraí, Iracema e Mucajá
05	Itacoatiara (AM) a Porto Velho (RO)	Rio Madeira	1.465	Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré, Nova Aripuanã e Nova Olinda do Norte
06	Manacapuru (AM) a Rio Branco (AC)	Rio Purus	2.660	Anori, Beruri, Boca do Acre, Lábrea, Pauini e Tapauá
07	Novo Airão (AM) a São Gabriel da Cachoeira (AM)	Rio Negro	1.255	Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro
08	Tabatinga (AM) a Cruzeiro do Sul (AC)	Rio Juruá	2.750	Carauari, Envira, Eirunepé, Guajará, Ipixuna e Itamarati

Fonte: Adaptado Ministério das Comunicações. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/norte-conectado>. Acesso em: 06 fev. 2025

Embora a infraestrutura de comunicações nos Municípios da Faixa de Fronteira tenha apresentado avanços, especialmente com a implementação de programas como o Norte Conectado, ainda persistem desafios logísticos e técnicos que precisam ser superados para assegurar a conectividade da região.

A integração de tecnologias, como satélites e redes móveis tem sido uma estratégia para superar a vastidão territorial, a densidade populacional reduzida e as dificuldades geográficas, mas a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes é fundamental para a inclusão digital nos Municípios da Faixa de Fronteira.

SANEAMENTO BÁSICO

A gestão do saneamento básico tem como principal objetivo a universalização dos serviços essenciais em seus quatro componentes abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A precariedade nesses serviços tende a comprometer a qualidade de vida das populações locais, impactar a saúde pública e pode gerar consequências ambientais graves, como a contaminação dos rios, que são a principal fonte de água para muitas comunidades.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2022), apresentados a seguir, observa-se que os índices dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia ainda são preocupantes e representam um dos grandes desafios para os gestores públicos.

Com relação ao abastecimento de água potável, Municípios lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia enfrentam um déficit significativo nesse serviço, com localidades como Oiapoque (8,9%) apresentando cobertura extremamente baixa.

Apesar da disponibilidade hídrica na região Norte não ser um problema crítico em termos de volume de água, esses valores refletem não apenas a precariedade das infraestruturas de captação, tratamento e distribuição, mas também a dispersão populacional e as dificuldades logísticas para ampliação dos serviços.

Sobre os serviços de esgotamento sanitário, não há informações disponíveis no SNIS sobre alguns dos municípios fronteiriços. Chama atenção o dado de Oiapoque que mostra que 98,97% dos habitantes não tem atendimento de rede de esgoto.

No que se refere à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dos municípios fronteiriços Amapá e Laranjal do Jari são os únicos municípios onde mais de 90% da população é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares.

Com relação a drenagem urbana, considerando a diversidade de indicadores, adotou-se para esta análise a parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação. Nos municípios da Faixa de Fronteira do Amapá, Laranjal do Jari apresenta 85,6% dos domicílios sujeitos a inundações:

Tabela 4 – Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)

Municípios da Faixa de Fronteira do Pará	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
Oiapoque	8,9	1,03	65,5	NI
Laranjal do Jari	43,16	NI	99,78	14,4

Serra do Navio	75,63	29,62	53,5	100
Amapá	26,87	5,55	90,65	89,5
Pedra Branca do Amapari	55,17	NI	77,84	97,7
Calçoene	22,29	NI	59,16	99,1
Ferreira Gomes	32,01	NI	72,2	100
Pracuúba	24,59	NI	65,74	100
Estado	46,93	5,4	71,56	95,3
Brasil	84,9	56	90,4	95,7

(*) Fronteira seca. NI = Não Informado

Fonte: Sinisa, 2022.

EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. Nesse contexto, o fomento às atividades produtivas sustentáveis surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa. A bioeconomia, um dos pilares dessa abordagem, propõe a “produção, utilização e conservação de recursos biológicos, incluindo os conhecimentos relacionados, ciência, tecnologia e inovação, para fornecer informações, produtos, processos e serviços em diversos setores econômicos”, segundo definido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Deste modo, o diagnóstico do eixo das atividades produtivas buscou sintetizar um panorama econômico geral sobre os estados do Arco Norte e Rondônia, para compreender o cenário econômico dessa região e as possibilidades de avanço em práticas de desenvolvimento sustentável. Inicialmente, analisou-se as informações extraídas de bases de dados quantitativas, principalmente do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sobre a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), a composição setorial, o emprego formal, a balança comercial, e, mais especificamente sobre o setor agropecuário, incluindo a análise de estabelecimentos de Agricultura Familiar e Valor da Produção (VP) por tipo de atividade econômica agropecuária¹⁶.

Diversas atividades socioeconômicas da Faixa de Fronteira amazônica estão vinculadas aos recursos naturais da floresta. Segmentos relacionados à bioeconomia constituem potencialidades econômicas da região como o extrativismo de produtos florestais madeireiros sob manejo sustentável e de produtos florestais não madeireiros - frutos, óleos, resinas e ervas, pesca de manejo sustentável, cultivo de lavouras permanentes, temporárias e a hortifruticultura. Sem contar o desenvolvimento de novos mercados, como medicinais, fármacos e cosméticos, associados à biodiversidade; o ecoturismo e visitação às Unidades de Conservação, associada a navegação fluvial, e o conhecimento do artesanato e culinária das populações tradicionais locais.

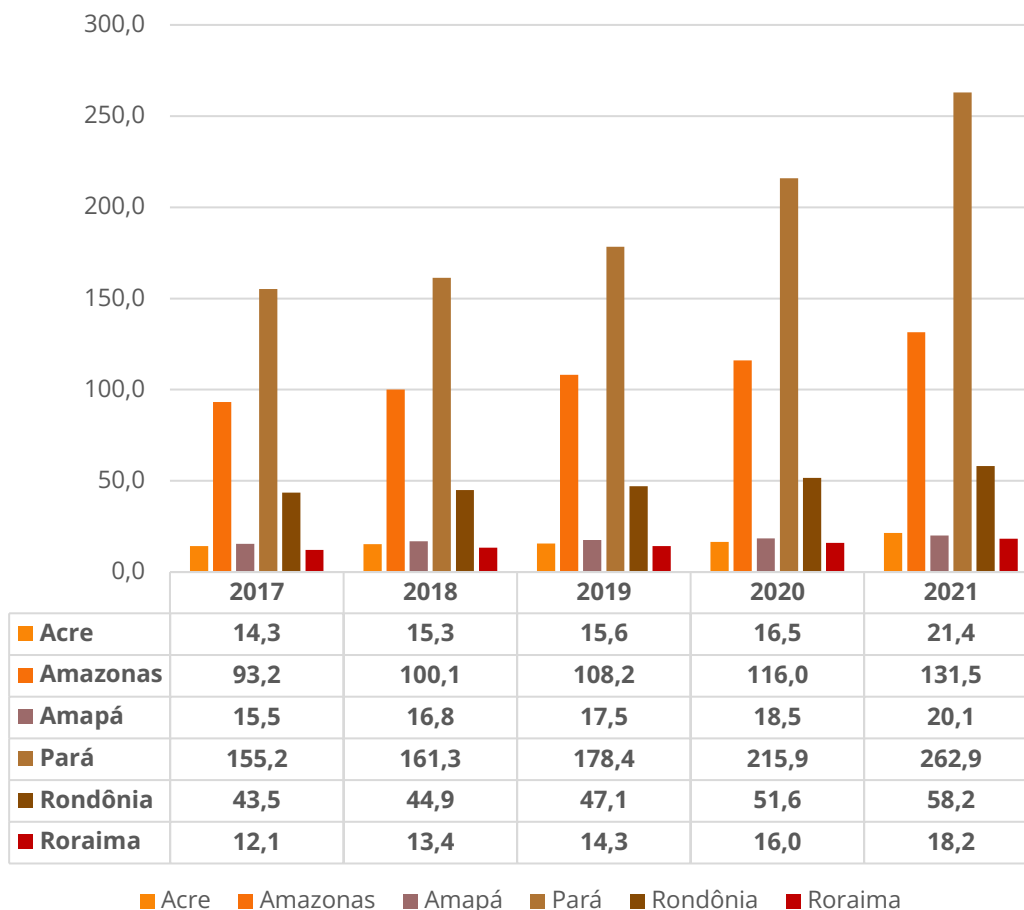
A importância socioeconômica desses produtos decorre da possibilidade de aproveitamento de elementos da cultura local, de comunidades e povos tradicionais, que podem integrar práticas tradicionais de agroextrativismo, respeitando a biodiversidade local, para gerar ganhos econômicos com inclusão produtiva, preservação e restauração ambiental.

¹⁶ Foi adotada a série de anos mais recentes, sendo para o PIB a evolução de 2017 a 2021, e para retratos atuais, o foco no último ano disponível para o dado em questão. No caso do PIB municipal e emprego formal, o ano de 2021; para as atividades agropecuárias; o ano de 2017, e para o extrativismo vegetal e exportações, o ano de 2023.

INDICADORES ECONÔMICOS

O Amapá é um dos estados com menor economia dos estados do Arco Norte e Rondônia, com Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 20,1 bilhões, acima apenas de Roraima. No Gráfico 3, é possível observar o valor do PIB para a última série de cinco anos divulgada, nos seis estados.

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IPEADATA.

Para conhecer melhor o perfil da economia, analisou-se a participação do valor adicionado dos setores de agropecuária, indústria, serviços e administração pública¹⁷ no valor adicionado bruto total¹⁸. O setor de serviços tem a contribuição mais relevante no Amapá (85,3%), em especial a Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

¹⁷ O setor de Agropecuária corresponde a: Agricultura, Pecuária e Produção Florestal; Pesca e Aquicultura. O setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil. O setor "Serviços", agrega administração pública e os demais.

¹⁸ A definição de valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno

Tabela 5 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021 (em %)

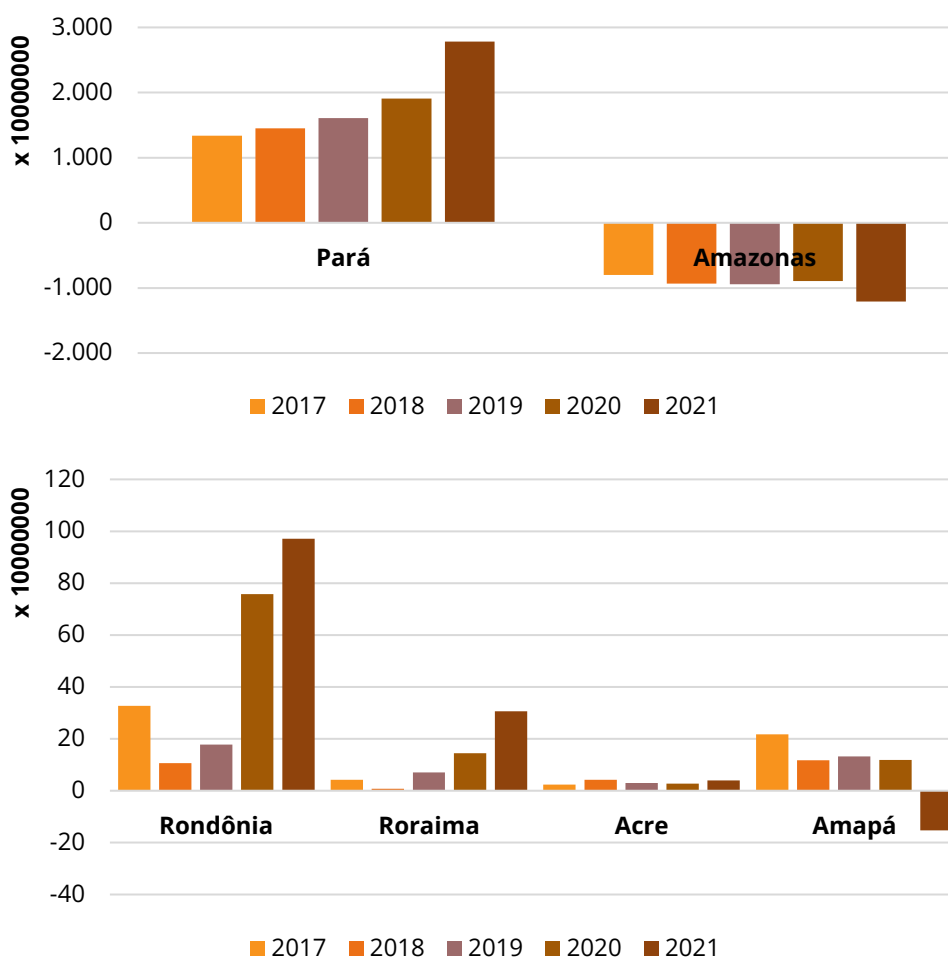
Setores econômicos	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Agropecuária	18,9	20,7	5,2	7,6	10,1	1,9
Indústria	7,1	15,1	38,3	9,4	46,4	12,8
Indústria extrativa	0,0	0,0	2,3	0,1	34,1	0,0
Indústria de transformação	2,1	1,7	27,6	1,4	4,3	1,7
Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP)	2,1	2,2	4,8	3,6	4,4	6,9
Construção	3,8	3,3	3,6	4,3	3,6	4,2
Serviços	74,0	64,2	56,5	83,0	43,5	85,3
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,2	12,7	11,0	15,4	8,7	12,3
Transporte, armazenagem e correio	1,1	1,1	3,7	2,2	2,1	1,3
Informação e comunicação	1,3	1,0	1,5	1,0	0,7	1,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,3	3,6	1,9	3,3	1,6	2,1
Atividades imobiliárias	12,4	10,5	7,1	7,8	6,2	10,9
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	40,8	34,4	20,8	44,0	16,6	46,4
Outros serviços	12,3	10,8	10,5	9,4	7,7	11,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Dentre os estados analisados, o Amapá apresentou balança positiva até 2020, tendo no 2021 a balança negativa, ou seja, com valor de importações superior ao das exportações.

bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribuiu para o PIB total.

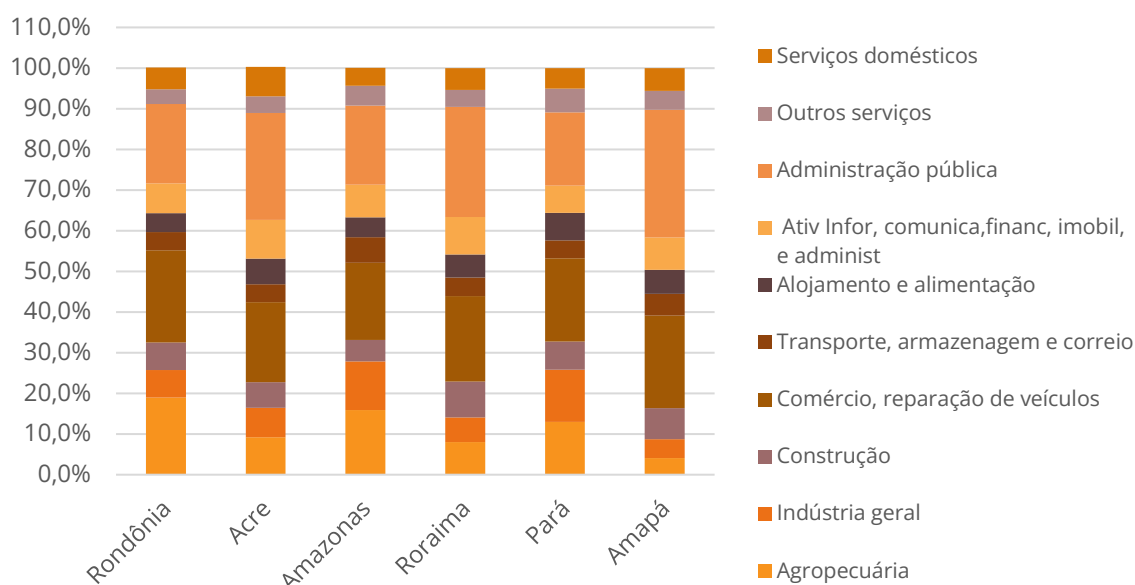
Gráfico 4 - Saldo da balança comercial - 2017 a 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Ipeadata.

Com relação ao total de ocupados por setor de atividade, os dados da PNAD (2023) mostram que o setor de serviços que aparece como principal setor empregador na economia desta região.

Gráfico 5 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos estados em 2023



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023).

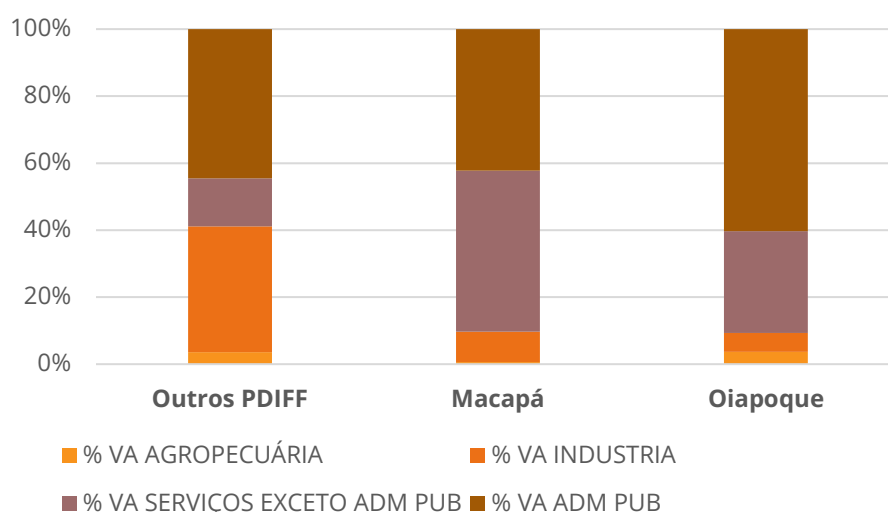
Para conhecer melhor o perfil da economia, analisou-se a participação do valor adicionado dos setores de agropecuária, indústria, serviços e administração pública¹⁹ no valor adicionado bruto total²⁰. Assim como em todos os estados o setor de serviços tem grande relevância também no Amapá.

No Amapá, especialmente no Oiapoque, a administração pública responde por grande parte do valor adicionado do PIB, cerca de 60%. Nos demais municípios fora da Faixa, a indústria contribui de maneira decisiva para o seu valor adicionado (quase 40%). Já a agropecuária não chega a ter percentuais relevantes em termos do valor adicionado.

¹⁹ O setor de Agropecuária corresponde a: Agricultura, Pecuária e Produção Florestal; Pesca e Aquicultura. O setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil. O setor "Serviços", agrega administração pública e os demais.

²⁰ A definição de valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribui para o PIB total.

Gráfico 6 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Amapá em 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, é uma metodologia complementar ao Produto Interno Bruto (PIB), que à época era a principal medida de desenvolvimento de um país. Em contraponto ao PIB, o IDH não só leva em consideração os dados econômicos, mas também a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos, já que a avaliação do crescimento econômico, de maneira isolada, não implica na análise da qualidade de vida da população, e muitas vezes, pode intensificar as desigualdades.

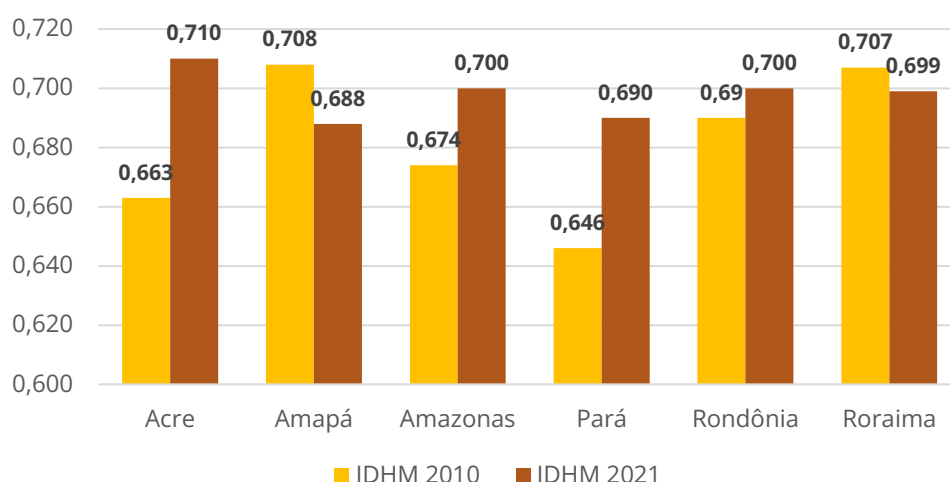
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma variação do IDH voltada para municípios, estados e regiões metropolitanas do Brasil. Criado pelo PNUD Brasil, em conjunto com o Ipea e a Fundação João Pinheiro, adequa a metodologia ao contexto brasileiro, utilizando os dados obtidos pelos censos realizados pelo IBGE. O Índice de Desenvolvimento varia entre 0 e 1; quanto mais próximo do 1 maior é o desenvolvimento humano naquela localidade. A metodologia envolve a análise de três dimensões que são: vida longa e saudável (Longevidade), acesso ao conhecimento (Educação) e padrão de vida (Renda). Os valores podem ser classificados da seguinte forma:

- 0,000 até 0,499 – Muito Baixo
- 0,500 até 0,599 – Baixo
- 0,600 até 0,699 – Médio
- 0,700 até 0,799 – Alto
- 0,800 até 1,000 – Muito Alto

Ao analisarmos o gráfico comparativo do IDHM entre os Censos de 2010 e 2021 dos estados que compõem a Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, observa-se que, em 2021,

alguns desses estados apresentaram um crescimento significativo em seus índices. O Amapá, possui o menor IDHM entre os estados da faixa de fronteira. No que se refere ao IDHM de Renda, o Amapá apresenta o terceiro menor índice da região; em Educação o Amapá possui o menor índice; contudo, destaca-se nos indicadores de Longevidade, com IDHM superior a 0,700, valor considerado elevado. No ranking nacional o Amazonas e Rondônia ocupam a 27ª colocação.

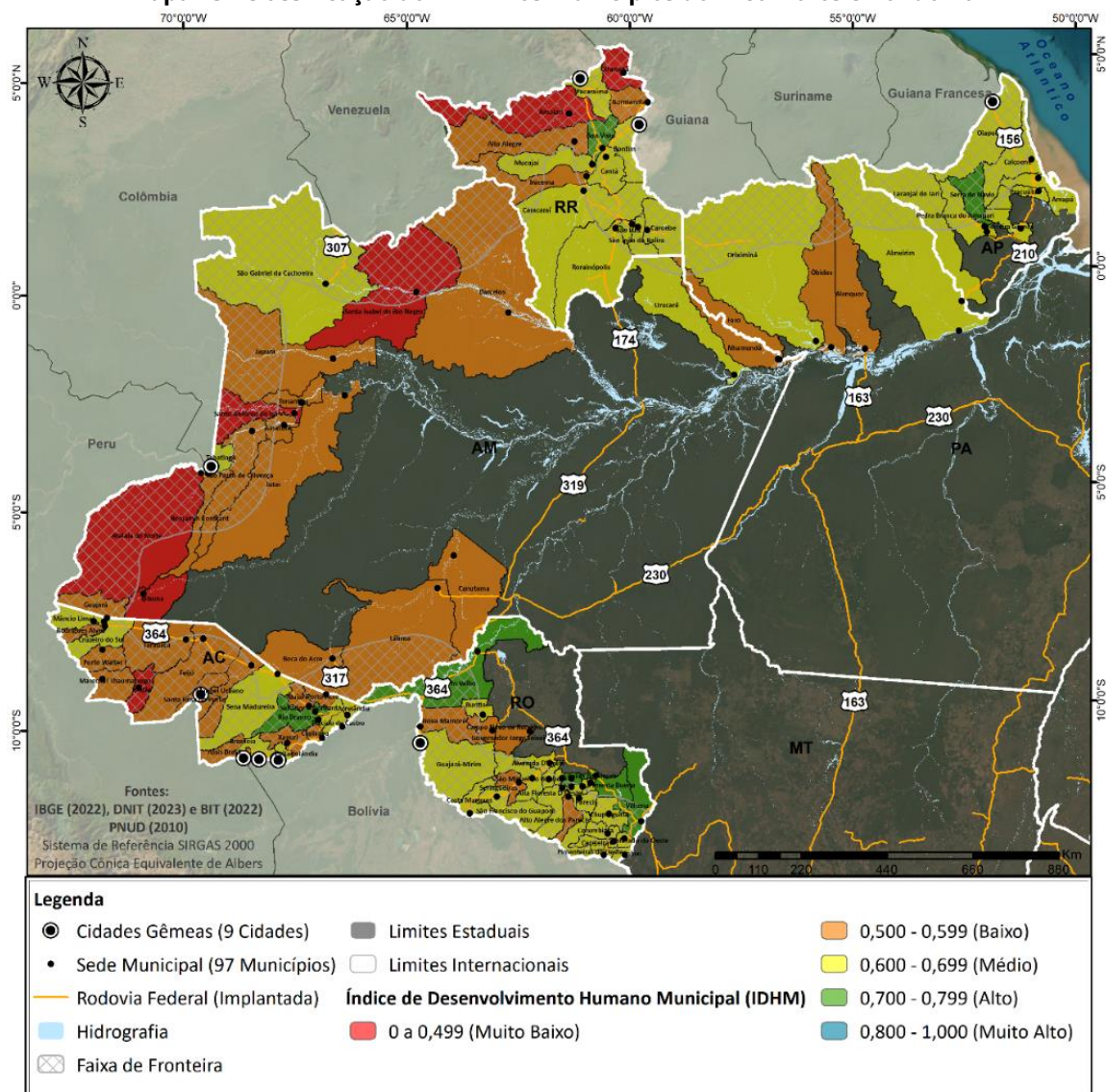
Gráfico 7 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Quando se observa o IDHM dos municípios da Faixa de Fronteira do Amapá, há variações significativas em relação ao IDH estadual. Vale destacar que, para os municípios, a informação de IDH mais atualizada é de 2010, uma vez que ainda não há atualizações referentes ao último Censo do IBGE divulgado. De acordo com os dados disponíveis, dos 97 municípios analisados, apenas 7 possuem IDHM classificado como alto. Diferente dos outros estados os indicadores do IDHM dos municípios do Amapá são semelhantes aos indicadores estaduais, com IDHM médio que varia de 0,600 a 0,699, destacando-se Serra do Navio que possui IDHM alto, de 0,709.

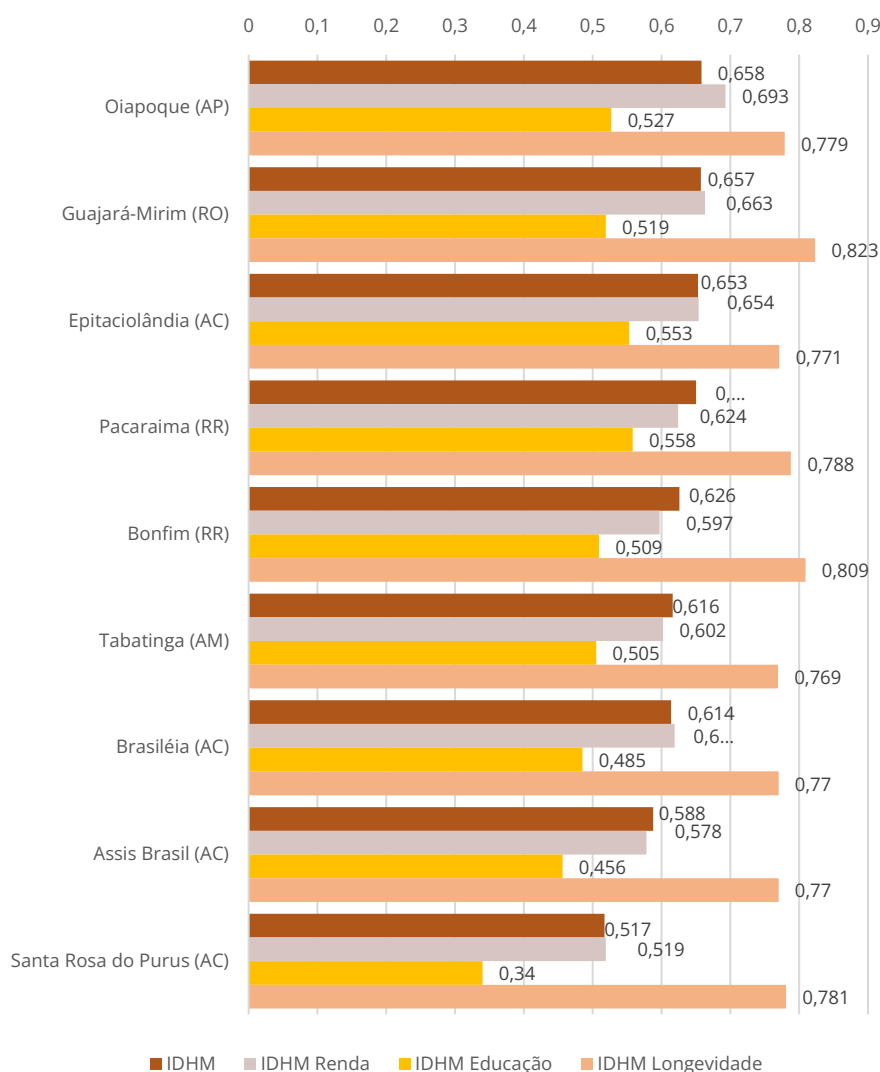
Mapa 13 - Classificação do IDHM nos municípios do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Ao analisarmos as dimensões do IDHM entre as cidades gêmeas observa-se que o indicador de longevidade apresenta os melhores resultados, uma vez que todas as nove cidades possuem classificação alta ou muito alta nesse componente. Por outro lado, o indicador de educação se destaca negativamente, pois a maioria das cidades gêmeas se enquadra na classificação baixa. Oiapoque possui o melhor IDHM, ocupando o 1º lugar entre as cidades gêmeas da região estudada.

Gráfico 8 - Classificação do IDHM nas cidades gêmeas em 2021



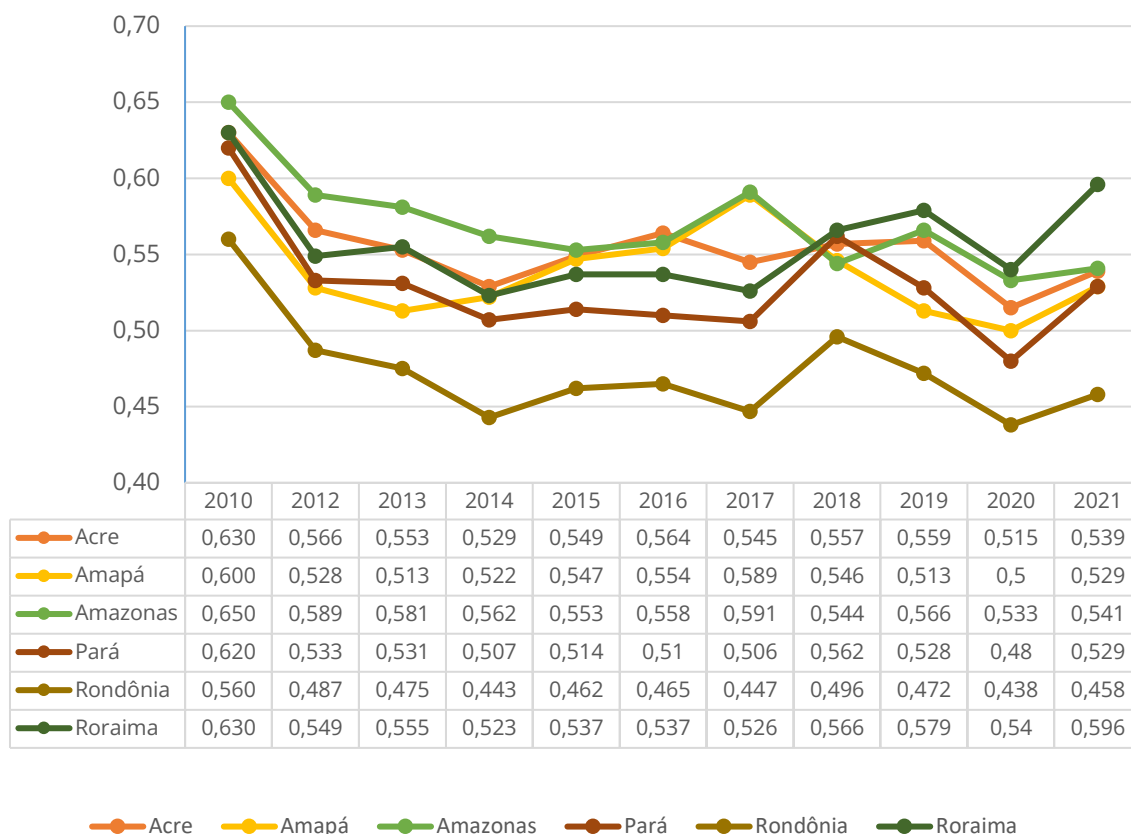
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2010.

ÍNDICE DE GINI

O índice de Gini é indicador que serve de medida para a desigualdade socioeconômica. Ele sintetiza a análise da distribuição de rendimento domiciliar per capita. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, e varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos e 1, de perfeita desigualdade, em que todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa. No Brasil, este índice pouco se alterou de 2010 a 2021, caindo um décimo de 0,60 para 0,59.

Para os estados do Arco Norte e Rondônia, seguem os seguintes resultados:

Gráfico 9 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

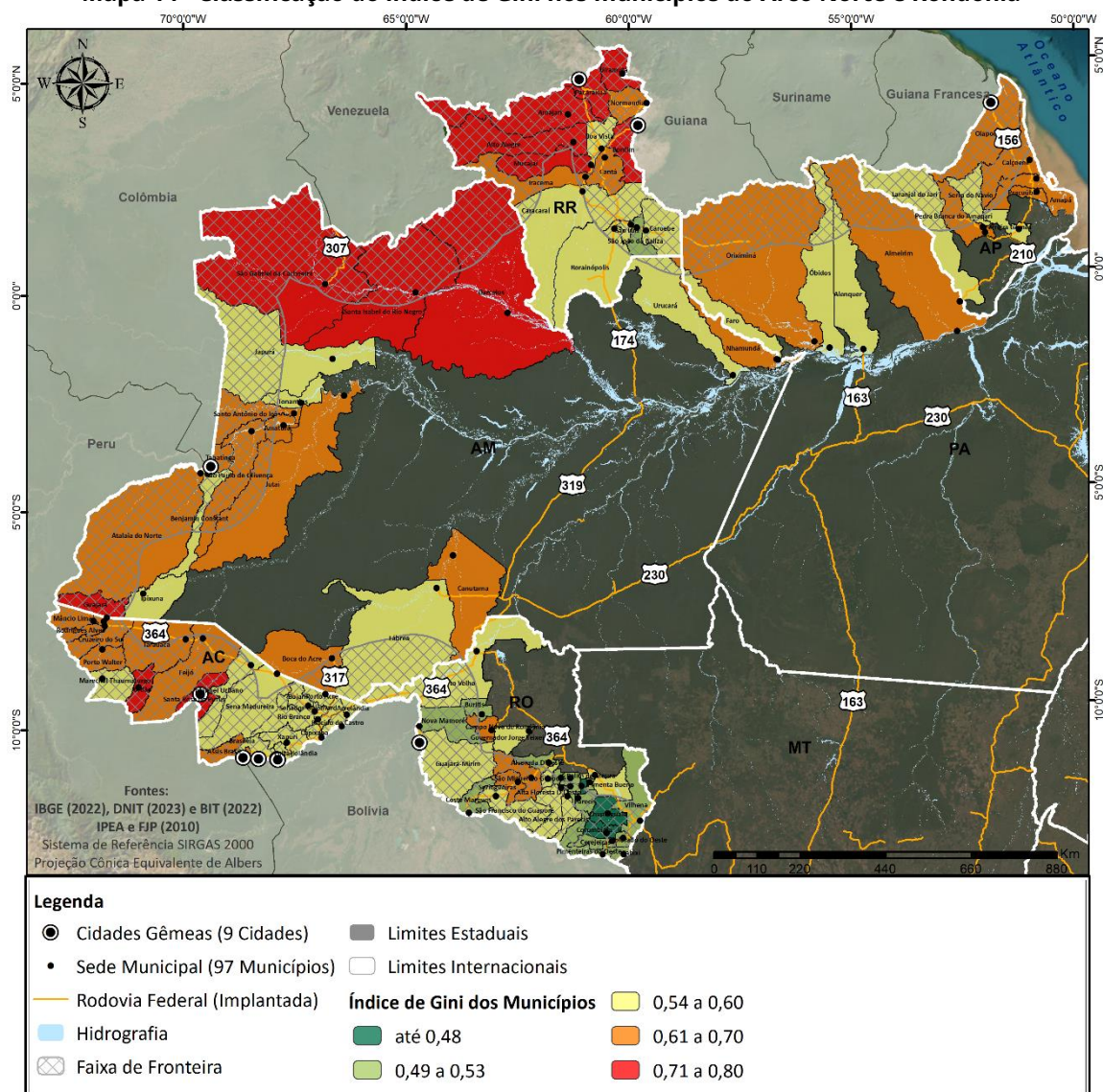
Observa-se que em relação ao resultado do Brasil, em 2010 os Estados apresentavam um índice maior, relevando maior desigualdade, à exceção de Rondônia, que obteve 0,560 e o Amapá, que obteve o mesmo índice de 0,600, números próximos a desigualdade a nível nacional.

Ao longo da década, todos os estados reduziram o índice de Gini, com destaque para Rondônia, que atingiu os valores mais baixos entre os estados em todo o período, chegando a 0,438 em 2020 e subindo para 0,458 em 2021. Nota-se que houve redução nos primeiros anos da série com os benefícios de programas sociais, até 2015, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, um novo recuo é registrado com todos os Estados apresentando seus resultados mais baixos, em função da introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda no período da pandemia. Observa-se posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais²¹. O Amapá chega a 2021 com índice de Gini em 0,529, juntamente com o Pará.

²¹ Na publicação Síntese de Indicadores Sociais no Brasil em 2023, feita pelo IBGE, a análise por grandes regiões indicou o impacto dos benefícios dos programas sociais no índice, baseando na PNAD 2022.

Na sequência, foram analisados os municípios que integram a Faixa de Fronteira. Assim como no caso do IDHM, para esta análise foram utilizados dados de 2010, último dado disponível a nível municipal. No Amapá, os oito municípios fronteiriços distribuíram-se basicamente em duas faixas de resultados, de 0,54 a 0,60 (Laranjal do Jari, Ferreira Gomes e Serra do Navio) e de 0,61 a 0,71 (Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque).

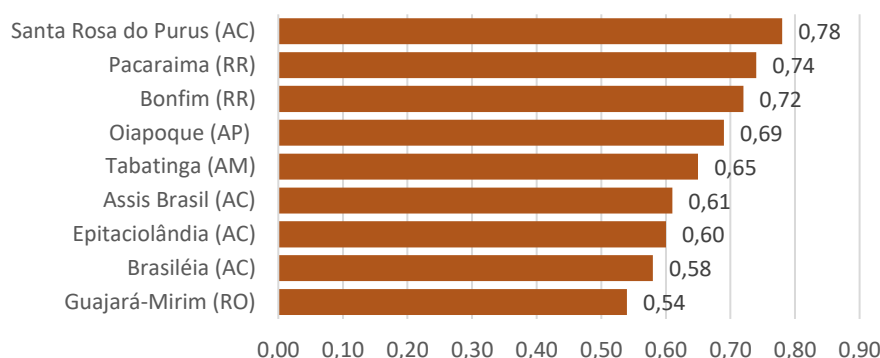
Mapa 14 - Classificação do Índice de Gini nos municípios do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Na análise por cidades gêmeas, aquela com maior nível de desigualdade é Santa Rosa do Purus no Acre, com 0,78, sendo seguido das duas cidades de Roraima, Pacaraima com 0,74 e Bonfim com 0,72. Por outro lado, o menor nível de desigualdade ocorreu em Guajará-Mirim em Rondônia com 0,54, o que é coerente ao resultado do estado, também com o menor índice de desigualdade entre os estados analisados. Oiapoque aparece em 5º lugar, com índice de 0,69.

Gráfico 10 - Classificação do Índice de Gini nas cidades gêmeas em 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2010.

RENDIMENTO DOMICILIAR

No Brasil, em média, 74,5% da renda das famílias advém dos rendimentos do trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD contínua, 2023) realizada pelo IBGE, outros 18,1% vêm de rendimentos de aposentadoria e pensões, 3,0% de benefícios e 4,4% de outras fontes. Conforme levantamentos recentes, é importante levar em consideração que quanto maior a faixa de salários da população, maior a participação dos rendimentos do trabalho no total da renda. Assim, para as famílias com menor renda, sinaliza-se maior percentual advinda de programas sociais²².

O relatório de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2023) demonstra a variação da economia brasileira e seus efeitos sobre o mercado de trabalho e rendimentos das famílias. A primeira metade da década registrou variação positiva do PIB, enquanto a sequência dos anos 2015 e 2016 quedas significativas, e então, houve uma pequena recuperação de 2017 a 2019. Em 2020, mais uma vez o quadro se reverteu no contexto da pandemia do Covid, devido à retração das atividades econômicas. A partir de 2021 iniciou-se a recuperação do crescimento do PIB, que se revelou maior em 2022. Somente em 2022, o processo de recuperação pós-pandemia veio a se consolidar e a refletir efetivamente na geração de postos de trabalho. Ou seja, segundo o mesmo relatório, em 2021 e 2022, tanto o PIB como o consumo das famílias registraram taxas positivas consecutivamente, favorecendo a recuperação do mercado de trabalho, demonstrada pelos indicadores de taxa de desocupação e nível de ocupação, este último ficando em patamar próximo ao registrado em 2019.

Analisar o rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma forma

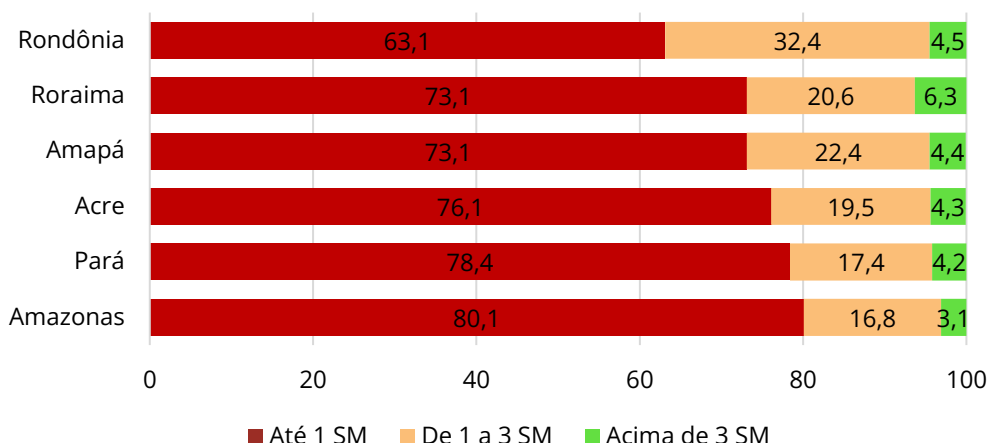
²² O período 2020-2022 foi marcado por alteração nos benefícios transferidos pelo governo nos programas de transferência de renda, em razão da pandemia do covid-19, quando foram aportados recursos de auxílio emergencial e depois de finalizados, transformou-se o Bolsa Família em Auxílio Brasil, com ampliação dos valores, que em 2023, retornou à denominação de Bolsa Família. Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023. Este relatório utilizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira. Para averiguar-se os rendimentos das famílias para os municípios do Arco Norte e Rondônia, de acordo com o resultado mais recente, trabalhou-se com dados do rendimento do trabalho formal do ano de 2022, levantados pela PNAD. Em que pese as limitações de considerar somente os rendimentos do trabalho formal, esta é a informação mais atualizada e organizada sistematicamente, que traz elementos que possibilitam um panorama dos municípios nas regiões estudadas.

Para observar o efeito sobre o rendimento das famílias, selecionou-se o indicador “Rendimento domiciliar per capita médio”, que em 2022, foi de R\$ 1.586 mensais para o total da população. Em termos regionais, as Regiões Sul (R\$ 1.927), Sudeste (R\$ 1.891) e Centro-Oeste (R\$ 1.857) apresentaram os rendimentos domiciliares per capita médios mais elevados, enquanto os menores estavam nas Regiões Norte (R\$ 1.096) e Nordeste (R\$ 1.011). na Região Norte, o rendimento equivalia a 58,0% do rendimento domiciliar per capita médio do Sudeste, o que demonstra a desigualdade econômica estrutural entre as Regiões do País²³. o Amapá que em 2019, 2020 e 2021 manteve-se entre os três Estados com menor rendimento per capita, em 2023 atinge a segunda posição, com cerca de R\$ 1.500.

Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, observa-se que mais de 60% da população recebe até 1 salário mínimo. O estado do Amapá, aparece junto com Roraima com segundo menor percentual populacional na faixa até 1 SM, com 73,1%. No entanto, a faixa de rendimento demais de 3 S.M. é superior em Roraima.

Gráfico 11 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar per capita mensal, em salários mínimos - 2022



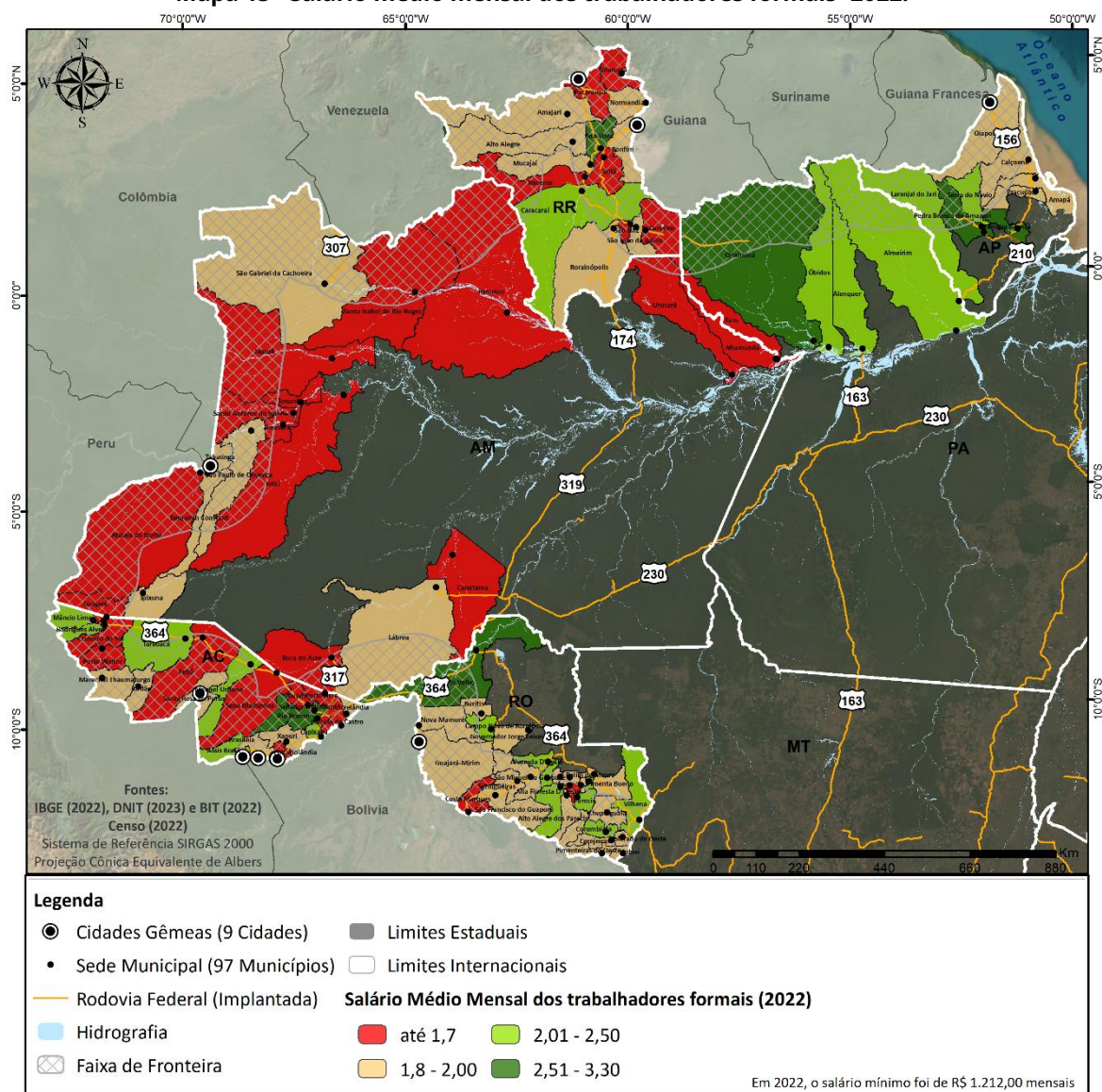
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS_RDPCMEDIO, 2023

O mapa a seguir apresenta uma análise do salário médio mensal dos trabalhadores formais a nível municipal. No Estado do Amapá, observa-se que os municípios da Faixa de Fronteira não ultrapassam 2,0 SM. A maior parte deles tem variação até 1,7 SM. Laranjal do Jari e Serra

²³ Todos estes resultados encontram-se na divulgação Relatório Síntese de Indicadores Sociais (IBGE).

do navio, Pedra Branca do Amapari e Ferreira Gomes possuem média salarial que varia de 2,0 a 3,0 SM.

Mapa 15 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais -2022.



Fontes: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

CADASTRO ÚNICO

No exercício de buscar novas fontes de dados atualizadas para a elaboração do diagnóstico, optou-se também por analisar as informações do Cadastro Único (CadÚnico). Criado em 2007 pelo Decreto Federal nº 6.135 e alterado pelo Decreto Federal nº 11.016 de 2022, o CadÚnico tem como finalidade ser um instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações sociais que permitem a identificação e a caracterização socioeconômica de famílias e indivíduos brasileiros de baixa renda. Trata-se do cadastro central, e por isso sua unicidade, para o acesso a diferentes políticas

socioassistenciais, programas e benefício sociais. De maneira geral, sua base de usuários é composta por famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo²⁴. Devido sua constante atualização (as famílias e indivíduos devem atualizar seus cadastros a cada 2 anos), o programa possui uma periodicidade cíclica e seus dados são coletados e disponibilizados com uma frequência mensal sendo uma ferramenta importante para a análise de determinadas características do contexto de vulnerabilização social.

O Pará apresenta o maior contingente de cadastrados no Cadastro Único, com mais de 4,5 milhões de pessoas inscritas. Em termos percentuais, no entanto, o Amapá, é o que apresenta maior percentual da população inscrita, correspondendo a 59%.

Tabela 6 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos estados do Arco Norte e Rondônia

Estados	População (Censo 2022)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda)	% Pop. CadÚnico/ Pop. geral
Acre	830.018	479.629	58%
Amapá	733.759	432.133	59%
Amazonas	3.941.613	2.283.478	58%
Pará	8.120.131	4.577.125	56%
Rondônia	1.581.196	568.947	36%
Roraima	636.707	324.829	51%

Fonte: Dados do CadÚnico 2025 e do Censo 2022.

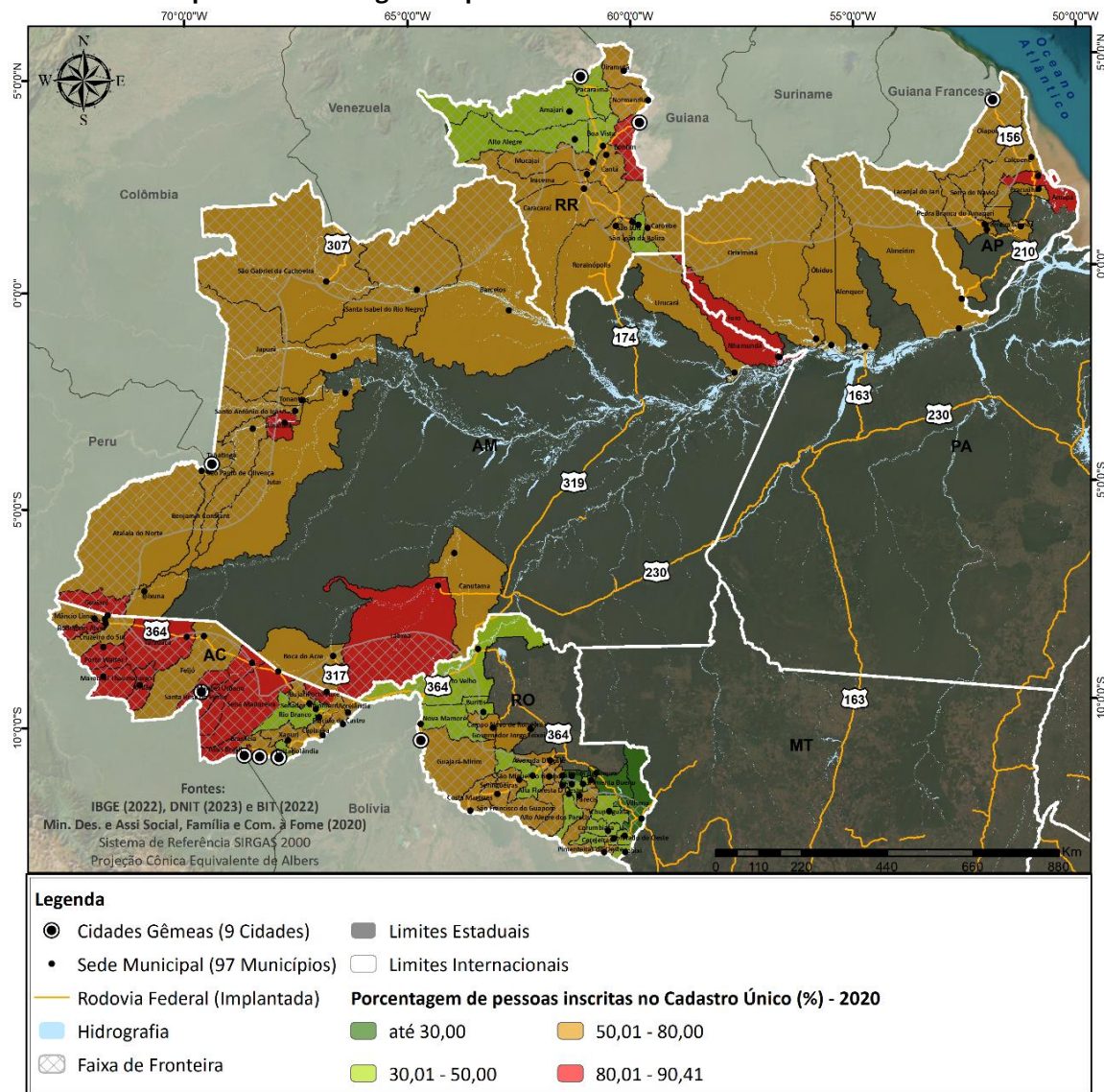
Na análise por município, nota-se que na região de fronteira amazônica a maior parte dos municípios (58) apresenta cenário em que mais de 50% da população está inscrita no Cadastro Único, indicando que ao menos metade dos habitantes se enquadra em critérios de baixa renda. Dezesete municípios possuem mais de 80% cadastrada no CadÚnico, evidenciando um contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica. Nessas localidades, pelo menos oito em cada dez habitantes vivem em condições que qualificam para programas sociais, o que pode indicar dificuldades estruturais no mercado de trabalho formal e forte dependência de atividades informais.

No Amapá, todos os municípios pertencentes a faixa de fronteira, tem mais de 50% da sua

²⁴ A partir de 2023, a apresentação do banco de dados dos inscritos no CadÚnico foi alterada, separando grandes três categoria, por faixa de renda: Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família, Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza linha administrativa de pobreza, de acordo com a legislação do Programa Bolsa Família (R\$ 0 a R\$ 218,00) + Baixa renda: linha baseada no salário mínimo (R\$ 218,01 a 1/2 salário mínimo) e Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo. Esta última categoria inclui famílias com renda *per capita* superior que acessam políticas sociais específicas, como o benefício de prestação continuada, por exemplo. Nesta análise foram utilizados somente os dados referentes à quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda).

população no Cadastro Único, com destaque para o município de Amapá em que mais de 80% da população está cadastrada no sistema.

Mapa 16 - Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único - 2020



Fontes: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

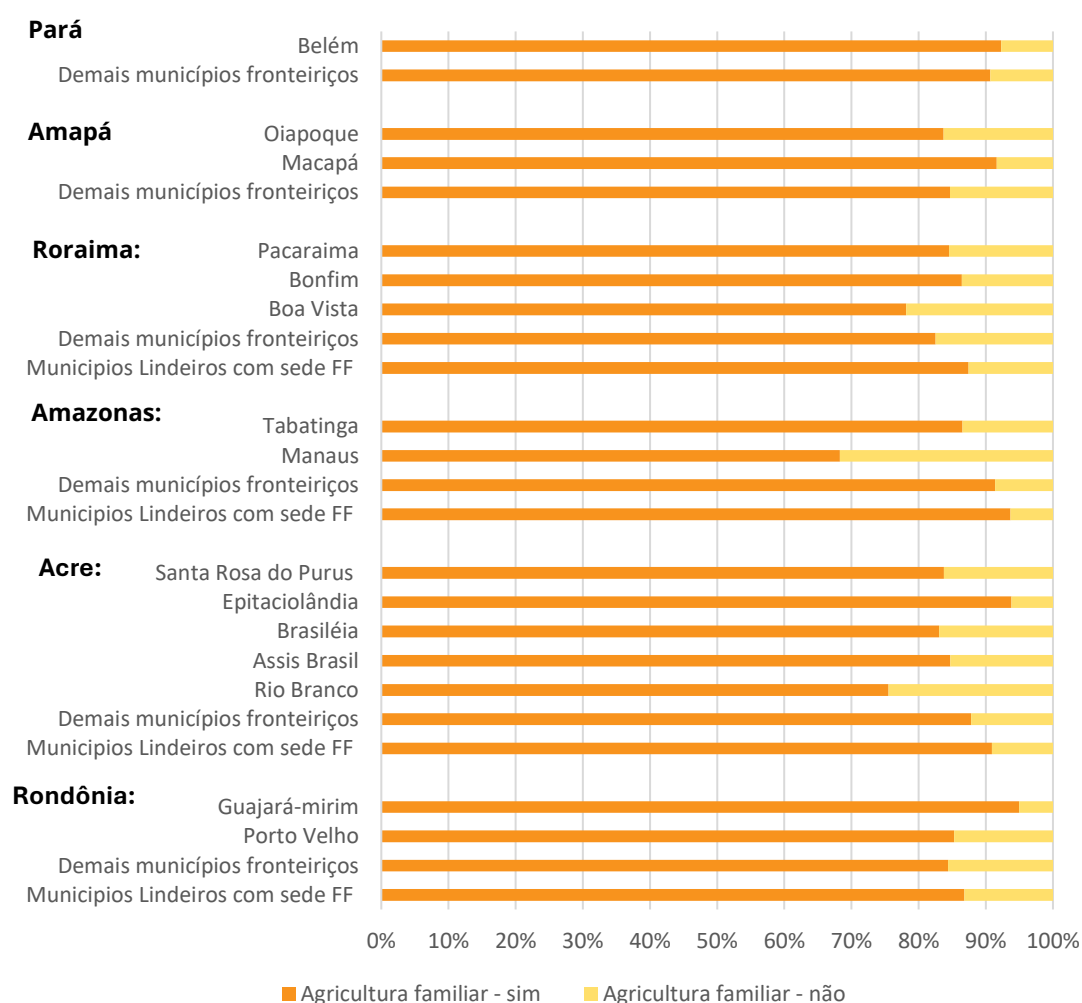
ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Uma vez que o trabalho em questão envolve um foco maior na bioeconomia e cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas dos produtos da sociobiodiversidade, foram analisados outros dados econômicos a fim de contribuir para o diagnóstico dessas atividades. Assim, foram selecionados dados secundários, especialmente vinculados ao setor agropecuário ou agroindustrial, a fim de demonstrar um panorama das atividades produtivas dos estados e municípios. O Censo Agropecuário e a pesquisa de extração vegetal e silvicultura, produzidos pelo IBGE correspondem a uma base de dados consolidada no Brasil, que

fornece informações relevantes para o conhecimento sobre o cenário da atividade agropecuária em todo o território brasileiro.

De modo geral, observa-se uma alta participação, em termos de número de estabelecimentos, da agricultura familiar nos municípios de faixa de fronteira e capitais. Em geral, eles apresentam mais de 80% sob condição de agricultura familiar.

Gráfico 12 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor:



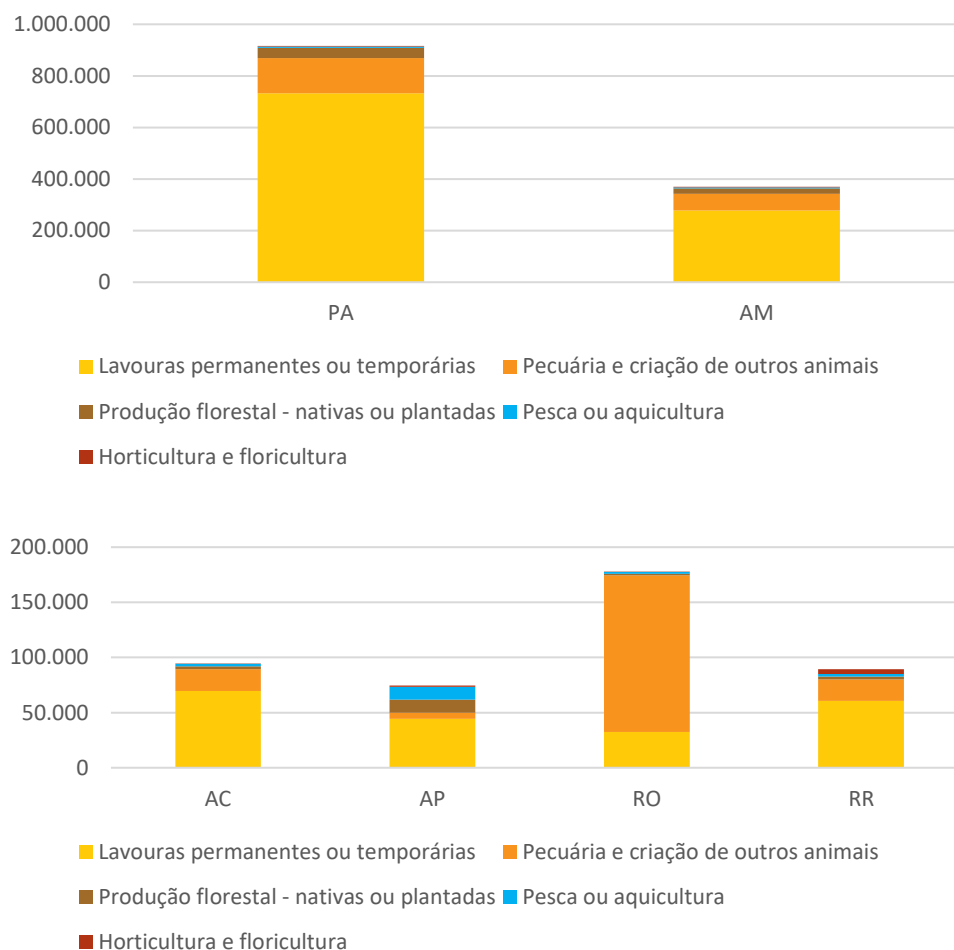
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

As atividades econômicas exercidas pela agroindústria rural identificadas para essas regiões foram: produção de lavouras (permanentes e temporárias), pecuária e criação de animais, pesca e aquicultura, produção florestal (florestas nativas e plantadas) e horticultura ou floricultura.

Observa-se um padrão na produção do valor, em que as lavouras temporárias ocupam o primeiro lugar e a pecuária, o segundo, com exceção de Rondônia. O resultado do Pará,

especialmente para as lavouras fica bem acima, o que contribuiu para distorções na visualização dos valores no gráfico com o Amazonas. A produção florestal aparece como terceira atividade relevante, principalmente no Pará, no Amazonas e no Amapá. No Amapá, diferente dos outros estados do Arco Norte, a Aquicultura e a produção florestal aparecem também como atividades relevantes no estado.

Gráfico 13 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Dados específicos sobre extração vegetal, também contribuem para o diagnóstico produtivo, sendo, no caso da bioeconomia, de extrema relevância. Pela pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS), seguem abaixo os principais produtos do extrativismo vegetal segundo seu valor da produção em 2023. Levando-se em conta o valor da produção total e o percentual dos estados que produzem maior valor em cada um, do primeiro ao terceiro, observa-se, no geral a predominância dos estados do Amazonas e do Pará e nestes produtos.

Tabela 7 - Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023

Produtos extrativos	Valor da Produção	1º		2º		3º	
Madeira em tora ²⁵	2.126.167	Pará	83,0%	Amazonas	6,4%	Rondônia	5,5%
Açaí (fruto)	799.986	Pará	81,4%	Amazonas	15,9%	Amapá	1,2%
Castanha	160.137	Acre	41,2%	Amazonas	27,2%	Pará	19,7%
Carvão vegetal	113.048	Pará	89,6%	Amapá	3,9%	Rondônia	2,6%
Lenha (Met cub)	78.295	Pará	51,1%	Amapá	13,7%	Amazonas	13,7%
Hevea (látex coagu)	17.851	Acre	73,5%	Amazonas	21,4%	Rondônia	5,1%
Palmito	16.833	Pará	86,6%	Rondônia	13,4%		
Copaíba (óleo)	11.767	Amazonas	78,4%	Rondônia	21,6%		
Cumaru (amêndoa)	5.423	Pará	87,8%	Amazonas	12,2%		

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PEVS 2023, IBGE

MAPEAMENTO PRELIMINAR DE CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

Faz parte do diagnóstico identificar as atividades produtivas em andamento no território do Arco Norte e Rondônia, assim como suas potencialidades econômicas. Tratando-se de economia regional, a noção de Arranjos Produtivos Locais (APLs) contribui de forma decisiva para esta caracterização produtiva, já que, por definição, os APLs são o conjunto de empresas, produtores e instituições que, em um mesmo território, mantêm vínculos de cooperação, interação, articulação e aprendizagem. Com produtos similares, participam da mesma cadeia produtiva, utilizam insumos comuns, necessitam de tecnologias semelhantes e informações sobre os mesmos mercados. Os APLs envolvem atores locais – governo, empresas, produtores, associações, instituições de crédito, ensino e pesquisa – constituindo prioridade nas regiões na construção do seu desenvolvimento econômico.

A cadeia produtiva é a base do arranjo produtivo local, pois trata-se de um processo de atividades e operações capazes de serem separadas e ligadas entre si por meio de um encadeamento técnico e, também, de um conjunto de relações comerciais e financeiras que se estabelecem entre os agentes econômicos que compõem a cadeia produtiva.

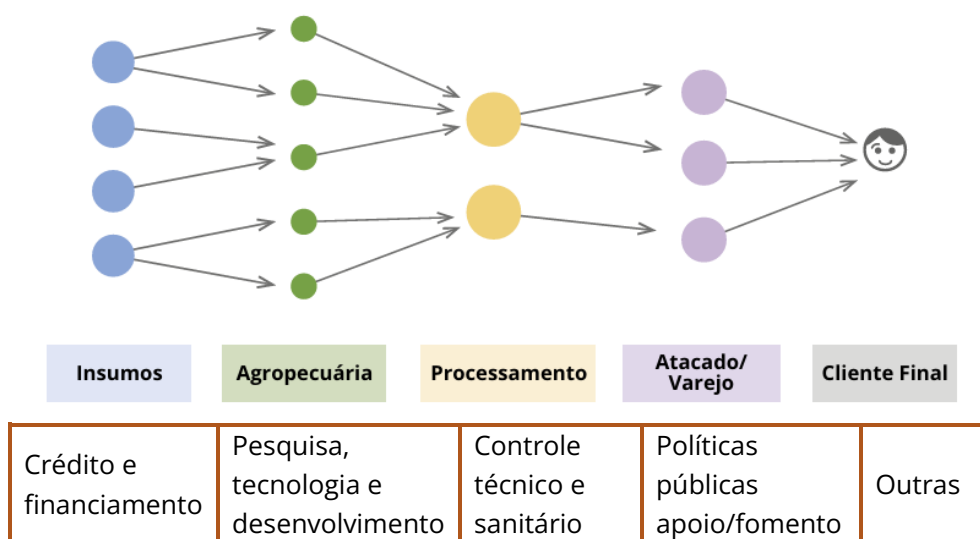
Por meio do estudo das cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade brasileira, é possível analisar a atuação em conjunto dos agentes econômicos; a estruturação das etapas e atividades da cadeia; de que modo os produtores locais estão inseridos; os problemas e lacunas para o seu funcionamento, assim como suas potencialidades; possibilidades de políticas públicas para o setor rural (como as políticas de extensão e de crédito rural) e outros segmentos envolvidos. O objetivo é fortalecer, colaborar para a

²⁵ No bioma Amazônico na presença das florestas nativas, o manejo florestal sustentável é a prática legal e adotada desde a Lei Federal nº 4.771/1965. Ressalva-se, que os dados representam a exportação de madeira, não estando em evidência a forma do seu manejo.

estruturação e fomentar atividades existentes e potenciais, sejam incipientes ou em estágios intermediário ou avançado.

Em suma, as cadeias produtivas agropecuárias apresentam uma estrutura-padrão composta basicamente: produção e fornecimento insumos; os produtores agropecuários ou extrativistas; a indústria de processamento (agroindústria); a comercialização no atacado e varejo; o consumidor final. Também são importantes as atividades consideradas de apoio às cadeias produtivas, tais como, pesquisa e tecnologia, assistência técnica e capacitação, infraestrutura de processamento, transporte e comercialização, crédito e financiamento. Todas essas etapas e atividades envolvem atuação e relacionamento entre os atores sociais nas diferentes esferas, pública e privada, e escalas local, regional, nacional ou internacional. A Figura a seguir ilustra um esquema básico de uma cadeia.

Figura 2 - Cadeia produtiva agroindustrial organizada



Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com alterações próprias

O mapeamento das atividades produtivas existentes e potenciais nas regiões do Arco Norte e Rondônia, envolve algumas especificidades, atreladas à questão da sustentabilidade e da inclusão social, que apresentam entre si importante conexão. Na Amazônia Legal, milhares de famílias vivem de atividades produtivas relacionadas aos produtos da biodiversidade da floresta, com cerca de dois milhões de pessoas no extrativismo dos produtos florestais não madeireiros (IMAFLORA, 2016). A maior parte dessas famílias constitui população tradicional, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc.

A bioeconomia ocupa lugar central neste projeto, pois no contexto de real agravamento das condições climáticas e sua ameaça a manutenção da biodiversidade e da própria sobrevivência humana, é necessário foco numa economia baseada na sustentabilidade ambiental, preservação e restauração ambiental. São as populações tradicionais que ali vivem, que há muitos anos garantem a manutenção desse ecossistema, central no equilíbrio climático global. Elas detêm conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis, técnicas e práticas socioculturais de cultivos, benéficos à preservação ambiental. No entanto, há

avanços organizacionais, tecnológicos e financeiros que podem colaborar na resolução de gargalos produtivos, assim como no melhoramento dessas práticas, com vistas ao fortalecimento dessas atividades, suas populações e seus potenciais ganhos econômicos.

Hoje, a economia global estrutura-se em cadeias de valor, ou seja, em etapas de atividades realizadas territorialmente que agregam valor ao longo de toda a cadeia ao produto final e ao seu valor final. No projeto em questão, trata-se de relacionar potenciais cadeias produtivas de valor envolvendo produtos da biodiversidade brasileira, que são elementos das culturas locais. Contudo, essas cadeias encontram-se, grande parte das vezes desestruturadas, ou com perda de valor econômico relevante para os produtores locais, as populações regionais e a economia nacional.

Neste diagnóstico, foi feito um primeiro mapeamento de atividades produtivas identificadas nas regiões do Arco Norte e Rondônia. Cumpre frisar a importância de analisar de forma mais aprofundada essas e outras iniciativas ao longo do trabalho para avaliar as possibilidades de integrarem as carteiras de projetos estaduais, como uma perspectiva socioambiental territorial relevante no desenvolvimento socioeconômico. Vale destacar que, ao longo do trabalho será necessário identificar, se em alguns casos, se o manejo e as práticas envolvidas são sustentáveis. Este é especialmente o caso da extração de madeira, fabricação de móveis, construção naval e indústria de confecções. As missões técnicas e oficinas de planejamento a serem realizadas nas próximas etapas, possibilitará a consolidação de um panorama mais informativo a respeito dessas atividades produtivas, para construção das carteiras de projeto.

Foram levantadas informações disponíveis e sistematizadas sobre os APLs através de dados do Observatório dos Arranjos Produtivos Locais²⁶. Foram identificados 11 APLs que envolvem municípios que compõem a Faixa de Fronteira, sendo 2 no Acre, 7 no Amazonas e 2 em Rondônia. No Amapá, no entanto, não foi identificado nenhum APL.

POTENCIAL TURÍSTICO

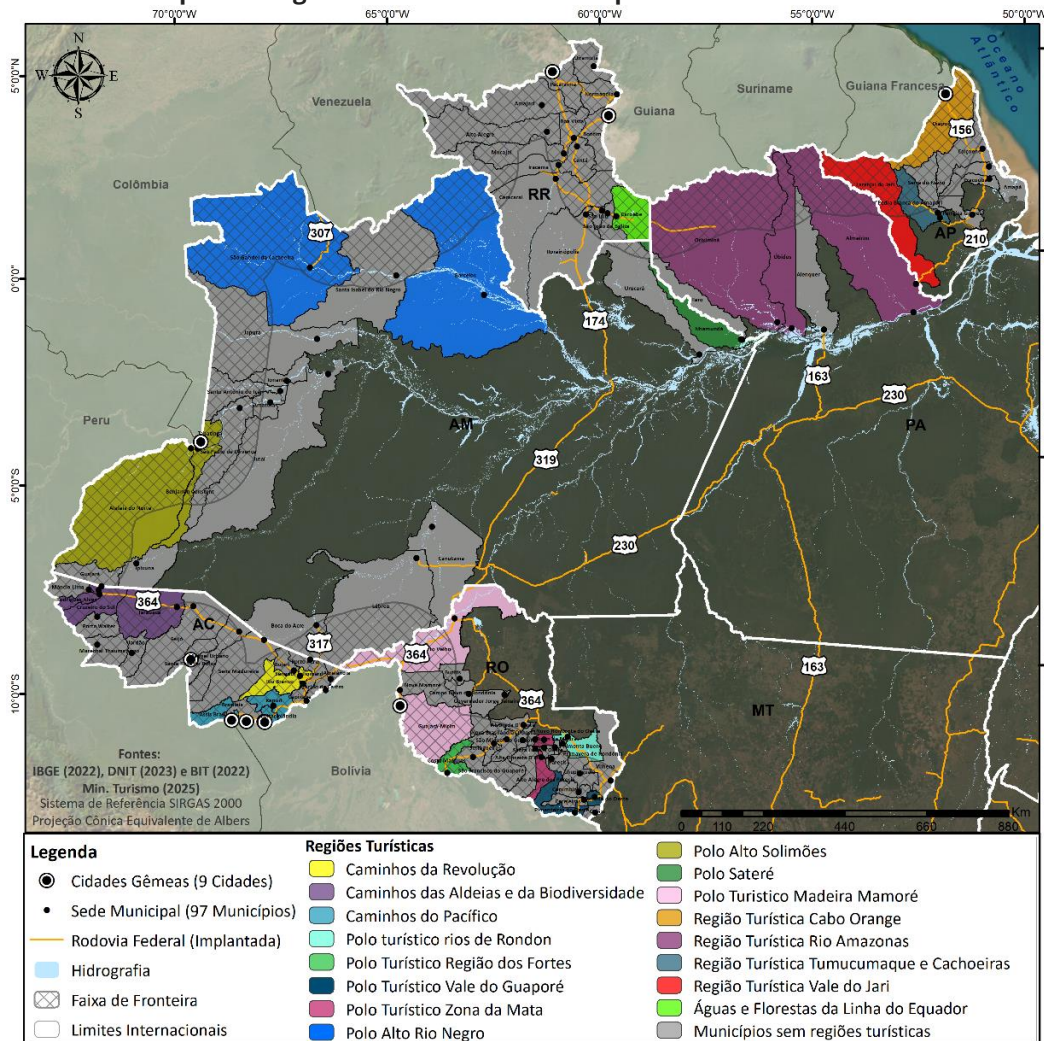
No contexto da Faixa de Fronteira, é importante observar as potencialidades e desafios de desenvolvimento de um turismo transfronteiriço, explorando oportunidades de integração entre cidades brasileiras e municípios dos países vizinhos, além de fortalecer o ecoturismo, o etnoturismo, o turismo cultural e de negócios. De acordo com os dados obtidos do Mapa do Turismo²⁷ (2025), elaborado pelo Ministério do Turismo, pode-se observar, no Mapa, a

²⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl>. Acesso em 04 de fevereiro de 2025.

²⁷ A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) para classificar os municípios inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro com base na sua importância e desempenho no setor turístico. Essa categorização tem como objetivo orientar a formulação de políticas públicas, a destinação de recursos e o planejamento estratégico do turismo no país.

existência de 16 regiões turísticas distribuídas ao longo do Arco Norte e Rondônia, abrangendo 28 municípios fronteiriços.

Mapa 17 - Regiões Turísticas nos municípios na Faixa de Fronteira



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Os municípios das Regiões Turísticas são classificados em cinco categorias distintas (A, B, C, D e E), de acordo com indicadores como número de empregos formais no setor de hospedagem, quantidade de estabelecimentos formais de hospedagem e estimativa de fluxo de turistas domésticos e internacionais. Municípios das categorias A, B e C possuem maior estrutura turística e movimentam um volume significativo de visitantes, sendo considerados polos turísticos regionais. Já os das categorias D e E têm menor fluxo turístico e, geralmente, atuam como municípios de apoio, fornecendo mão de obra ou produtos para destinos turísticos próximos. Essa categorização permite ao governo federal, aos gestores municipais e estaduais compreenderem melhor a dinâmica do turismo em cada área, facilitando a implementação de ações específicas para fortalecer o setor.

No estado do Amapá, há três municípios na Faixa de Fronteira, distribuídos em três regiões turísticas distintas, sendo duas classificadas na Categoria C e uma na Categoria D. O município de Pedra Branca do Amapari, integrante da Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras, registra a existência de três estabelecimentos formais de hospedagem. No entanto, chama a atenção na tabela 5 o fato de os demais indicadores estarem zerados, incluindo a arrecadação de impostos provenientes do turismo.

Tabela 8 - Dados das Regiões Turísticas do Amapá

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Domésticos	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estab. Formais de Hospedagem	Qtd. Estab. Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
Oiapoque	Região Turística Cabo Orange	911	501	9	20	45.368,00	C
Pedra Branca do Amapari	Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras	0	0	3	0	0,00	D
Laranjal do Jari	Região Turística Vale do Jari	0	725	7	13	84.748,00	C
Total		911	1.226	19	33	130.116,00	-

Fonte: Ministério do Turismo (2025)

EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Povos e Comunidades Tradicionais são reconhecidos no Brasil por suas formas próprias de organização social e cultural, muito fortemente relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza. Atualmente, são classificados na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/200728) 28 segmentos de comunidades tradicionais que englobam comunidades de matriz africana, pescadores artesanais, extrativistas, caiçaras, ribeirinhos, entre tantos outros.

Os povos e comunidades tradicionais estão presentes em todas as regiões do país, mas com significativa expressão na Amazônia. Distribuídos por toda a região, os povos e comunidades tradicionais compõem a sociobiodiversidade da floresta e são agentes essenciais para sua manutenção em pé. Entretanto, não raramente estão sob pressão por dinâmicas de desenvolvimento, atividades criminais e disputas fundiárias que avançam sobre seus territórios. A proteção desses povos e comunidades, de seus modos de morar e de viver, suas práticas culturais e seus saberes, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

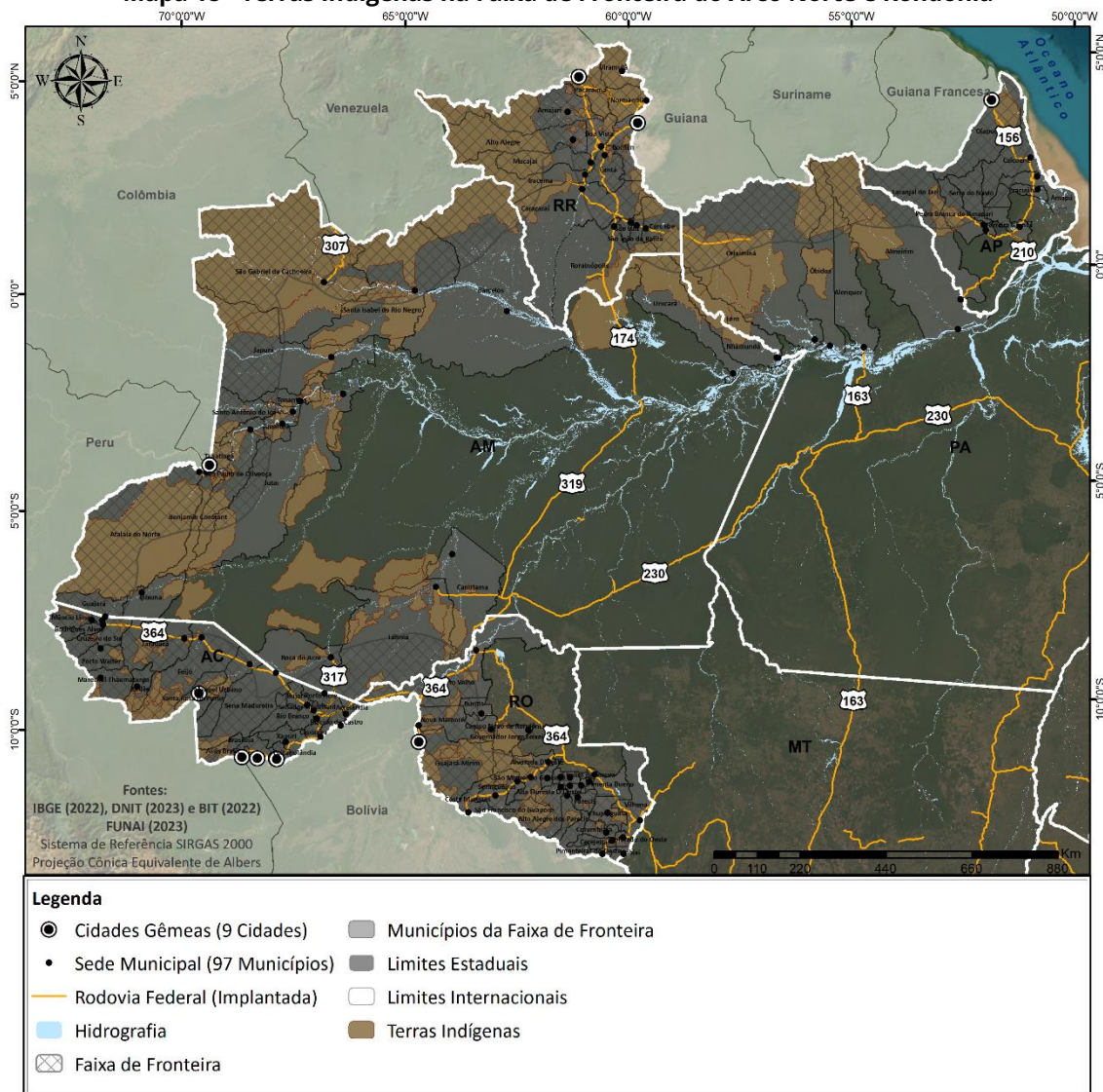
Em relação a esses grupos sociais, há informações sistematizadas sobre povos indígenas e quilombolas, inclusive a delimitação de territórios reconhecidos e o contingente populacional. No entanto, quanto aos demais segmentos, não há registros mais consistentes em bases de dados oficiais que permitam uma visão abrangente, ao menos, de localização dos mesmos. As Unidades de Conservação dos tipos Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Floresta Estadual são indicativos de presença de comunidades extrativistas no território.

Deste modo, são apresentadas a seguir as informações existentes sobre os povos indígenas e comunidades quilombolas em bases de dados secundários. Ao longo do trabalho, informações mais específicas sobre comunidades tradicionais dos estados poderão ser trabalhadas.

POVOS INDÍGENAS

A maior parte das terras indígenas da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia está localizada nos Estados de Roraima e do Amazonas, ainda que se tenha grandes áreas demarcadas em todos os estados.

Mapa 18 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

No Amapá, de acordo com os últimos dados disponíveis pela FUNAI indicados no mapa acima, há cinco terras indígenas localizadas na Faixa de Fronteira. Na tabela 8 a seguir, apresenta-se a sistematização de todas as TIs encontradas no estado, com informações sobre a localização nos municípios, etnias, área e status de regularização. Sobre a situação jurídica, vale destacar que essas informações são dinâmicas devido aos próprios processos de regularização fundiária.

Tabela 9 – Terras Indígenas localizados na Faixa de Fronteira do Amapá

Nome da terra indígena	Município	Etnia	Área em ha	Status
Galibi	Oiapoque	Galibi do Oiapoque	6.689	Regularizada
Jumina	Oiapoque	Karipuna, Galibi do Oiapoque	41.601	Regularizada

Nome da terra indígena	Município	Etnia	Área em ha	Status
Uaçá	Oiapoque	Karipuna	470.164	Regularizada
Waiãpi	Laranjal do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari	Waiãpy	607.017	Regularizada
Parque do Tumucumaque	Laranjal do Jari, Almeirim, Alenquer, Oriximiná, Óbidos	Wayana, Apalaí	3.071.068	Regularizada

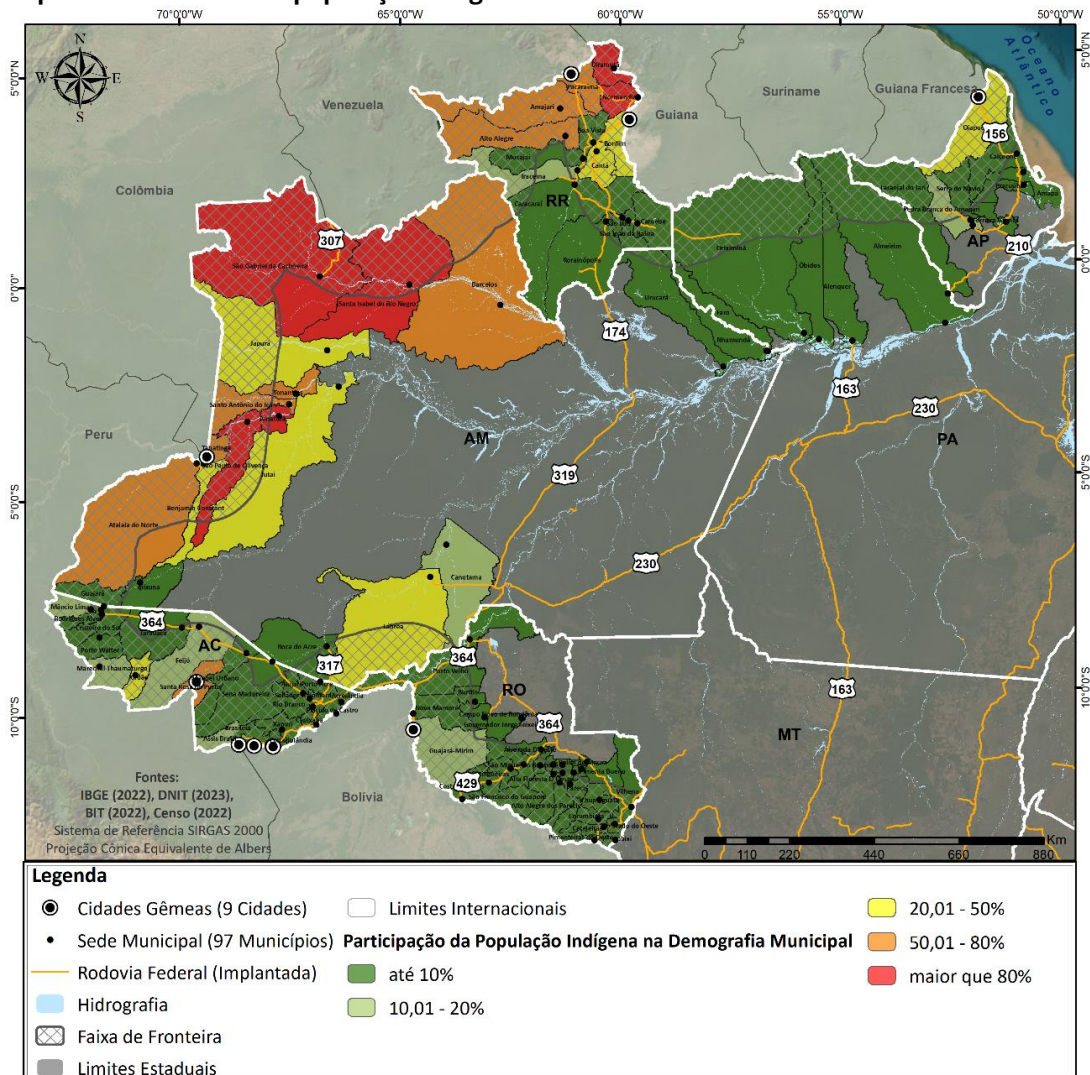
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados da FUNAI, 2024

As TIs existentes, independentemente do estágio do processo de reconhecimento ou demarcação, são referências essenciais para orientar o ordenamento territorial na região, bem como para formulação de programas e projetos. Entretanto, é importante observar dois aspectos relevantes em relação à questão indígena na faixa de fronteira de modo geral e no Arco Norte e Rondônia especificamente. O primeiro deles é que a noção de fronteira, que delimita e separa países, não é necessariamente uma referência para os indígenas que estão na fronteira, pois transitam indistintamente em suas terras de um lado e de outro dos países. O segundo aspecto a ser destacado é que parte significativa da população indígena não está localizada em TIs. Nos municípios da faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia, 44,2% da população indígena, quase a metade, está localizada fora de TIs.

De acordo com os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2022), a população indígena nessa área é de 397.355 habitantes, o que representa 12% da população total dos municípios que integram a faixa de fronteira, independentemente de serem municípios com sede fora da faixa. Se forem excluídas as três capitais na faixa de fronteira (Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista) onde estão os maiores contingentes populacionais, a participação da população indígena no conjunto dos demais municípios se eleva para 18,2%.

No Amapá, todos os municípios fronteiriços apresentam porcentagem de população indígena, embora pequena frente a população geral. Em números absolutos, no entanto, o contingente é expressivo. A maior parte fica no município de Oiapoque, cuja população indígena é de 8.088 habitantes, sendo que 76,5% destes (6.188 habitantes) estão em terras indígenas.

Mapa 19 - Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas são parte fundamental da história do Brasil e desempenham um papel crucial na preservação de práticas culturais, ambientais e sociais que remontam ao período da escravidão. No contexto do território de fronteira do Arco Norte e Rondônia, essas comunidades enfrentam desafios específicos relacionados à titulação de terras, acesso a direitos e à preservação de suas tradições.

O Censo 2022 do IBGE revelou que o Brasil possui 8.441 localidades quilombolas²⁸ identificadas, com uma população significativa, de 1,4 milhão de pessoas, que representa

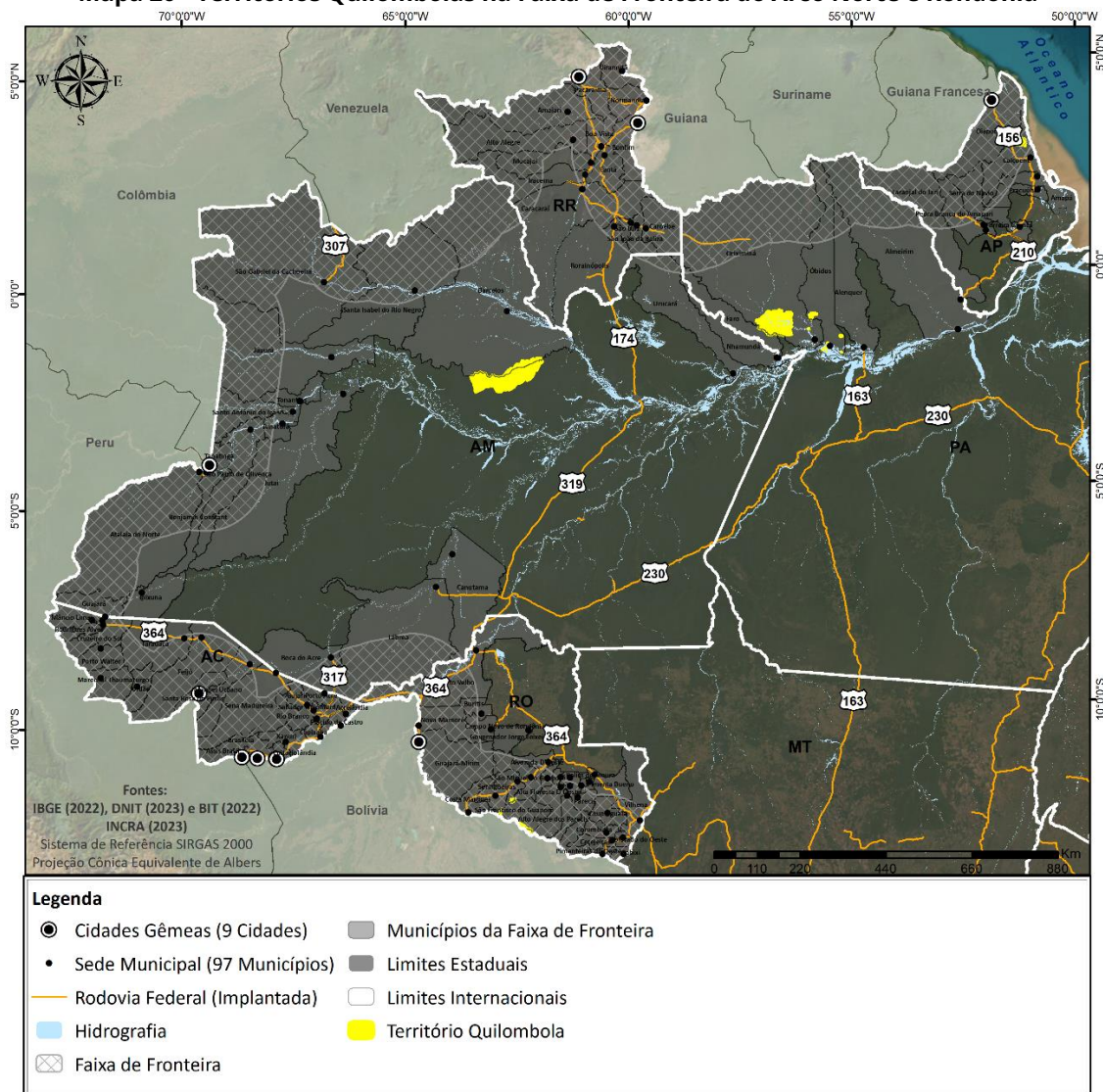
²⁸ Define-se como quilombola a pessoa residente em localidades quilombolas que se declarou quilombola. O Censo IBGE 2022 considera localidades quilombolas: 1) Territórios oficialmente delimitados: Aqueles que contam com alguma delimitação formal do INCRA ou dos órgãos estaduais e municipais; 2) Agrupamentos Quilombolas: Conjunto de 15 ou mais indivíduos quilombolas, em uma

parcela importante da população afro-brasileira. Os números mostram que população quilombola está presente em quase todos os estados brasileiros, mas com uma concentração maior nos estados da Bahia, Maranhão, Pará e Minas Gerais. A maior parte dessa população reside em áreas rurais e a pesquisa apontou que parte considerável das pessoas quilombolas vive em territórios oficialmente reconhecidos, com destaque para as terras tituladas. A Região Norte aparece em 3º lugar em relação à presença de população quilombola, com 1.228 (14,55%) localidades.

Na região do Arco Norte e Rondônia, foram identificados 6 territórios que se localizam dentro da Faixa de Fronteira, a maioria deles localizado no município de São Miguel do Guaporé, em Rondônia. Outros 11 territórios quilombolas estão localizados nos municípios do Arco Norte e Rondônia, porém fora da Faixa de Fronteira. No Amapá há apenas uma comunidade quilombola. A Comunidade de Cunani, que fica no município de Calçoene e abriga 38 famílias.

ou mais moradias espacialmente contíguas, vinculados por laços familiares ou comunitários; 3) Outras localidades quilombolas: Ocupação domiciliar dispersa em áreas rurais e urbanas; no entorno dos territórios e agrupamentos; Constatada ou potencial ocupação quilombola.

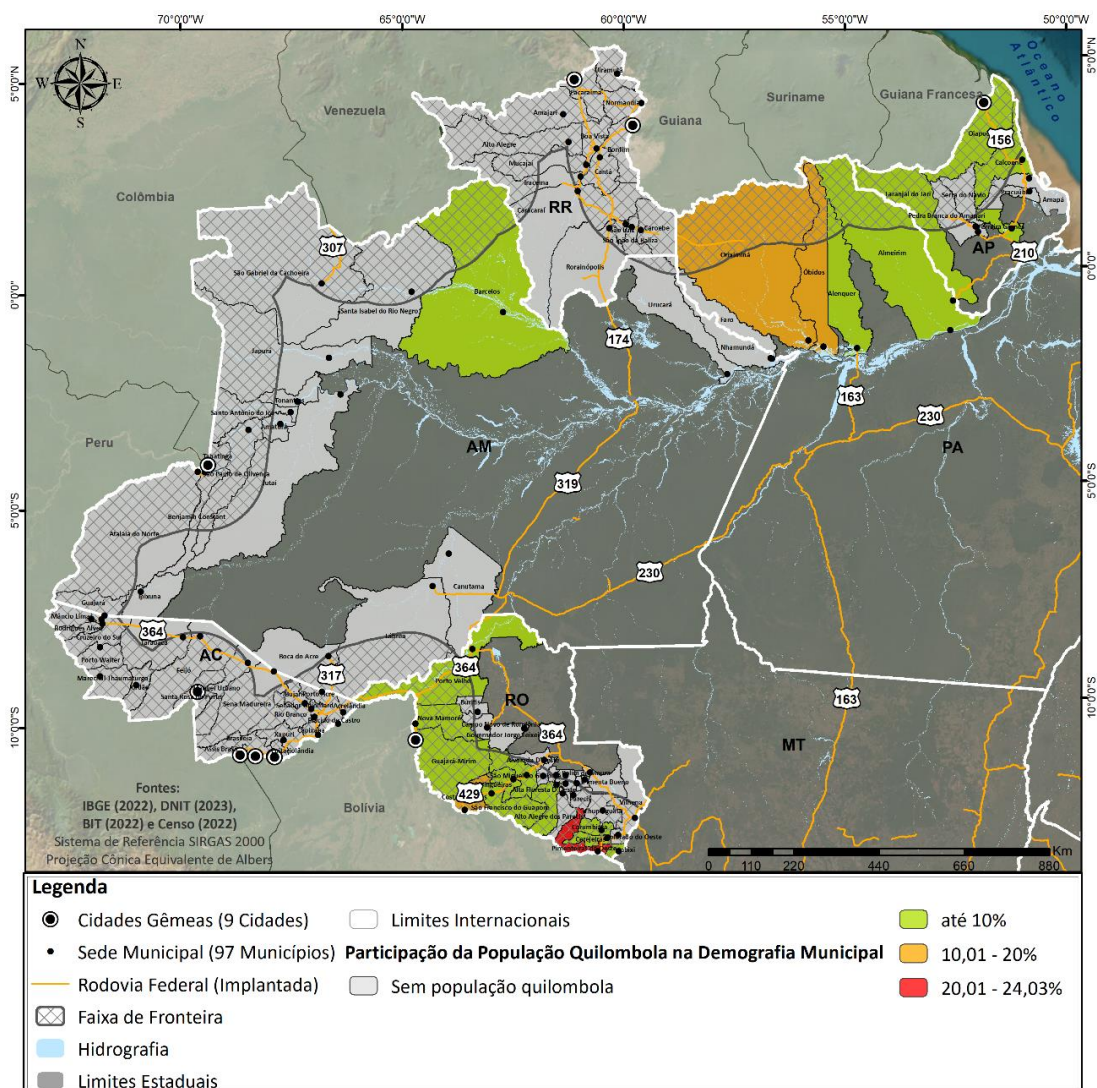
Mapa 20 - Territórios Quilombolas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

No Amapá, 4 municípios possuem população quilombola, porém nenhum deles tem população expressiva, acima de 10% da população total, o município de maior população quilombola é Laranjal do Jari com 345 pessoas, sendo que todas vivem fora de territórios quilombolas.

Mapa 21 - Percentual de população quilombola na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA

Processos de integração entre países fronteiriços facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais. No entanto, também trazem desafios, como o gerenciamento das migrações e questões de segurança. O deslocamento populacional, quando motivado por fatores econômicos e conflitos políticos, exige políticas coordenadas entre os Estados para garantia dos direitos humanos e inclusão social. Paralelamente, demanda estratégias conjuntas para combater crimes transnacionais, sem comprometer os princípios humanitários. Nesse contexto, a análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalização é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES DO ARCO NORTE E RONDÔNIA

O crescimento da imigração venezuelana é um dos principais fenômenos de migração no Brasil, intensificado desde 2015 e tendo Roraima como principal porta de entrada. A migração haitiana, embora ainda expressiva, apresentou mudanças nos últimos anos, com muitos haitianos chegando via Chile e rotas terrestres.

A nova Lei de Migração (2017) facilitou a regularização e ampliou os direitos dos migrantes, resultando em maior controle sobre os fluxos migratórios. De acordo com relatórios anuais de migração (Oliveira 2017, 2018, 2019), a distribuição dos imigrantes no território brasileiro é desigual, com concentração no Sudeste, mas impactos significativos no Norte, especialmente em Roraima e Amazonas. Observa-se um crescimento na formalização da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, com maior absorção nos setores de serviços e construção civil.

Em 2020, a pandemia impôs restrições às fronteiras, reduzindo significativamente a entrada e saída de migrantes. Ainda assim, estados como Roraima mantiveram-se como o principal ponto de entrada, devido à crise migratória venezuelana, que levou milhares de pessoas a buscarem refúgio e novas oportunidades no Brasil. Outros estados, como o Amapá, registraram uma grande proporção de entradas, especialmente de trabalhadores e turistas, com a maior disparidade de gênero, com 80,9% dos migrantes sendo do sexo masculino. Esse dado pode indicar um fluxo significativo de trabalhadores ou turistas que ingressam no estado sem necessariamente retornar em grande escala. Enquanto isso, o Pará se consolidou como um centro regional de movimentação. Já o Amazonas e o Pará apresentaram um cenário oposto, com um número maior de saídas do que de entradas.

Com a reabertura das fronteiras e a retomada das atividades econômicas em 2021 e 2022, observou-se um movimento expressivo nos registros migratórios. Em 2021, ainda sob os efeitos da pandemia, a movimentação de migrações queda significativa em comparação

com 2020. Porém em 2022, houve um aumento expressivo no fluxo migratório com destaque para a migração de venezuelanos em Roraima e o crescimento de entradas de pessoas vindas de países como Haiti, Filipinas, Bolívia e Peru. Além disso, a mobilidade interna também foi impactada pelo retorno de brasileiros que estavam no exterior e pela intensificação da circulação transfronteiriça, especialmente nas áreas de fronteira amazônica.

No decorrer de 2023 e 2024, o fluxo migratório continuou a crescer, atingindo volumes significativos, com o Pará e o Amazonas consolidando-se como importantes corredores de passagem de migrantes e Roraima permanecendo o principal destino para refugiados venezuelanos. A diversificação das nacionalidades dos imigrantes também foi notável, refletindo a ampliação das rotas migratórias e a crescente relevância do Brasil como país de acolhimento. Em 2024, o fluxo migratório atingiu seu maior volume histórico (855.567 registros) com Roraima ainda sendo o principal destino.

Entre os anos de 2020 e 2024, Roraima destacou-se como o principal ponto de entrada de migrantes na região Norte, refletindo a contínua chegada de venezuelanos em busca de melhores condições de vida. Outros estados, como Amazonas e Pará, também apresentaram altos volumes de movimentação, atuando como centros de passagem e integração regional.

CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES NO AMAPÁ

O Amapá juntamente com Roraima registrou um maior número de entradas, imigrantes predominantemente do sexo masculino, isso pode estar associado ao grande número de trabalhadores fronteiriços e turistas de curta permanência. A maior parte dos migrantes foi registrada como turistas e trabalhadores fronteiriços, destacando a forte relação do Amapá com a Guiana Francesa.

Os registros apontaram uma forte presença de franceses, além de migrantes haitianos, peruanos e bolivianos, e venezuelanos em menor escala. Com relação a cidade gêmea Oiapoque, é o principal município envolvido no trânsito migratório, devido à fronteira com a Guiana Francesa.

CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO ARCO NORTE E RONDÔNIA

A região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. Entre 2018 e 2020, a região Norte registrou uma média de 28,7 homicídios por 100 mil habitantes ²⁹, superando a média nacional de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

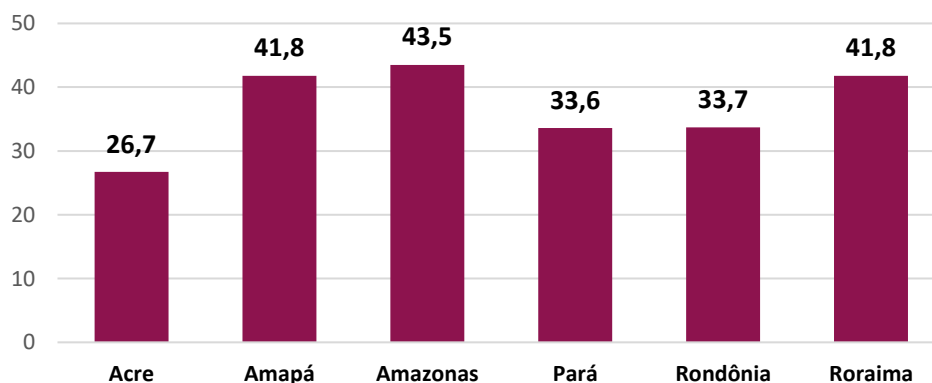
²⁹ A composição da taxa média de homicídios nos municípios analisados por Santos (2024) e adotados neste relatório baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, considerando o número de óbitos causados por agressões (CID-10 X85-Y09 - refere-se a um conjunto de causas de morte relacionadas a agressões intencionais por terceiros. É comumente utilizada para categorizar óbitos resultantes de violência interpessoal) e intervenções legais (CID-10 Y35-Y36 - códigos usados para

A compreensão das dinâmicas da violência requer um olhar atento para os processos históricos de ocupação e exploração econômica. Durante a ditadura militar, políticas de colonização e integração territorial, como a construção da Transamazônica, estimularam intensas migrações e resultaram em conflitos fundiários. A concentração de terras, aliada à grilagem e aos deslocamentos populacionais, estabeleceu um cenário de tensão que perdura até os dias atuais. No caso do Amazonas, a expansão da fronteira agrícola e a sobreposição de interesses em espaços territoriais especialmente protegidos intensificam esses conflitos (Santos, 2024).

Outro fator que contribui para a escalada da violência é o garimpo ilegal, que cresceu significativamente nas últimas décadas. Entre 2010 e 2020, a exploração ilegal de ouro em terras indígenas aumentou 495%, afetando áreas como as dos povos Kayapó e Yanomami.

Paralelamente, facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) expandiram suas operações na região, disputando rotas do tráfico de drogas e outros mercados ilícitos. A proximidade com países como Colômbia, Peru e Bolívia – os maiores produtores de cocaína do mundo – torna o território estratégico para o tráfico internacional, o que intensifica os conflitos armados e eleva as taxas de homicídio (Santos, 2024). Dentre os estados analisados, o Amazonas é o que apresenta as maiores taxas de homicídio, seguido por Amapá e Roraima, conforme pode ser observado no gráfico.

Gráfico 14 - Taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia em 2022



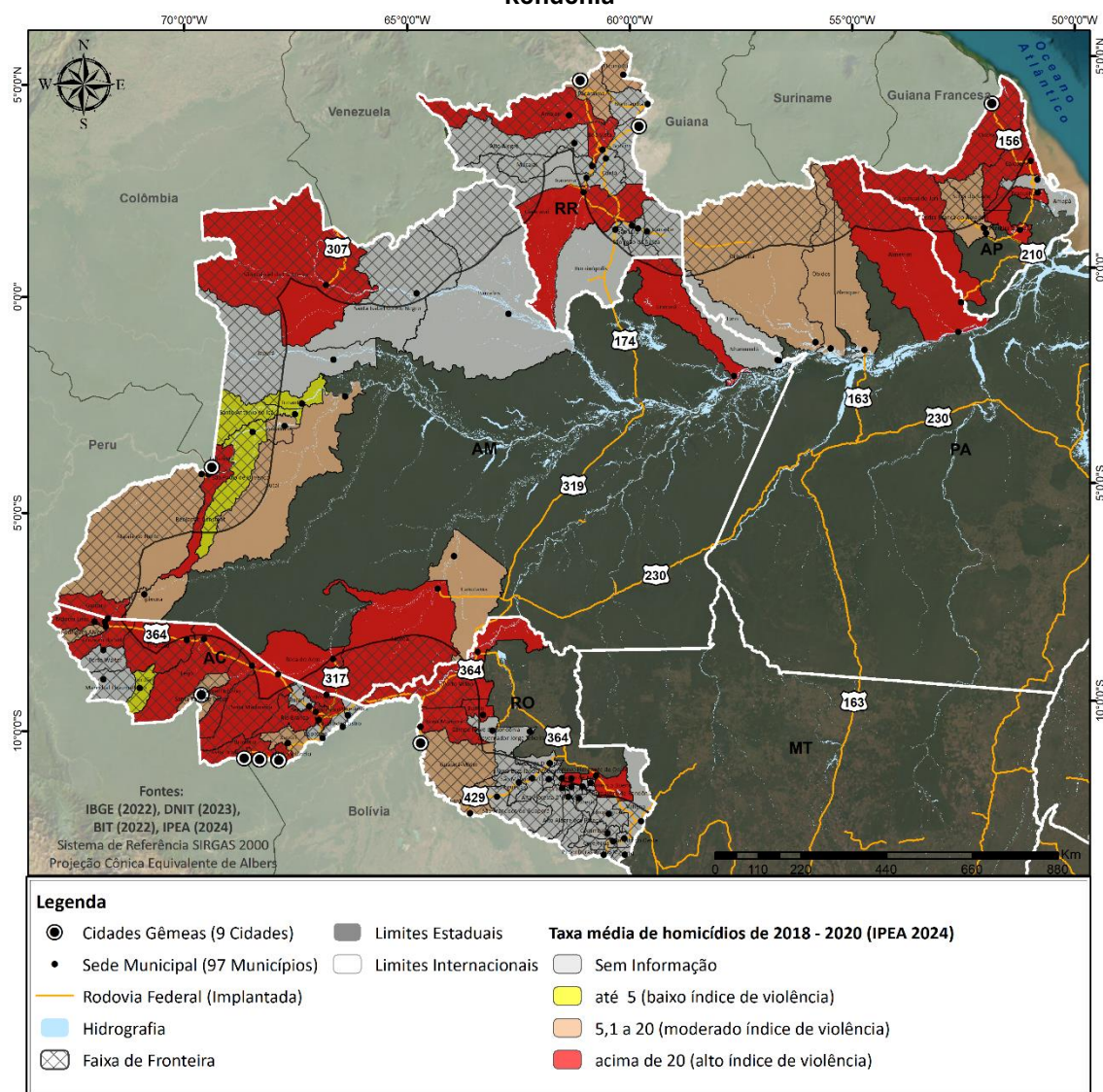
Fonte: Elaborado pelo Ibam com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

categorizar óbitos resultantes de ações legítimas de força realizadas por agentes do Estado ou em contextos de conflito armado). Esses dados são organizados da seguinte forma: 1. Cálculo trienal: A taxa é calculada como a soma dos homicídios registrados nos anos de 2018, 2019 e 2020, dividida por três (para obter a média anual), e posteriormente dividida pela população estimada de 2020. O resultado é multiplicado por 100 mil para obter a taxa por 100 mil habitantes. 2. População de referência: Utiliza-se a estimativa populacional para o ano de 2020, disponibilizada pelo TabNet (ferramenta do DATASUS). 3. Razão de uso de Taxas Médias: A escolha por taxas médias trienais visa minimizar grandes flutuações que podem ocorrer em municípios com populações pequenas, onde uma variação de poucos casos pode distorcer a percepção de violência letal ao longo dos anos.

CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO AMAPÁ

A dinâmica da violência e da criminalidade no estado do Amapá apresenta características específicas influenciadas por fatores socioeconômicos, geográficos e históricos. Segundo Santos (2024), os principais tipos de violência no estado incluem homicídios, crimes ambientais, conflitos fundiários e violência contra populações indígenas. Esses crimes estão frequentemente associados ao garimpo ilegal, invasão de terras e disputas territoriais (Santos, 2024, p. 98-100).

Mapa 22 - Taxa média de homicídios dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Os determinantes sociais da violência no Amapá estão relacionados à expansão da fronteira agrícola e mineral, que tem levado à invasão de áreas protegidas e terras indígenas. A presença de facções criminosas, especialmente em áreas urbanas como Macapá e Santana,

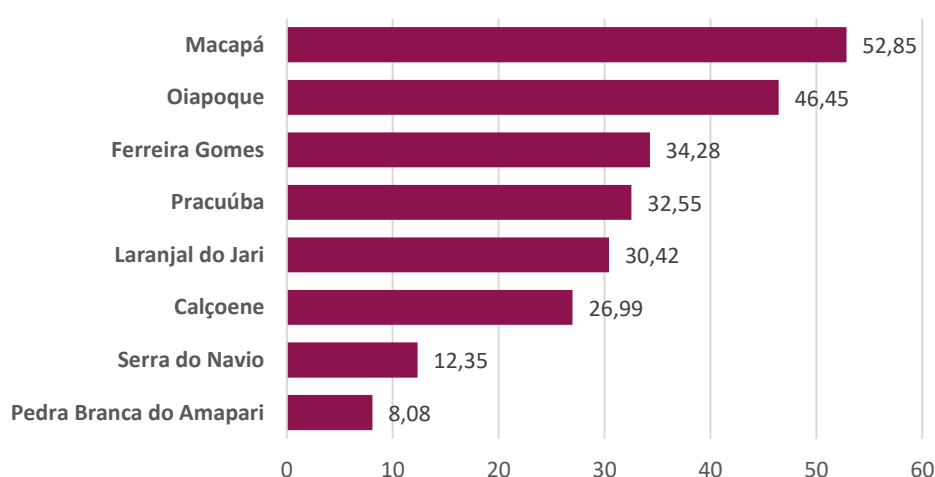
também contribui para o aumento da criminalidade, com disputas pelo controle do tráfico de drogas e armas (Santos, 2024, p. 102-104).

As regiões com maiores índices de violência incluem a capital, Macapá, e sua região metropolitana, além do município de Oiapoque, localizado na fronteira com a Guiana Francesa. Essas áreas registram as maiores taxas de homicídios no estado (Santos, 2024, p. 105-107). No contexto dos municípios na faixa de fronteira, destaca-se Oiapoque, que enfrenta desafios específicos devido à sua localização estratégica. A proximidade com a fronteira facilita atividades ilícitas como o tráfico de drogas, armas e o garimpo ilegal, resultando em conflitos e aumento da violência local (Santos, 2024, p. 110-112).

Em termos estatísticos, o Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024 b) indica que o Amapá apresentou uma taxa de homicídios de 41,8 por 100 mil habitantes em 2022. No entanto, é importante considerar que há subnotificação de homicídios devido ao elevado número de mortes violentas por causa indeterminada (MVCI), o que pode mascarar a real magnitude da violência no estado (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 85-87).

As instituições que atuam no enfrentamento da violência no Amapá incluem a Polícia Militar (PM-AP), a Polícia Civil (PC-AP) e a Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Entre os programas de prevenção implementados, destaca-se a Força-Tarefa de Segurança Pública do Amapá, criada em abril de 2022, que reúne profissionais da Sejusp, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal. Essa força-tarefa tem como objetivo identificar e combater chefes de facções, rotas do tráfico de drogas, redes de distribuição de produtos ilegais, além de rastrear e interceptar a lavagem de dinheiro e circulação de armas (Santos, 2024, p. 120-122).

Gráfico 15 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Amapá,



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 74)

Quadro 5 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Amapá

Principais tipos de violência	Homicídios, crimes ambientais, conflitos fundiários, violência contra populações indígenas. Relacionados ao garimpo ilegal, invasão de terras e disputas territoriais.
Determinantes sociais da violência	Expansão da fronteira agrícola e mineral, invasão de áreas protegidas e terras indígenas, presença de facções criminosas em áreas urbanas como Macapá e Santana.
Regiões com maiores índices	Macapá, região metropolitana, e Oiapoque.
Contexto dos municípios na faixa de fronteira	Oiapoque: tráfico de drogas, armas, garimpo ilegal, conflitos e aumento da violência.
Instituições atuantes	Polícia Militar (PM-AP), Polícia Civil (PC-AP), Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (Sejusp).
Programas de prevenção	Força-Tarefa de Segurança Pública do Amapá: combate a facções criminosas, tráfico de drogas, armas, lavagem de dinheiro e produtos ilegais.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024).

Execução:

ibom

Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO